



Fecomércio - 31/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Sequelas podem arrastar impacto econômico da pandemia por gerações 9

Noticias - 28/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Um avião 11

Noticias - 30/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Caixa inicia pagamento do ciclo 2 do auxílio emergencial 13

Noticias - 30/08/2020

Liege Barbalho | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Desenvolvimento Econômico 15

Noticias - 28/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual 16

Noticias - 28/08/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual 17

Noticias - 28/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Fecomércio: Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual 18

Noticias - 29/08/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Venda de ativos da Petrobras abre novas oportunidades para o Estado, diz Fiern 20

Noticias - 27/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Concessões no crédito livre sobem 0,8% em julho ante junho, revela BC 22

Noticias - 28/08/2020

Diário Potiguar | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado aprova MP que regula pagamento de auxílio emergencial e texto vai à sanção Noticias - 28/08/2020	24
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Caixa amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias Noticias - 28/08/2020	26
Blog da Juliska Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /	
Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras Noticias - 28/08/2020	28
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Déficit primário do Governo Central atinge R\$ 87,84 bilhões em julho Noticias - 28/08/2020	30
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Influenciado por exterior, dólar tem maior queda em três meses Noticias - 28/08/2020	32
Roberto Flávio Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /	
Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras Noticias - 28/08/2020	33
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea Noticias - 28/08/2020	35
Nominuto.com Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Bolsonaro tem razão sobre abono salarial, diz Paulo Guedes Noticias - 28/08/2020	37
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Setor empresarial recebe com otimismo anúncio de venda de ativos da Petrobras Noticias - 28/08/2020	39
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Lei Geral das MPEs prevê Educação Empreendedora nas escolas Noticias - 29/08/2020	41
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
No Rio Grande do Norte, 53% dos que têm idade para trabalhar estão sem emprego, aponta IBGE	44

Noticias - 29/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Nova chance para o RN

Noticias - 29/08/2020

47

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Juiz nega ação contra venda de ativos da Petrobras no RN

Noticias - 29/08/2020

49

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro tem razão sobre manutenção do abono salarial, diz Guedes

Noticias - 28/08/2020

51

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Caixa Econômica amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias

Noticias - 28/08/2020

53

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Caixa Econômica amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias

Noticias - 28/08/2020

54

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras

Noticias - 29/08/2020

55

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, mas com valor de R\$ 300

Noticias - 29/08/2020

56

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, mas com valor de R\$ 300

Noticias - 29/08/2020

58

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN registra abertura de 9,2 mil microempresas individuais em 2020

Noticias - 29/08/2020

60

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea

Noticias - 29/08/2020

62

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Juiz nega ação contra venda de ativos da Petrobras no RN	64
ciudades - 29/08/2020	
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Participação da Petrobras no PIB industrial do RN cai desde 2013	66
Noticias - 30/08/2020	
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
RN registra abertura de 9,2 mil microempresas individuais em 2020	69
Noticias - 29/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Justiça federal extingue ação de parlamentares para impedir a saída da Petrobras do RN	71
Noticias - 29/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea	72
Noticias - 29/08/2020	
Blog do BG Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, com valor de R\$ 300	74
Noticias - 29/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Juiz nega pedido de parlamentares para impedir a saída da Petrobras do RN	76
Noticias - 29/08/2020	
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Negócios & Finanças	77
Noticias - 30/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Gabriella Gonçalves Saldanha: 'O profissional não pode desanimar'	80
Noticias - 30/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
"Não teríamos descoberto o pré-sal com a mentalidade atual"	83
Política - 30/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Participação no PIB cai desde 2013	86
Noticias - 30/08/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
SUV: TRAILBLAZER 2021 GANHA NOVA FRENTE	90
Noticias - 30/08/2020	

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Dação em pagamento de bens imóveis e a extinção do crédito tributário Noticias - 30/08/2020	92
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Telemedicina avança em Natal; Odontologia da rede municipal ganha plataforma online a partir de 1º de setembro Noticias - 30/08/2020	94
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Mitsubishi L200: 42 anos de história Noticias - 30/08/2020	97
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Guilherme de Oliveira: Não teríamos descoberto o pré-sal com a mentalidade atual Noticias - 30/08/2020	100
Pádua Campos Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Jair Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, com valor de R\$ 300 Noticias - 29/08/2020	103
Agora RN Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Juiz diz que não pode fazer nada para evitar Política - 30/08/2020	105
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Daniela Freire Geral - 30/08/2020	106
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / AsagadoNordestãona visã o d eManoel Etelvino Noticias - 29/08/2020	108
Potengi na Internet Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo vai consultar Congresso por consenso sobre auxílio e Renda Brasil Noticias - 29/08/2020	111
Nominuto.com Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Onda de novatos na bolsa pode gerar um ciclo virtuoso no Brasil, mostra Veja Noticias - 30/08/2020	114
Blog da Juliska Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / [ARTIGO] O Dinheiro em espécie não vai acabar Noticias - 30/08/2020	118

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guilherme Estrella: Não teríamos descoberto o pré-sal com a mentalidade atual

Noticias - 30/08/2020

120

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil

Noticias - 30/08/2020

123

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Seminário mostra avanços de Tíbau do Sul

Noticias - 29/08/2020

124

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO /

Senac/RN: Entidade lança novo portfólio com mais de 30 opções de novos cursos online

Noticias - 30/08/2020

125

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

RN estará no Abav Collab

Noticias - 29/08/2020

126

Fecomércio: Sequelas podem arrastar impacto econômico da pandemia por gerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Antes de contrair a covid-19 em março, Daniela Alves, 31 anos, fazia horas extras regularmente para acelerar sua carreira em Londres como desenvolvedora de aplicativos para celular. Atualmente, ela tem dificuldades nas reuniões com clientes e conta que a fadiga persistente reduziu sua produtividade pela metade.

'Eu era fera antes, mas agora as coisas estão diferentes,' disse Alves em conversa pelo Zoom, pausando frequentemente para recuperar o fôlego ou tossir. 'Eu não consigo fisicamente e estou encarando a vida de modo diferente.'

Ela precisou ficar afastada do trabalho durante três meses, embora seu caso considerado 'leve' não tenha exigido hospitalização. Os efeitos prolongados da Covid-19 colocam Alves entre uma fatia crescente da população que sobreviveu à doença, mas carrega condições debilitantes que representam outra dimensão

traíçoeira da pandemia.

A SARS-CoV-2 deixará uma parcela das mais de 23 milhões de pessoas com casos confirmados da doença com uma variedade de problemas físicos, cognitivos e psicológicos, incluindo cicatrizes pulmonares, fadiga pós-viral e lesões cardíacas crônicas.

O que ainda não se sabe é por quanto tempo essas condições duradouras pesarão sobre os sistemas de saúde e sobre a mão de obra. Esse fardo pode arrastar o impacto econômico da pandemia por gerações, elevando seu custo global já sem precedentes.

À medida que as autoridades ao redor do mundo tentam conter a propagação do vírus, pesquisadores da Universidade Nacional Australiana estimam que esse custo pode chegar a US\$ 35,3 trilhões até 2025.

'No fim das contas, as consequências para a saúde no longo prazo são muito sérias para o bem-estar das pessoas e em termos econômicos', disse Hannes Schwandt, professor assistente de políticas educacionais e sociais da Universidade Noroeste em Evanston, no estado americano de Illinois. 'Mas não sabemos o suficiente sobre isso ainda.'

Embora não esteja claro quantos sobreviventes sofrem sequelas duradouras, um estudo no Reino Unido com mais de 4 milhões de participantes concluiu que uma em cada 10 pessoas fica doente por pelo menos três semanas. Indivíduos com casos leves da Covid-19 são mais propensos a sentir sintomas 'estranhos', que vão e voltam durante um período mais longo, de acordo com Tim Spector, professor de epidemiologia genética da King's College em Londres, que lidera o estudo.

'Quanto mais aprendemos sobre o coronavírus, mais estranho fica', acrescentou ele.

A situação clínica ainda em evolução, a falta de

acompanhamento dos pacientes e dados incompletos sobre o número de pessoas infectadas pela Covid-19 dificultam as previsões sobre as consequências econômicas e de saúde da pandemia no longo prazo, explica Christopher J. Murray, diretor do Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde da Universidade de Washington em Seattle.

Essa informação será crítica para antecipar e custear as necessidades futuras dos sistemas de saúde, disse Thomas File, presidente da Sociedade de Doenças Infecciosas dos EUA.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN

Um avião



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vicente Serejo

Há tempos, Senhor Redator, que não riscavam no céu da madrugada as luzes brilhantes e silenciosas de um avião. Desde os dias de março ou abril, quando a peste começou a fazer medo a este lado do mundo. Mas, outro dia, um deles cruzou o arco da noite, passou bem alto por sobre os morros, contracenou com o brilho intenso de Vênus, e seguiu, como se tivesse pressa, bem na direção do mar, a caminho da Europa. Não sei de onde vinha, mas voava piscando suas luzes.

E voava muito alto, naquela altitude que a navegação aérea chama de vôo cruzeiro que ainda faço questão de grafar com um circunflexo, em respeito a essa magia que é voar. No seu silêncio discreto a iluminar a noite escura de agosto, seu caminho de luz caiu nos olhos como um aviso de esperança. Sua luz espalhava no céu a boa notícia de que o mundo vai voltar ao destino de não ter medo de ir e vir, se ir e vir, livremente, há de ser sempre um belo sinal de liberdade.

Pode ser pouco, só um avião cruzando o céu distante, e talvez nem fosse possível avistá-lo de tão longe se não

fosse a noite. Mas é que também moram na noite os bons presságios e nem sempre são tristes e sombrios. Um avião é uma luz, por isso, um símbolo da normalidade do mundo e do bom destino de ser o que era, se é melhor tê-lo assim, normal, absolutamente normal. O mundo que ficou em algum lugar do passado, se o passado nos salvará desse tal novo-normal.

Não sou contra chavões, emblemas, frases feitas. Não sou. Desde que não sejam feitos daquela cretinice que os modismos inventam. Esse mundo só será completo, e belo, se outra vez for normal. Absolutamente normal. Como era. Não confio nas coisas ditas excepcionais. Tenho comigo que a rotina tem a sua beleza na simplicidade das coisas como foram e como são, sem as novidades que lhe alterem. Sobretudo que não lhe deixem ser feio e bonito, perfeito e imperfeito.

Como os cétricos, não acredito na perfeição grega. No mármore intocável das suas figuras humanas. De tão perfeitas, acabam imperfeitas. É a imperfeição quando nasce da perfeição e que na verdade não passa das vãs ilusões humanas. Vi a estátua do David, de Michelangelo, erguido na nobreza do mármore de Carrara sob a luz que vinha do alto do Batistério da Academia das Belas Artes, de Florença. Segui as linhas perfeitíssimas do seu corpo - olhos, músculos e mãos.

Nada pode ser harmoniosamente tão belo. Comparável ao Moisés ou ao sofrimento do Cristo, de Bernini, que comtemplei, longamente, no Monastério de San Lorenzo, no Escorial, naquela manhã fria da velha Espanha. Era Ele, sim, na perfeição escultural. Numa estranha e bela contradição. Um Cristo morto, a cabeça caída sobre o ombro. E no entanto não era Ele que estava ali. Logo Ele que concebeu as imperfeições humanas como uma forma milagrosa de perfeição.

DESAFIO - Não pense a governadora Fátima Bezerra que é tão fácil a tarefa de transformar em vitória a privatização dos campos de petróleo no RN. Ou afasta o petismo ou perde essa parada.

ALIÁS - Para representar seu governo sem ferir os princípios partidários, a governadora tem um nome de diálogo aberto com a esfera privada: o secretário de tributação, Carlos Eduardo Xavier.

UNIÃO - Uma vez credenciado pela governadora, Carlos Eduardo pode reunir as instituições, como Fiern e Fecomercio, em busca de apoiar os investimentos geradores de emprego e renda.

SABIAM - A governadora Fátima Bezerra sabe que foi vítima da conspiração do silêncio no episódio da saída da Petrobrás. Os ministros Fábio Faria e Rogério Marinho souberam bem antes.

ELES - Chegaram na livraria do Campus, na UFRN, as duas maiores biografias escritas sobre a vida de Winston Churchill e Charles De Gaulle. Edições da Companhia das Letras e da Zahar.

PESO - Além de revelações pessoais e inéditas pesquisadas nos arquivos privados, os dois livros consomem 1.197 páginas (Churchill) e 1.080 páginas (De Gaulle), e elogiadas no mundo inteiro.

ANOTEM - A ex-prefeita Marília Dias (MDB), assume a cabeça da pista e é hoje a favorita nas eleições para a Prefeitura de Macaíba. Sua aliança com o PSDB foi de fundamental importância.

JANTAR - De Nino, o filósofo melancólico do Beco da Lama, sobre a ambiguidade das palavras: 'Elas são como caranguejos. Tanto se enfiam na lama como sobem nos galhos do manguezal'.

SERÁ? - Uma dúvida caminha, com pés de lã, por algumas cabeças mais discretas de Mossoró: seria tão impossível mesmo a aliança capaz de reunir os votos do deputado Allyson Bezerra e da ex-prefeita Cláudia Regina, se somados ficariam próximos da prefeita Rosalba Ciarlini? Ou não?

ENIGMA - O grande enigma é o ex-senador José Agripino, única variável que pode influenciar na construção de uma aliança capaz de prescindir até do

pequeno acervo do PT representado pela deputada Isolda Dantas. Mas, o democrata não quebra seu silêncio. Ninguém sabe sua posição.

PLACAR - Pela última pesquisa, os três principais opositores somam 39% dos votos, enquanto Rosalba gira em torno de 32%. Patamares que deverão sofrer alterações no atrito da campanha. Ficam as dúvidas do enigma: a quem serve o silêncio de Agripino? E a quem serviria um gesto?

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Caixa inicia pagamento do ciclo 2 do auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Primeiros a receber são os beneficiários nascidos em janeiro

A Caixa inicia hoje (28) o ciclo 2 de pagamentos das parcelas do auxílio emergencial. Os créditos começam pelos beneficiários nascidos em janeiro. O segundo ciclo de pagamentos vai até 27 de outubro.

Neste ciclo, mais três públicos foram incluídos: trabalhadores que fizeram o cadastro nas agências dos Correios entre 2 de junho e 8 de julho; trabalhadores que fizeram a contestação pelo site da Caixa ou App Caixa | Auxílio Emergencial de 3 de julho a 16 de agosto e foram considerados elegíveis; beneficiários que tenham recebido a primeira parcela em meses anteriores, mas que tiveram o benefício reavaliado em agosto. No caso das reavaliações, o benefício foi liberado novamente para 148 mil pessoas.

Hoje, quase 4 milhões de brasileiros vão receber o benefício e já poderão movimentar os recursos por meio do aplicativo Caixa Tem. Com ele é possível pagar

boletos e fazer compras na internet e nas maquininhas em mais de 1 milhão de estabelecimentos comerciais.

O calendário de pagamentos do auxílio emergencial é organizado em ciclos de crédito em conta Poupança Social Digital e saque em espécie. Os beneficiários recebem a parcela a que têm direito no período de acordo com o mês de nascimento.

Aqueles que tiveram os pagamentos retidos vão receber todas as parcelas a que têm direito de uma só vez, dentro do Ciclo 2. Já os trabalhadores que optaram por realizar o cadastro nos Correios e aqueles que contestaram vão receber a primeira parcela também nesta sexta-feira (28), dentro do Ciclo 2. As parcelas P2 e P3 serão pagas no Ciclo 3 e as parcelas P4 e P5, no Ciclo 4.

Confira os calendários de crédito na poupança social e de saques:

Crédito em poupança social da Caixa

28 de agosto (sexta-feira) - Nascidos em janeiro

2 de setembro (quarta-feira) - Nascidos em fevereiro

4 de setembro (sexta-feira) - Nascidos em março

9 de setembro (quarta-feira) - Nascidos em abril

11 de setembro (sexta-feira) - Nascidos em maio

16 de setembro (quarta-feira) - Nascidos em junho

18 de setembro (sexta-feira) - Nascidos em julho

23 de setembro (quarta-feira) - Nascidos em agosto

25 de setembro (sexta-feira) - Nascidos em setembro

28 de setembro (segunda-feira) - Nascidos em outubro e novembro

30 de setembro (sexta-feira) - Nascidos em dezembro

Calendário de saques em dinheiro e transferências -
Ciclo 2

19 de setembro (sábado) - Nascidos em janeiro

22 de setembro (terça-feira) - Nascidos em fevereiro

29 de setembro (terça-feira) - Nascidos em março

1º de outubro (quinta-feira) - Nascidos em abril

3 de outubro (sábado) - Nascidos em maio

6 de outubro (terça-feira) - Nascidos em junho

8 de outubro (quinta-feira) - Nascidos em julho

13 outubro (terça-feira) - Nascidos em agosto

15 de outubro (quinta-feira) - Nascidos em setembro

20 de outubro (terça-feira) - Nascidos em outubro

22 de outubro (quinta-feira) - Nascidos em novembro

27 de outubro (terça-feira) - Nascidos em dezembro

Balanço

A Caixa já pagou R\$ 179 bilhões para 66,9 milhões de pessoas. Foram realizados 254,2 milhões de pagamentos. O site auxilio.caixa.gov.br recebeu 1,66 bilhão de visitas e a central exclusiva 111 registra cerca de 463 milhões de ligações. O aplicativo Caixa | Auxílio Emergencial teve 115,4 milhões de downloads e o aplicativo Caixa Tem, para movimentação da poupança digital, ultrapassa 215 milhões de downloads.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN**

Desenvolvimento Econômico



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Liege Barbalho

Os impactos positivos do Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local, no município de Tibau do Sul foram tema de Seminário On-line realizado ontem . O evento contou com a participação de mais de 60 pessoas entre autoridades do trade turístico do estado e do município, parceiros da Alemanha, empresários locais e de Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, reforçou que o objetivo do DEL é a promoção da excelência em organização turística, harmonizando a sustentabilidade e o turismo responsável. 'Para alcançar essa meta, especificamente em Tibau do Sul, foram implementadas uma série de medidas transversais. O município, inclusive, foi um dos primeiros do RN a apostar nesta novidade que trouxemos da Alemanha, e já colhe frutos deste pioneirismo. Quando a pandemia passar definitivamente, certamente a cidade estará muito bem preparada para seguir crescendo, na esteira da imagem que sempre teve junto aos visitantes de todo o mundo', afirmou.

O prefeito da cidade, Modesto Macedo, agradeceu o desenvolvimento das ações, bem como a parceria com o Sistema Fecomércio e com a Alemanha. 'A implementação do DEL tem trazido uma grande trilha de aprendizagem ao município, fortalecendo a atividade turística que é tão importante para a nossa economia', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Dando continuidade ao projeto de retomada dos serviços do **Sesc RN**, instituição do **Sistema Fecomércio RN**, as bibliotecas do Sesc Rio Branco (Natal), Mossoró e Caicó retomaram os empréstimos de livros com agendamento virtual.

A consulta do acervo é on-line e está disponível no sescrn.com.br, e o (s) livro(s) escolhido (s) deverá (ão) ser enviado (s) para o e-mail do bibliotecário com informações do código da carteira Sesc, assim como título e autor do livro desejado para empréstimo, para confirmar a disponibilidade da obra e posterior reserva. A retirada e devoluções dos livros são realizadas de acordo com o dia e o horário acertado com o bibliotecário.

Será permitido o empréstimo de um livro e uma revista por vez, pelo prazo de 14 dias, prorrogável pelo mesmo prazo, se for do interesse do usuário. A renovação do empréstimo deverá ser efetuada pelos canais de atendimento da biblioteca em foi realizado o empréstimo.

O acervo da biblioteca ficará isolado, sendo permitido acesso exclusivamente à equipe de colaboradores encarregada de seu manuseio. Ao efetuar o empréstimo, o responsável pelo atendimento entregará a publicação emprestada acondicionada em saco plástico vedado.

As publicações devolvidas serão submetidas a uma quarentena (isolamento) por 14 dias, sendo acondicionadas em recipiente adequado e lacrado. Após esse período, os mesmos retornarão ao acervo principal para novos empréstimos.

A circulação de clientes e o uso dos ambientes internos da biblioteca, tais como acesso a computadores, estudo nas mesas e moveis do espaço físico, assim como o manuseio de acervo, ficam suspensos temporariamente por motivo de segurança sanitária.

O acervo das bibliotecas Sesc de Natal (Rio Branco), Mossoró e Caicó contemplam 19.202 exemplares para consulta e empréstimos gratuitos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dando continuidade ao projeto de retomada dos serviços do **Sesc RN**, instituição do **Sistema Fecomércio RN**, as bibliotecas do Sesc Rio Branco (Natal), Mossoró e Caicó retomaram os empréstimos de livros com agendamento virtual.

A consulta do acervo é on-line e está disponível no sescrn.com.br, e o (s) livro(s) escolhido (s) deverá (ão) ser enviado (s) para o e-mail do bibliotecário com informações do código da carteira Sesc, assim como título e autor do livro desejado para empréstimo, para confirmar a disponibilidade da obra e posterior reserva. A retirada e devoluções dos livros são realizadas de acordo com o dia e o horário acertado com o bibliotecário.

Será permitido o empréstimo de um livro e uma revista por vez, pelo prazo de 14 dias, prorrogável pelo mesmo prazo, se for do interesse do usuário. A renovação do empréstimo deverá ser efetuada pelos canais de atendimento da biblioteca em foi realizado o empréstimo.

O acervo da biblioteca ficará isolado, sendo permitido

acesso exclusivamente à equipe de colaboradores encarregada de seu manuseio. Ao efetuar o empréstimo, o responsável pelo atendimento entregará a publicação emprestada acondicionada em saco plástico vedado.

As publicações devolvidas serão submetidas a uma quarentena (isolamento) por 14 dias, sendo acondicionadas em recipiente adequado e lacrado. Após esse período, os mesmos retornarão ao acervo principal para novos empréstimos.

A circulação de clientes e o uso dos ambientes internos da biblioteca, tais como acesso a computadores, estudo nas mesas e moveis do espaço físico, assim como o manuseio de acervo, ficam suspensos temporariamente por motivo de segurança sanitária.

O acervo das bibliotecas Sesc de Natal (Rio Branco), Mossoró e Caicó contemplam 19.202 exemplares para consulta e empréstimos gratuitos.

Serviço:

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos com agendamento virtual

Serviços via agendamento virtual:

Sesc Rio Branco: cecosta@rn.sesc.com.br

Sesc Mossoró: afneto@rn.sesc.com.br

Sesc Caicó: fesilva@rn.sesc.com.br

Atendimento presencial (individual): 9h às 11h e das 14h às 16h

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Fecomércio: Bibliotecas Sesc retomam empréstimos de livros com agendamento virtual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Dando continuidade ao projeto de retomada dos serviços do **Sesc RN**, instituição do **Sistema Fecomércio RN**, as bibliotecas do Sesc Rio Branco (Natal), Mossoró e Caicó retomaram os empréstimos de livros com agendamento virtual.

A consulta do acervo é on-line e está disponível no sescrn.com.br, e o (s) livro(s) escolhido (s) deverá (ão) ser enviado (s) para o e-mail do bibliotecário com informações do código da carteira Sesc, assim como título e autor do livro desejado para empréstimo, para confirmar a disponibilidade da obra e posterior reserva. A retirada e devoluções dos livros são realizadas de acordo com o dia e o horário acertado com o bibliotecário.

Será permitido o empréstimo de um livro e uma revista por vez, pelo prazo de 14 dias, prorrogável pelo mesmo prazo, se for do interesse do usuário. A renovação do empréstimo deverá ser efetuada pelos canais de

atendimento da biblioteca em foi realizado o empréstimo.

O acervo da biblioteca ficará isolado, sendo permitido acesso exclusivamente à equipe de colaboradores encarregada de seu manuseio. Ao efetuar o empréstimo, o responsável pelo atendimento entregará a publicação emprestada acondicionada em saco plástico vedado.

As publicações devolvidas serão submetidas a uma quarentena (isolamento) por 14 dias, sendo acondicionadas em recipiente adequado e lacrado. Após esse período, os mesmos retornarão ao acervo principal para novos empréstimos.

A circulação de clientes e o uso dos ambientes internos da biblioteca, tais como acesso a computadores, estudo nas mesas e moveis do espaço físico, assim como o manuseio de acervo, ficam suspensos temporariamente por motivo de segurança sanitária.

O acervo das bibliotecas Sesc de Natal (Rio Branco), Mossoró e Caicó contemplam 19.202 exemplares para consulta e empréstimos gratuitos.

Serviço:

Bibliotecas Sesc retomam empréstimos com agendamento virtual

Serviços via agendamento virtual:

Sesc Rio Branco: cecosta@rn.sesc.com.br

Sesc Mossoró: afneto@rn.sesc.com.br

Sesc Caicó: fesilva@rn.sesc.com.br

Atendimento presencial (individual): 9h às 11h e das 14h às 16h

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Venda de ativos da Petrobras abre novas oportunidades para o Estado, diz Fiern



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

A venda da totalidade de ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte, anunciada pela empresa, na última segunda-feira (24), abre novas oportunidades para aquecer a **economia** potiguar. A avaliação é do presidente do Sistema FIERN, Amaro Sales de Araújo, que considera a circunstância favorável à chegada de novas empresas e investimentos para o estado. O processo de venda trata da cessão dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural do conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas, com instalações integradas, localizadas na Bacia Potiguar.

'O anúncio deste novo modelo, em que a Petrobras vai se desfazer de todos os seus ativos, aqui, nos traz, neste momento, uma certeza: virão novas empresas, novos protagonistas deste **mercado** de petróleo e gás, novos investimentos, novas oportunidades para o Rio Grande do Norte', afirma Amaro Sales. O Polo Potiguar compreende os subpolos Canto do Amaro, Alto do

Rodrigues e Ubarana, totalizando 26 concessões de produção, 23 terrestres e três marítimas.

Ele lembra que a desmobilização, por parte da Petrobras, já vem acontecendo há algum tempo. E, à exemplo do que ocorreu com a venda dos campos maduros que, inicialmente, gerou receio e reflexão, o anúncio acendeu a esperança de atração de novos investidores para fazer frente a política de desinvestimentos adotada pela companhia. 'Quando a Petrobras anunciou a venda dos campos maduros tivemos um momento de reflexão, onde avaliamos que, ao longo de alguns anos, ela já estava sem fazer novos investimentos aqui. As novas empresas - 3R, Potiguar e outras - mostraram que vieram para investir para explorar novos campos e para trazer para o RN uma nova esperança na área de petróleo e gás', afirmou.

O presidente da FIERN pondera que este fortalecimento da **economia** local não deve ocorrer de imediato, mas, com a mudança de operações para empresas menores, há o diferencial de uma gestão mais dedicada ao Rio Grande do Norte. 'A Petrobras tem um olhar Brasil e estas empresas que estão ou virão para o Rio Grande do Norte tem um olhar aqui, na produção local, na produtividade daqui e na oportunidade de se produzir mais aqui', observa.

A transferência dos campos maduros à iniciativa privada, na Bacia Potiguar, já apresenta resultados exitosos. Nos primeiros seis meses de operação, a empresa Potiguar E&P que assumiu o campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, registrou crescimento de 29,6% na produção terrestre de petróleo no Rio Grande do Norte.

'As empresas que estão aqui hoje já tem uma produção acima do que a Petrobras tinha nestes campos que estão sendo explorados por estas novas empresas. Empresarialmente, as instituições privadas entendem que este é um novo tempo', destacou Sales.

ECONOMIA

O secretário executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Anabal Santos Júnior, observa que, nos últimos meses, o estado do Rio Grande do Norte tem sido o berço do renascimento da indústria onshore no Brasil, contribuindo para que a Bacia Potiguar mantenha o posto de maior produtora em terra do país, o que se comprova pelo fato de que o estado saiu na frente em face das primeiras transações resultantes do programa de desinvestimento da Petrobras.

Isso só foi possível, segundo ele, sobretudo na região de Mossoró, pela persistência de operadores independentes, como a Phoenix, Partex, Sonangol, Imetame, Petrosynergy, dentre outras que já operam há anos no estado e que continuam investindo na Bacia Potiguar, além da GeoPark que fez investimento exploratório recente. 'Esse renascimento já mostrou toda sua força e pujança, como observada na última Mossoró Oil & Gas Expo, o maior evento do onshore do Brasil, realizada em novembro de 2019, e que trouxe de volta a esta cidade o título de Capital do Onshore Brasileiro', disse o secretário da ABPIP.

Seguindo esse movimento, em abril, durante a pandemia, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou o processo de cessão do Pólo de Macau para a empresa operadora 3R Petroleum, que assumiu os campos abrindo mais uma frente de investimentos e de incremento de produção, renda, empregos e royalties. 'Esses exemplos com dados concretos, ilustra bem e comprova o potencial das bacias terrestres do Brasil quando operados por empresas independentes. Temos exemplos de sucesso também em outras bacias terrestres, em campos operados pelas empresas independentes já citadas', observa o representante da ABPIP.

Segundo a Petrobras, a produção média do Polo Potiguar de janeiro a junho de 2020 foi de aproximadamente 23 mil barris de óleo por dia (bpd) e 124 mil m³/dia de gás natural.

Concessões no crédito livre sobem 0,8% em julho ante junho, revela BC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em meio ao processo de reabertura da **economia** brasileira, na esteira da pandemia do novo coronavírus, as concessões dos bancos no crédito livre subiram 0,8% em julho ante junho, para R\$ 287,7 bilhões, informou nesta sexta-feira, 28, o Banco Central (BC). No ano até julho, o avanço acumulado foi de 3,8% e nos 12 meses até julho, de 9,2%.

Estes dados, agora apresentados pelo BC, não levam em conta ajustes sazonais. Os números são influenciados pelos efeitos da pandemia, que colocou em isolamento social boa parte da população e reduziu a atividade das empresas, em especial nos meses de março e abril. Em meio à carência de recursos, famílias e empresas aumentaram a demanda por algumas linhas de crédito nos bancos. O BC não divulga dados sobre o quanto a procura por crédito aumentou - mas apenas sobre o quanto foi concedido.

Em julho, no crédito para pessoas físicas, as concessões subiram 6,2%, para R\$ 150,9 bilhões. Em 12 meses até julho, há alta de 4 3%. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões recuaram 4,5% em julho ante junho, para R\$ 136,8 bilhões. Em 12 meses

até julho, o avanço é de 14,7%.

A taxa média de **juros** no crédito livre caiu de 28,2% ao ano em junho para 27,3% ao ano em julho, informou o Banco Central. Em julho de 2019, essa taxa estava em 37,4% ao ano.

Para as pessoas físicas, a taxa média de **juros** no crédito livre passou de 41,4% para 39,9% ao ano de junho para julho, enquanto para as pessoas jurídicas foi de 13,0% para 12,0% ao ano.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física destaque para o cheque especial, cuja taxa passou de 113,0% ao ano para 112,7% ao ano de junho para julho. No crédito pessoal, a taxa passou de 33,8% para 32,6% ao ano.

Desde julho de 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200. A expectativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) era de que essa migração do cheque especial para linhas mais baratas acelerasse a tendência de queda do juro cobrado ao consumidor.

Em função da ineficácia da autorregulação da Febraban, o BC anunciou a limitação dos **juros** do cheque especial em 8% ao ano (151,82% ao ano). A nova regra começou a valer em 6 de janeiro deste ano.

Além da limitação do juro, os dados de hoje refletem uma revisão realizada na série histórica do BC. De acordo com a autarquia, os números passaram a considerar o fato de alguns bancos cobrarem juro no cheque especial apenas após dez dias de atraso no pagamento da fatura. Antes, era considerado todo o período de atraso. Esta mudança fez com que o nível do juro no cheque especial, na nova série histórica, fosse menor em anos anteriores.

Os dados agora divulgados pelo Banco Central mostraram ainda que para aquisição de veículos, os

juros foram de 19,0% ao ano em junho para 18,9% em julho.

A taxa média de **juros** no crédito total, que inclui operações livres e direcionadas (com recursos da poupança e do BNDES), foi de 19,5% ao ano em junho para 19,1% ao ano em julho. Em julho de 2019, estava em 24,7%.

Já o Indicador de Custo de Crédito (ICC) caiu 0,4 ponto percentual em julho ante junho, aos 18,3% ao ano. O percentual reflete o volume de **juros** pagos, em reais, por consumidores e empresas no mês, considerando todo o estoque de operações, dividido pelo próprio estoque. Na prática, o indicador reflete a taxa de **juros** média efetivamente paga pelo brasileiro nas operações de crédito contratadas no passado e ainda em andamento.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado aprova MP que regula pagamento de auxílio emergencial e texto vai à sanção



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 34/2020, que estabelece regras para o pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Em sessão remota realizada nesta quarta-feira (26), os parlamentares decidiram enviar a proposta para sanção do presidente da República.

O projeto é oriundo da Medida Provisória 959/2020. A matéria foi relatada em Plenário pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO). O parlamentar manteve o texto do deputado Damião Feliciano (PDT-PB), relator da proposta na Câmara, onde a MP havia sido aprovada na última terça-feira (25).

'Quanto à constitucionalidade, consideramos a matéria adequada. Também não identificamos aspectos de injuridicidade e contrários à boa técnica legislativa. Quanto ao exame da proposição sob a ótica da despesa pública, verifica-se que os dispositivos trazidos

revestem-se de caráter essencialmente normativo, sem impacto direto ou indireto sobre o aumento das despesas públicas', pontua Eduardo Gomes.

A MP 959/2020 define regras para os bancos federais pagarem os benefícios aos trabalhadores que sofreram com a redução de **salário** e jornada ou pela suspensão temporária do contrato de trabalho por causa da pandemia. Os benefícios foram criados pela MP 936/2020, que foi transformada na Lei 14.020, de 2020.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR), lembra que a iniciativa do governo veio em um momento em que as empresas não tinham mais condições de manter seus funcionários. Por isso, o parlamentar acredita que a manutenção desse programa vai ajudar na retomada da **economia** do país no pós-pandemia.

'Esse programa lançado pelo governo em abril, é responsável pela preservação de mais de 16 milhões de empregos e foi prorrogado pelo presidente Bolsonaro esta semana por mais dois meses, totalizando 180 dias. Estão previstos 51 bilhões para o programa e já foram pagos 21,8 bilhões para manter esses 16 milhões de empregos no Brasil', afirma o senador.

Proteção de dados

O texto da MP 959/2020 previa, ainda, o adiamento da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Essa norma regulamenta o uso de dados pessoais de clientes e usuários por empresas públicas e privadas, para o fim do período de calamidade pública, conforme consta no artigo 4º do PLV.

No entanto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou que esse dispositivo não era adequado e passou a ser considerado 'não escrito' no projeto. Assim, Alcolumbre explicou que não há previsão de nenhuma penalidade a empresas e pessoas quanto à entrada em vigor da LGPD.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) chegou a mencionar itens do regimento interno que impedem o Senado de deliberar sobre matéria já decidida pelos parlamentares. Alcolumbre, por sua vez, lembrou que, no mês de maio, o Senado aprovou destaque do PDT e do MDB que mantinha a vigência da Lei 13.709, de 2018, para agosto deste ano.

'Teremos a visualização de regras claras para todas as empresas e pessoas a partir de agosto de 2021, prazo para adequação e modernização à nova normatização' destacou o presidente do Senado.

O PLV 34/2020 foi aprovado com emenda de redação apresentada por Eduardo Gomes (MDB-TO), que retirou a expressão 'social' da poupança digital autorizada a ser aberta pelo artigo 2º do PLV.

Fonte: Brasil 61

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caixa amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Caixa ampliou a possibilidade de pausa nas prestações dos créditos comerciais de pessoas físicas e jurídicas para um período de até 180 dias. A medida vale para contratos como os de Renegociação, CDC, Microcrédito, Construcard e Crédito Auto.

Créditos: Marcelo Camargo Caixa amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias

A ampliação do prazo de 90 para até 180 dias é uma das medidas de enfrentamento aos efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19.

Regras

Os clientes que já tiveram a pausa de 90 dias concluída ou em andamento podem solicitar a prorrogação do prazo por mais 90 dias. Quem ainda não optou por essa alternativa, pode solicitar a pausa de até 180 dias.

Com a pausa, os valores das demais prestações serão alterados e os **juros** do período pausado serão distribuídos pelas demais parcelas, aumentando o valor da prestação mensal. O prazo final de pagamento do

contrato também é postergado automaticamente, permanecendo a quantidade de parcelas a pagar, taxa de **juros** e demais condições contratadas.

No caso de empréstimos com atraso, o período pausado considera as parcelas atrasadas e os encargos por atraso também são incorporados ao saldo devedor.

Quem pode solicitar

A Caixa esclarece que não fará a prorrogação do prazo de maneira automática, sendo necessária a manifestação do cliente. Clientes pessoas físicas ou jurídicas com contratos de crédito parcelado em dia ou com até 50 dias em atraso podem fazer a solicitação.

Segundo a Caixa, não será possível fazer a solicitação nas seguintes situações: caso o tipo de empréstimo não esteja entre as modalidades passíveis de pausa; o contrato já tenha atingido o limite máximo de parcelas pausadas; o contrato tenha tido carência na contratação, o período da pausa estará limitado até 6 parcelas no total.

Como solicitar

Pedido de Pausa de até 3 parcelas - Solicite pelo Internet Banking Caixa ou pelo App Caixa, opção "crédito" > "pausar contratos".

Pedido de Pausa de até 6 parcelas - Ligue 0800 726 8068, opção 2 ou fale no WhatsApp pelo telefone 0800 726 0104, opção 4.

Construcard e Crédito Auto - A solicitação deve ser feita exclusivamente por meio do WhatsApp 0800 726 0104.

Os clientes da Agência Digital podem ligar para 3004 8104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 208 8104 (demais regiões).

Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA**

Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O alcance de novos públicos e uma grande repercussão dentro e fora do Brasil foram os principais resultados da realização da terceira edição do Festival Curta Caicó, neste mês de agosto. O festival que estava programado para mês de junho na cidade de Caicó, região do Seridó norte-rio-grandense, foi realizado em formato digital devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e respeitando o decreto governamental que proíbe a realização de eventos com aglomerações. Apostando alto nas novas tecnologias, os organizadores do festival de cinema mudaram literalmente o roteiro a partir de um Plot Twist, uma espécie de reviravolta para a realização no formato digital.

Estimulados pelo Edital de **Economia** Criativa do Sebrae do Rio Grande do Norte, os organizadores aceitaram o desafio de apresentar um projeto para concorrer no formato digital. Contemplados pelo edital, tiveram os recursos garantidos para a realização de oito atividades formativas e investimento nas mídias sociais. 'O que estava se consolidando como um filme de suspense ganhou outra perspectiva e teve um final feliz. O apoio do edital do Sebrae nos motivou a realizar o

festival em formato digital e o resultado foi impactante para o próprio festival e o **mercado** do audiovisual', comemora Rauldon Lucena, diretor do Curta Caicó.

Os números expressivos comprovam o sucesso e a consolidação do Curta Caicó como um dos festivais de cinema emergentes do país. Dados do Google Analytics revelam que no período do evento o website do festival www.curtacaico.com.br obteve mais de 87 mil visualizações na página. Já as mídias sociais alcançaram mais de 192 mil pessoas, registrando cerca de 350 mil impressões. No geral, o Curta Caicó digital chegou a 573 municípios e atingiu 39 países, como Estados Unidos, Portugal, França, Argentina e Espanha. De acordo com Rauldon Lucena, esse êxito se deu graças a um planejamento digital estratégico minucioso, buscando atingir novos públicos e criar uma experiência diferenciada para os usuários.

O evento criou uma plataforma de streaming intitulada 'Caicó Flix', onde os internautas se cadastravam gratuitamente e podiam assistir os filmes selecionados pelo festival. Ao todo foram 115 curtas-metragens, divididos em dez mostras competitivas e paralelas. Na plataforma foram realizados mais de 4 mil cadastros. 'Durante o festival, recebemos muitas mensagens de pessoas que estavam maratonando os filmes selecionados pelo festival. O que para nós é uma satisfação imensa, pois um dos objetivos do Curta Caicó é fomentar a formação de público e valorizar o nosso cinema', destaca Lucena.

As oficinas de formação, workshops, webinars e debates também foram realizados em ambiente online, atraindo pessoas de todo o país. De acordo com a facilitadora da oficina de Documentário, Dênia Cruz, o resultado foi bastante expressivo e os participantes produziram curtas-metragens que estão disponíveis no canal do festival no YouTube.

'Já estamos planejando a próxima edição e um dos nossos focos será a formação. Queremos realizar um trabalho voltado para as escolas de Caicó e do Seridó,

estimulando a produção audiovisual e desenvolvendo a **economia** criativa em nossa região. Acreditamos que o Seridó do Rio Grande do Norte pode vir a se tornar importante polo de produção de cinema', avisa Lucena.

Além de investir nas tecnologias digitais, o Curta Caicó fez uma conexão entre o passado, presente e futuro. Na abertura do festival teve um bate-papo com a escritora Flávia Assaf e o diretor de fotografia Walter Carvalho. Logo a seguir, foi realizada uma sessão especial do filme 'Boi de Prata', do diretor Carlos Augusto Ribeiro Junior.

De origem caicoense e filmando no final da década de 70, 'Boi de Prata' é um dos filmes mais importantes da cinematografia do Rio Grande do Norte. Durante a conversa, Walter Carvalho falou sobre sua saudade das paisagens seridoenses e ressaltou que o filme foi sua primeira experiência com obras de ficção, destacando o desejo de voltar a filmar em Caicó.

A cerimônia de encerramento foi realizada ao vivo no canal do Curta Caicó. Os vencedores do festival ganharam vários prêmios, como o Mística nas Mostras Nacional, Nordeste, Potiguar e Seridó; o Elo Company de distribuição, na Mostra Nacional; o Prêmio do Centro Técnico Audiovisual, na Mostra Potiguar; e prêmios da Associação dos Críticos de Cinema do Rio Grande do Norte (ACCIRN) nas mostras competitivas e paralelas, além dos vencedores do júri popular. O resultado completo está no site www.curtacaico.com.br.

Dentre os homenageados do Festival, o diretor Walter Carvalho e o cineasta seridoense Bucka Dantas receberam o Prêmio Referência de Contribuição Artística, que a cada edição premia personalidades e movimentos que contribuem para o desenvolvimento do audiovisual regional e nacional.

O Curta Caicó é uma realização da Referência Comunicação. Além do Edital de **Economia** Criativa do Sebrae-RN, o evento contou com patrocínio do Governo do Estado, Fundação José Augusto, Lei Câmara Cascudo, Eletrocenter, Rende Gás e Slup, além do apoio do Sesc-RN, Inplarn, Replac e Morada da Paz. O

festival teve apoio cultural da Mística, Elo Company, Centro Técnico Audiovisual, ACCIRN, IFRN e UERN. Além de parcerias importantes do Setecnas, Cardume e Canal Futura.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Déficit primário do Governo Central atinge R\$ 87,84 bilhões em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o Governo Central - Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social - encerrar julho com déficit primário de R\$ 87,335 bilhões. Apesar de ser o maior rombo registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997, o resultado veio melhor que o estimado pelo **mercado**.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil Resultado foi melhor que o esperado pelas instituições financeiras

As instituições financeiras pesquisadas pelo Prisma Fiscal, publicação do Ministério da **Economia** com analistas de **mercado**, estimavam que o resultado negativo ficaria em R\$ 103,5 bilhões no mês passado. O número contrastou com previsão recente divulgada pela equipe econômica, que estimava déficit primário de R\$ 252 bilhões para julho.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os **juros** da dívida pública. De janeiro a julho, o rombo do Governo Central totalizou R\$ 505,187 bilhões, valor recorde da série histórica para o período. Nos sete primeiros meses do

ano passado, o déficit somava R\$ 35,245 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o déficit primário chega a R\$ 567,4 bilhões. Para 2020, o Ministério da **Economia** projeta rombo de 787,4 bilhões, o equivalente a 11% do Produto Interno Bruto (PIB).

Coronavírus

A queda das receitas decorrente da crise econômica e o aumento de despesas com o enfrentamento da pandemia de covid-19 são os principais responsáveis pelo aumento do déficit primário. Por causa do estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso em março, o Governo Central está dispensado de cumprir a meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões.

Segundo os números do Tesouro, as medidas associadas à pandemia aumentaram as despesas em R\$ 62,8 bilhões no mês passado. A maior despesa decorre do auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras), que totalizou R\$ 45,9 bilhões. Em segundo lugar, vem o auxílio o auxílio emergencial aos estados, que consumiu R\$ 18,3 bilhões.

Teto de gastos

Mesmo com autorização para gastar mais, o Tesouro fez um apelo para a preservação do teto federal de gastos, ressaltando que o dispositivo representa a única âncora fiscal que restou no Orçamento de 2020. Segundo o órgão, é necessário retomar os esforços de busca do reequilíbrio das contas públicas depois do fim da pandemia, caso contrário haverá danos para a sociedade e para a **economia**.

'A simples perda de credibilidade do processo de consolidação fiscal faria com que as taxas de **juros** aumentassem e que os investimentos privados diminuíssem, o que prejudicaria o crescimento econômico do país e reduziria a renda e a geração de empregos.', destacou o Tesouro em comunicado. Segundo o órgão, cada aumento de 1 ponto percentual

nos **juros** reduziria o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) entre R\$ 52 bilhões e R\$ 92 bilhões em um ano.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Influenciado por exterior, dólar tem maior queda em três meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Influenciado por ações do Banco Central norte-americano, o dólar teve nesta sexta-feira (28) a maior queda em três meses. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,416, com recuo de R\$ 0,163 (-2,93%). Essa foi a maior queda percentual em um dia desde 2 de junho, quando a moeda tinha caído 3,23%.

Créditos: Marcello Casal Jr./Arquivo/Agência Brasil
Moeda norte-americana fechou em R\$ 5,41

A divisa está no menor valor desde 13 de agosto, quando tinha fechado em R\$ 5,368. Nesta semana, o dólar caiu 3,41%, mas acumula alta de 3,78% em agosto e de 34,95% em 2020.

Nesta sexta, o dólar caía contra as principais moedas do planeta. O dólar cedia 1,7% ante o peso mexicano, 1,5% contra a moeda da Nova Zelândia e 1,1% frente ao iene.

O principal motivo para o recuo da moeda norte-americana foi a avaliação do **mercado** de que a mudança de abordagem pelo Federal Reserve (Fed), Banco Central dos Estados Unidos, pode significar

longo período de baixas taxas de **juros**. Juros mais baixos na **economia** norte-americana reduzem a atratividade do dólar como investimento.

No **mercado** de ações, o dia foi marcado pela euforia, também por causa da nova estratégia divulgada ontem (27) pelo Fed. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), fechou em alta de 1,51%, aos 102.143 pontos. Por causa do desempenho de hoje, o índice encerrou a semana com leve alta acumulada de 0,6%. Em agosto, o Ibovespa cai 0,75%.

Além dos fatores internacionais, a alta do Ibovespa foi influenciada pelos **juros** baixos. Com a taxa Selic (**juros** básicos da **economia**) no menor nível da história, em 2% ao ano, investidores domésticos estão migrando para a bolsa em busca de rentabilidades maiores, apesar do risco do **mercado** de ações.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O alcance de novos públicos e uma grande repercussão dentro e fora do Brasil foram os principais resultados da realização da terceira edição do Festival Curta Caicó, neste mês de agosto. O festival que estava programado para mês de junho na cidade de Caicó, região do Seridó norte-rio-grandense, foi realizado em formato digital devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e respeitando o decreto governamental que proíbe a realização de eventos com aglomerações. Apostando alto nas novas tecnologias, os organizadores do festival de cinema mudaram literalmente o roteiro a partir de um Plot Twist, uma espécie de reviravolta para a realização no formato digital.

Estimulados pelo Edital de **Economia** Criativa do Sebrae do Rio Grande do Norte, os organizadores aceitaram o desafio de apresentar um projeto para concorrer no formato digital. Contemplados pelo edital, tiveram os recursos garantidos para a realização de oito atividades formativas e investimento nas mídias sociais. 'O que estava se consolidando como um filme de

suspense ganhou outra perspectiva e teve um final feliz. O apoio do edital do Sebrae nos motivou a realizar o festival em formato digital e o resultado foi impactante para o próprio festival e o **mercado** do audiovisual', comemora Rauldon Lucena, diretor do Curta Caicó.

Os números expressivos comprovam o sucesso e a consolidação do Curta Caicó como um dos festivais de cinema emergentes do país. Dados do Google Analytics revelam que no período do evento o website do festival www.curtacaico.com.br obteve mais de 87 mil visualizações na página. Já as mídias sociais alcançaram mais de 192 mil pessoas, registrando cerca de 350 mil impressões. No geral, o Curta Caicó digital chegou a 573 municípios e atingiu 39 países, como Estados Unidos, Portugal, França, Argentina e Espanha. De acordo com Rauldon Lucena, esse êxito se deu graças a um planejamento digital estratégico minucioso, buscando atingir novos públicos e criar uma experiência diferenciada para os usuários.

O evento criou uma plataforma de streaming intitulada 'Caicó Flix', onde os internautas se cadastravam gratuitamente e podiam assistir os filmes selecionados pelo festival. Ao todo foram 115 curtas-metragens, divididos em dez mostras competitivas e paralelas. Na plataforma foram realizados mais de 4 mil cadastros. 'Durante o festival, recebemos muitas mensagens de pessoas que estavam maratonando os filmes selecionados pelo festival. O que para nós é uma satisfação imensa, pois um dos objetivos do Curta Caicó é fomentar a formação de público e valorizar o nosso cinema', destaca Lucena.

As oficinas de formação, workshops, webinars e debates também foram realizados em ambiente online, atraindo pessoas de todo o país. De acordo com a facilitadora da oficina de Documentário, Dênia Cruz, o resultado foi bastante expressivo e os participantes produziram curtas-metragens que estão disponíveis no canal do festival no YouTube.

Nostalgia e premiações

'Já estamos planejando a próxima edição e um dos nossos focos será a formação. Queremos realizar um trabalho voltado para as escolas de Caicó e do Seridó, estimulando a produção audiovisual e desenvolvendo a **economia** criativa em nossa região. Acreditamos que o Seridó do Rio Grande do Norte pode vir a se tornar importante polo de produção de cinema', avisa Lucena.

Além de investir nas tecnologias digitais, o Curta Caicó fez uma conexão entre o passado, presente e futuro. Na abertura do festival teve um bate-papo com a escritora Flávia Assaf e o diretor de fotografia Walter Carvalho. Logo a seguir, foi realizada uma sessão especial do filme 'Boi de Prata', do diretor Carlos Augusto Ribeiro Junior.

De origem caicoense e filmando no final da década de 70, 'Boi de Prata' é um dos filmes mais importantes da cinematografia do Rio Grande do Norte. Durante a conversa, Walter Carvalho falou sobre sua saudade das paisagens seridoenses e ressaltou que o filme foi sua primeira experiência com obras de ficção, destacando o desejo de voltar a filmar em Caicó.

A cerimônia de encerramento foi realizada ao vivo no canal do Curta Caicó. Os vencedores do festival ganharam vários prêmios, como o Mística nas Mostras Nacional, Nordeste, Potiguar e Seridó; o Elo Company de distribuição, na Mostra Nacional; o Prêmio do Centro Técnico Audiovisual, na Mostra Potiguar; e prêmios da Associação dos Críticos de Cinema do Rio Grande do Norte (ACCIRN) nas mostras competitivas e paralelas, além dos vencedores do júri popular. O resultado completo está no site www.curtacaico.com.br.

Dentre os homenageados do Festival, o diretor Walter Carvalho e o cineasta seridoense Bucka Dantas receberam o Prêmio Referência de Contribuição Artística, que a cada edição premia personalidades e movimentos que contribuem para o desenvolvimento do audiovisual regional e nacional.

O Curta Caicó é uma realização da Referência Comunicação. Além do Edital de **Economia** Criativa do

Sebrae-RN, o evento contou com patrocínio do Governo do Estado, Fundação José Augusto, Lei Câmara Cascudo, Eletrocenter, Rende Gás e Slup, além do apoio do Sesc-RN, Inplarn, Replac e Morada da Paz. O festival teve apoio cultural da Mística, Elo Company, Centro Técnico Audiovisual, ACCIRN, IFRN e UERN. Além de parcerias importantes do Setecnas, Cardume e Canal Futura.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **mercado** de trabalho brasileiro mostra sinais de estabilidade, com algum viés de recuperação, ainda que de forma discreta, após o tombo causado pelos efeitos econômicos da pandemia. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (28), em boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19) referente à semana de 2 a 8 de agosto.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Segundo a Carta de Conjuntura do Ipea, ainda que não seja possível notar uma reação mais robusta do **mercado** de trabalho, a simples estabilidade nos índices já pode apontar que houve uma interrupção na tendência de queda, que vinha se mostrando desde o mês de março, notadamente a partir de maio e junho, quando houve o pico da pandemia principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A taxa de desocupação foi de 13,3% na semana de referência, próxima da média de julho, de 13,1%. O nível da ocupação também apresentou estabilidade em relação ao mês anterior, situando-se em 47,9%, nível

idêntico à média de julho.

'O nível de ocupação costuma reagir aos movimentos do nível de atividade de forma defasada. Assim, o recuo da população ocupada observado em junho e julho teria refletido a forte retração da atividade econômica observada no início da pandemia, e sua estabilidade no período mais recente já poderia ser interpretada como reflexo da melhora dos indicadores econômicos a partir de maio', destacaram os técnicos do Ipea.

Segundo eles, se não houver piora das condições sanitárias associadas à pandemia, o que poderia levar a novas restrições ao funcionamento das atividades econômicas, 'seria razoável esperar que o nível de ocupação passasse a recuperar-se gradualmente nos próximos meses'.

Ainda assim, mesmo que a evolução favorável da pandemia possa levar ao processo de retorno gradual a algum tipo de normalidade no funcionamento da **economia**, os efeitos adversos da crise no **mercado** de trabalho, de acordo com o Ipea, tendem a persistir durante algum tempo.

'Em particular, é razoável imaginar que, nos próximos meses, a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado, podendo até vir a oscilar para cima, pressionada pelo movimento de retorno à força de trabalho de uma parcela de trabalhadores que, amparada pelo recebimento do auxílio emergencial, deixou de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social', salientou o instituto na Carta de Conjuntura.

De acordo com o Ipea, é razoável esperar que, com a continuidade do processo de recuperação do nível de atividade econômica, o nível de ocupação passe a recuperar-se nos próximos meses, mas a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado, pressionada pelo movimento de retorno à força de trabalho de pessoas que deixaram de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social.

'Os resultados recentes da Pnad Covid-19 sugerem que esse movimento ainda não começou de forma significativa. De fato, o número de pessoas não ocupadas que não procuraram emprego por conta da pandemia, mas gostariam de trabalhar, permaneceu elevado (18,3 milhões), apesar da queda em comparação com a média de julho (18,9 milhões)', ressaltou o Ipea.

De qualquer forma, a redução, na margem, do contingente de pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego por conta da pandemia, é um dos indícios que sinalizam o retorno gradual a algum tipo de 'normalidade' no **mercado** de trabalho.

'Outro sinal nesse sentido é fornecido pelo número de pessoas ocupadas, mas temporariamente afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, que continuou a trajetória de queda observada desde o início da pesquisa. Na primeira semana de agosto, esse indicador atingiu 4,7 milhões de pessoas, abaixo da média de julho, que foi de 6,8 milhões de pessoas.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Bolsonaro tem razão sobre abono salarial, diz Paulo Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro estava certo ao defender a manutenção do abono salarial (espécie de 14^o **salário**) para os trabalhadores formais que recebem até dois salários mínimos, disse hoje (28) o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. Em evento para empresários da indústria do aço, ele declarou que a resistência do presidente em eliminar o benefício é 'natural' e decorre do instinto político.

'É natural quando você começa a discutir a focalização de programas, chega alguém e diz: 'Olha, tira aqui o abono salarial e bota ali'. Isso chegou a ser discutido até no governo do PT, a própria [ex-presidente] Dilma [Rousseff] propôs isso, essa consolidação de programas. E quando isso é imaginado, aí o presidente reage naturalmente, com instinto político, e fala: 'Espera aí, tirar do pobre e dar pro mais pobre?', disse o ministro.

Guedes informou que a eliminação do abono salarial era apenas uma das possibilidades em estudo e que a equipe econômica levou outras sugestões de propostas para financiar o Renda Brasil, que estão sendo analisadas pelo Palácio do Planalto. 'O **salário** de 75%

dos brasileiros que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] é abaixo de 1,5 **salário** mínimo, então [acabar com abono] realmente é tirar da base de trabalhadores brasileiros e passar pro que está desempregado, que está pior ainda', declarou. 'Mas essa era uma das possibilidades que estavam sendo examinadas.'

A eliminação do abono salarial estava sendo estudada pela equipe econômica para fornecer recursos para o Renda Brasil, novo programa de distribuição de renda em discussão no governo. Na última quarta-feira (26), Bolsonaro anunciou, em viagem a Minas Gerais, que tomou a decisão de suspender a criação do Renda Brasil depois de reunião com Guedes.

'Não podemos fazer isso aí, como, por exemplo, a questão do abono para quem ganha até dois salários mínimos, seria um décimo quarto **salário**. Não podemos tirar de 12 milhões de pessoas para dar para um Bolsa Família, um Renda Brasil, seja lá o que for o nome desse novo programa", acrescentou, ao discursar na cerimônia de reativação do alto-forno 1 da Usiminas', declarou o presidente na ocasião.

O ministro da **Economia** também falou sobre as perspectivas para a indústria. Segundo Guedes, a alta do dólar e os **juros** baixos ajudarão o setor industrial a se recuperar em 2021. Além das condições da **economia**, ele reiterou a promessa de medidas para liberalizar a **economia**, como reduções de impostos por meio da reforma tributária e mudanças em legislações.

'A indústria pode esperar para o ano que vem câmbio forte, **juros** baixos, impostos descendo com reforma tributária', comentou. Entre as medidas que deverão reduzir os custos logísticos e aumentar a competitividade do produto brasileiro, ele citou a reforma na lei de navegação por cabotagem e a liberalização do **mercado** de energia, que deverá baratear o preço da luz e dos combustíveis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

ECONOMIA

Setor empresarial recebe com otimismo anúncio de venda de ativos da Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O crescente investimento privado e o aumento de produção do petróleo, verificado a partir da reativação de campos maduros comprados da Petrobras pela iniciativa privada, fazem especialistas e empresários enxergarem, na venda das concessões da estatal, uma via para a recuperação do **mercado** no Rio Grande do Norte.

A medida é tida como meio para dinamização da cadeia produtiva de petróleo e gás que vem sofrendo dificuldades ao longo dos últimos anos.

O processo de venda dos campos terrestres e de águas no RN, anunciado esta semana, na avaliação de Gutemberg Dias, presidente da RedePetro - entidade que reúne empresas fornecedoras do setor -, irá reaquecer o **mercado** de petróleo e gás do estado. Para ele, o importante é que os investimentos em exploração e produção sejam continuados para que o setor volte a crescer.

'Há um impacto direto da saída, após 47 anos de operação no Estado, com um grande vínculo e grandes contribuições para o Rio Grande do Norte. Mas a questão não é a Petrobras ficar, mas ela ficar e investir. O importante é continuar investindo, o que já foi anunciado que não será feito, é um processo irreversível frente a decisão da empresa de investir apenas em águas profundas. Precisamos conviver com este novo cenário de petróleo e gás no RN. Para esse momento, a saída [com a entrada de investimentos privados] é a melhor solução e poderá reaquecer o **mercado**', enfatiza.

Gutemberg lembra que, desde 2014/2015, quando a Petrobras iniciou o processo de redução de investimentos do RN, várias operações foram encerradas nos campos da Bacia Potiguar. 'As empresas fornecedoras fecharam as portas ao longo desses anos. Para ter ideia, na RedePetro, temos 23 empresas fornecedoras ativas, antes eram 130 empresas associadas', observa Dias.

O RN é um dos estados mais impactados com as medidas do plano de desinvestimento da Petrobras. Os números apontam queda expressiva na produção de petróleo e gás norte-rio-grandense nos últimos anos, gerando consequências para toda a cadeia produtiva e perda de emprego de trabalhadores. Dados da Petrobras mostram que a produção média do Polo Potiguar, de janeiro a junho de 2020, foi de aproximadamente 23 mil barris de óleo por dia (bpd). O Estado já chegou a produzir 120.000 barris/dia.

'Para os empresários do segmento, a decisão da Petrobras significa oportunidade de novos negócios', afirma o empresário Francisco Vilmar Pereira, presidente da Vipetro Construções e Montagens Industriais. Segundo ele, as empresas que comprarem a cessão farão investimentos e reativarão a produção em patamares expressivos, movimentando toda a cadeia do

setor petrolífero do estado. 'A entrada de novas empresas e os investimentos irão demandar mais serviços para terceirizadas, fornecedores e prestadores de serviços da região, isso é importante para movimentar a **economia** do estado', observa o empresário, que também é diretor da FIERN e presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Norte (SIMETAL/RN).

Ele lembra que a entrada da empresa Potiguar E&P, subsidiária da Petroreconcavo, que comprou 34 campos do Riacho da Forquilha, já se reflete em um crescimento de produção e movimentação do setor. 'Houve o aumento de produção com a Potiguar E&P e, conseqüentemente, da demanda para terceirizadas, rede de fornecedores e prestadores de serviços nas regiões de Mossoró, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi. As empresas locais vinham sofrendo com a queda de produção', avalia Vilmar Pereira. A Potiguar E&P registrou crescimento de 29,6% na produção terrestre de petróleo no Rio Grande do Norte, nos primeiros seis meses de operação.

O empresário pondera que o ideal seria que a cessão tivesse sido em blocos menores para beneficiar um número maior de empresas que já atuam na área. 'O campo do Amaro deve ter uma grande procura devido sua importância, mas há campos menores para os quais poderiam ter sido feitas a cessão em pacotes menores para que mais produtores da região pudessem concorrer nesta venda da cessão. De toda forma, é uma retomada, um crescimento das atividades importantes para o setor e para todo o Estado', afirmou.

A venda

Na segunda-feira (26), a Petrobras anunciou o processo de venda que trata da cessão dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural do conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas, com instalações integradas, localizadas na Bacia Potiguar.

O Polo Potiguar é formado por três subpolos (Canto do Amaro, Alto do Rodrigues e Ubarana), totalizando 26 concessões de produção, 23 terrestres e três marítimas, além de incluir acesso à infraestrutura de processamento, refino, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. As concessões do subpolo Ubarana estão localizadas em águas rasas, entre 10 km e 22 km da costa do município de Guamaré. As demais concessões dos subpolos Canto do Amaro e Alto do Rodrigues são terrestres.

Além das concessões e suas instalações de produção, está incluída na transação a Refinaria Clara Camarão, localizada em Guamaré, com capacidade instalada de refino de 39.600 barris por dia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei Geral das MPes prevê Educação Empreendedora nas escolas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A pandemia do novo coronavírus colocou os mais experientes empreendedores numa situação inimaginável, cercada de instabilidade financeira e dúvidas relativas à continuidade dos negócios por causa da brusca queda no consumo dos itens não essenciais. Mudar a forma de empreender se tornou motivo de sobrevivência e se educar às mudanças do **mercado**, uma necessidade. A crise da covid-19, que foi além do desastre sanitário, ceifou milhares de empregos ao redor do mundo e fez nascer empreendedores, que sequer imaginavam o que seria experimentar uma nova vivência fora das suas zonas de conforto.

Créditos: Ângelo Marcio da Silva Lei deverá beneficiar pessoas como os irmãos Ângelo Márcio e Emanuel Silva que investem na ampliação de uma estamperia em bonés

saiba mais

Conceição Moreno, Analista do Sebrae/RN: Crianças podem desenvolver habilidades permanentes

Lei Geral das micro e pequenas empresas simplificará

acesso ao crédito

Na próxima semana, audiências públicas na Assembleia vão debater Lei Geral

Lei Geral das micro e pequenas empresas incentiva a inovação

Com lei geral, micro e pequenas empresas terão tratamento diferenciado em licitações públicas

Lei Geral beneficiará 187 mil micro e pequenos negócios no RN

Projeto ALL, do Sebrae, faz capacitações in loco

A Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte, que passará a ser discutida em Audiências Públicas na Assembleia Legislativa a partir da próxima semana, deverá ser sancionada sob as regras impostas pelo 'novo normal'. Foi nesse contexto que surgiram oportunidades. E a Lei, caso aprovada, visa fomentar o empreendedorismo com base em estudos, formação técnica e busca de resultados positivos para a cadeia produtiva. O novo conjunto de normas deverá beneficiar os irmãos Ângelo Márcio da Silva e Emanuel Silva Santos.

Ângelo, que há mais de uma década morava no Ceará, foi demitido no meio da pandemia e precisou voltar para Caicó, sua cidade-natal, para recomeçar. O irmão, Emanuel, há pouco mais de cinco anos abriu uma pequena estamperia, especializada na pintura de bonés. O que seria um desastre para o trabalhador que perdeu seu posto de trabalho por causa da covid-19, se transformou em oportunidade. O dinheiro da rescisão de Ângelo será usado para ampliar a estamperia do irmão e, com isso, dobrar a produção atual que gira em torno de 700 estampas diárias em bonés promocionais e 100 em bonés com ilustrações em alto relevo.

'Ele começou trabalhando numa bonelaria aos 16 anos. Nela ficou uns seis anos. Depois, foi para outra fábrica,

onde passou mais 10 anos. De repente, decidiu trabalhar para si. Há mais ou menos cinco anos, montou a estamperia e hoje presta serviços aos antigos patrões. Meu irmão empreendeu por impulso e eu irei, por necessidade. O dinheiro da minha rescisão será usado para alugar um galpão, aumentar o número de mesas para estampas e formalizar a empresa', relata Ângelo Márcio da Silva.

Até agora, os irmãos caicoenses não tiveram orientação técnica para ampliação do negócio. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) defende que 'é essencial aprender sobre empreendedorismo. Afinal, a educação empreendedora não se trata só de abrir e gerenciar um negócio, mas também de desenvolver habilidades, para que as pessoas se tornem capazes de enfrentar desafios, alcançar objetivos e promover transformações na sociedade'. Ângelo e Emanuel estão cientes do que precisam aprender, pois querem crescer e se tornar referência no trabalho desenvolvido na estamperia em Caicó e região.

Conceição destaca a importância da Educação Empreendedora no cenário atual da **economia**. 'A educação empreendedora possibilita que o indivíduo desenvolva habilidades e atitudes como: criatividade, pensamento crítico, inteligência emocional, empatia, resiliência características que são extremamente necessárias aos profissionais do contexto atual e futuro', expõe. Ela destaca, ainda, que é necessário incentivar essa a cultura empreendedora nas crianças.

Incentivo

O Projeto de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do RN visa dar apoio a pessoas com o perfil dos irmãos Ângelo e Emanuel. A partir da aprovação da lei, será instituído o Programa Estadual de Educação Empreendedora do Rio Grande do Norte (PEE/RN) nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino, nos cursos técnico e superior. Entre os objetivos do Programa, estão: inserir nas unidades de ensino ações pedagógicas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora; contribuir no desenvolvimento

socioeconômico do Rio Grande do Norte por meio da inclusão social e digital dos jovens nas localidades de seus domicílios; incentivar a autonomia financeira e o surgimento de negócios inovadores; e desenvolver nos alunos um conjunto de competências para a tomada de decisão, para traçarem planos e organizarem os recursos necessários para atingirem o sucesso.

Conforme disposto no Projeto de Lei, 'o Estado do Rio Grande do Norte, por si ou por meio de parcerias com instituições públicas ou privadas, fará a promoção do fomento de projetos de educação empreendedora, mediante a inserção de conteúdos curriculares e extracurriculares voltados a alunos do Ensino Fundamental, Médio, Superior e Técnico de escolas públicas e privadas'.

Terão prioridade projetos que estejam orientados para a identificação e promoção de ações compatíveis com as necessidades, potencialidades e vocações da região. O Seridó é reconhecido como polo boneleiro do Brasil, com parte da produção exportada para o **mercado** internacional. Projetos profissionalizantes também serão priorizados, assim como aqueles que beneficiem portadores de necessidades especiais, idosos, mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade.

'O Estado do Rio Grande do Norte apoiará, por si ou por meio de parcerias ou convênios, a criação de instrumentos específicos de estímulo, visando a criação de curso técnico e superior em gestão de empreendedores para apoio às microempresas, empresas de pequeno porte e demais equiparadas', destaca o Projeto de Lei.

Educação Empreendedora

O que contempla o Projeto de Lei:

Institui o Programa de Educação Empreendedora;

Promove o fomento de Projetos de Educação Empreendedora (inserção de conteúdos curriculares e extracurriculares aos alunos do Ensino Fundamental, Médio, Superior e Técnico de Escolas públicas e

privadas);

ECONOMIA

Cria cursos técnicos e superior em Gestão de Empreendedores.

Lei Geral

Projeto de Lei da MPE e suas principais temáticas

1. Políticas de Desenvolvimento e Desburocratização - Fomentar e fortalecer a política de apoio e desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, do agronegócio, do turismo rural e da pesca artesanal; favorecer políticas públicas, observando as vocações regionais e os aspectos culturais, prezando pelo desenvolvimento sustentável e equilibrado das regiões para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre elas.

2. Compras Governamentais - Abertura de licitações de até R\$ 150 mil com participação exclusiva de MPEs e previsão de subcontratação do objeto licitado por pequenas empresas.

3. Estímulo à Inovação - Poder público desenvolverá projetos e ações de inclusão digital para que os empreendedores possam aplicar novas técnicas e produtos em processos de gestão e produção.

4. Estímulo ao Crédito, à Capitalização e dos Incentivos Tributários - Criação de Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas, empresas de pequeno porte e demais equiparadas, assim como manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito.

5. Estímulo ao Associativismo, ao Cooperativismo e **Economia** Solidária - adotar mecanismos para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Estado 6. Educação Empreendedora - Inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

No Rio Grande do Norte, 53% dos que têm idade para trabalhar estão sem emprego, aponta IBGE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ícaro Carvalho

Repórter

O número de pessoas ocupadas caiu 12,3% no Rio Grande do Norte no segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) levantamento feito pelo Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE). Além disso, pela primeira vez desde o início da pesquisa, em 2012, o número de pessoas sem trabalho, que não procuram emprego ou querem trabalhar, ou estavam indisponíveis temporariamente no segundo trimestre de 2020, é maior dos que estão na força de trabalho (soma das pessoas ocupadas e as que estavam em busca de trabalho) no Rio Grande do Norte.

Créditos: Adriano Abreu Ezequias Souza, 42 anos, perdeu o emprego durante a pandemia e virou motorista de aplicativo

saiba mais

RN tem uma das menores proporções de pessoas trabalhando por conta própria, no País

Segundo o IBGE, 53% das pessoas do RN de 14 anos ou mais, o que representa 1,5 milhão de potiguares estão sem emprego e não procuraram vaga. Essas informações colocam o RN entre as 10 maiores taxas de desocupação do País.

De acordo com o Supervisor de Disseminação de Informações do IBGE-RN, Flávio Queiroz, embora o número de pessoas ocupadas em todo o Brasil tenha caído, não há uma queda tão alta da taxa de desocupação pelo fato de que houve uma grande queda, também, no contingente de pessoas na força de trabalho, grupo composto por pessoas ocupadas e desocupadas.

'Em muitos estados do Brasil, a taxa de desocupação do segundo trimestre de 2020 é, inclusive, menor do que no mesmo trimestre do ano passado, apesar de haver menos pessoas trabalhando em relação ao ano de 2019. Ou seja, uma queda na taxa de desocupação, sozinha, não significa dizer que há menos pessoas almejando se inserirem no **mercado** de trabalho', diz Queiroz.

Ainda de acordo com Queiroz, comparando o segundo trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, a estimativa é de que 189 mil potiguares perderam seus trabalhos. Entre abril e junho de 2020 havia 1,14 milhão de pessoas ocupadas no Estado, 161 mil a menos do que no primeiro trimestre do ano. O número de desocupados, assim como a nível nacional, se manteve estável no Rio Grande do Norte, com uma estimativa de 202 mil potiguares em busca de um ofício no segundo trimestre deste ano. A taxa de desocupação ficou em 15%, no RN.

De acordo com o professor e pesquisador do Departamento de Políticas Públicas da UFRN, Anderson Santos, ao analisar a questão do desemprego e desocupação no País, nos momentos de crise, os agentes empregadores buscam manter a liquidez de suas empresas.

'Os empresários não correm risco como correriam normalmente. Quem tem que assumir esse risco é o Estado. O Estado tem que atuar de várias formas, uma delas é o auxílio emergencial, o refinanciamento de dívidas, de **tributos**, uma agenda positiva para não ampliar a tributação neste momento, porque a tentação é grande, os cofres públicos sofrem com a crise e sobretudo, o Estado tem que puxar a demanda, através de compras e obras públicas, fazer a **economia** girar', comenta, citando ainda o imbróglio entre o ministro Rogério Marinho e o ministro Paulo Guedes, com divergências nas agendas para geração de empregos e gastos públicos.

Subgrupos

No grupo de pessoas fora da força de trabalho, o subgrupo da força de trabalho potencial teve um crescimento estimado de 54% no segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro. Eram 240 mil pessoas, no trimestre de janeiro a março, e chegou a 372 mil pessoas no trimestre seguinte.

Segundo o IBGE, essas pessoas não fizeram busca efetiva por trabalho, o que não é possível considerá-las como desocupadas. Com isso, o instituto acredita que o número de desocupados que perderam seu trabalho tenha ido para fora da força de trabalho.

Uma dessas pessoas que perdeu o emprego durante a pandemia de coronavírus é o motorista Ezequias Souza, 42 anos. Ele prestava serviços para uma empresa de ônibus de Natal há oito anos e foi demitido em junho. Sem renda nem emprego, aliado ao fato de que teve dificuldades para acessar seu seguro-desemprego e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) estava garantido para compra de sua casa, ele resolveu virar motorista de aplicativo para manter as contas em

dia. Foi a forma que encontrou para se manter ocupado.

'A empresa começou a demitir e junto comigo saíram outros 59 motoristas. Fiquei de uma maneira que infelizmente as empresas fecharam as portas para todo mundo. Não tive outra opção a não ser, já que eu trabalhava na área de transportes, tive que pegar um carro que eu tinha e dar entrada num carro que tivesse ano para ser motorista de aplicativo', comenta Ezequias.

A necessidade de Ezequias, no entanto, não é uma regra. Isso porque existe a parcela da população que desiste de procurar trabalho, seja por considerar a situação desfavorável do **mercado** ou até em virtude da pandemia de coronavírus, para não arriscar a saúde, avalia Flávio Queiroz, do IBGE.

'Em síntese, os desalentados correspondem à parcela da população que desistiu de procurar trabalho por considerar a situação desfavorável do **mercado** de trabalho', diz, complementando ainda que o número de desalentados no Rio Grande do Norte foi estimado em 196 mil pessoas no segundo trimestre deste ano, mantendo-se estável em relação ao primeiro trimestre.

Domésticos

Outro dado disponível na Pnad Contínua é com relação aos domésticos. O número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada caiu cerca de 49% no segundo trimestre de 2020 na comparação com o anterior. No primeiro trimestre do ano, o estado tinha 73 mil pessoas, mas esse número despencou para 37 mil pessoas no trimestre de abril a junho. Isso significa que 36 mil pessoas perderam sua ocupação nesse grupo de trabalhadores domésticos.

Subutilização

Segundo a pesquisa, o RN possui a sétima maior taxa de subutilização, que é quando os trabalhadores não estão usando plenamente seu potencial para trabalhar, seja por insuficiência de horas trabalhadas (menos de 40 horas semanais), desocupadas ou desistiram temporariamente de buscar trabalho.

'Essa taxa elevada de subutilização do Estado segue uma tendência dos demais estados do Nordeste, que têm as maiores taxas pela baixa dinâmica da **economia** e do **mercado** de trabalho nos últimos anos e também pela maior informalidade [a taxa foi 40,2% no RN], no segundo trimestre], que influencia na quantidade de pessoas que trabalham pelo menos 40 horas por semana', analisa Flávio Queiroz.

Pnad Contínua 2º trimestre

Ocupação RN 2º trimestre

47% da população do RN em idade de trabalhar ocupada;

1,14 milhão de pessoas ocupadas no Estado;

Redução de 161 mil pessoas com relação ao primeiro trimestre

202 mil pressionaram por uma vaga no **mercado** de trabalho

Força de Trabalho

53% estão fora da força de trabalho no RN

1,5 milhão de potiguares não procuram trabalho ou querem trabalhar, ou estavam indisponíveis temporariamente

Trabalhadores domésticos

49% de queda no número de trabalhadores domésticos sem carteira assinada

37 mil pessoas no trimestre de abril a junho mantiveram seus trabalhos

36 mil pessoas perderam sua ocupação nesse grupo de trabalhadores domésticos

Trabalhadores informais

22% de queda no número de trabalhadores informais por conta própria sem trabalho

65 mil deixaram de trabalhar no segundo trimestre

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nova chance para o RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Gutemberg Dias

Presidente da Redepetro RN

Lamento a decisão da Petrobras de encerrar suas atividades no Rio Grande do Norte. A empresa teve - e ainda tem - papel importantíssimo para a **economia** do Estado. A indústria do petróleo representa 13% do PIB estadual e mais de 30% do PIB industrial, e a Petrobras é o principal ator nesse cenário. Não ter a Petrobras operando na Bacia Potiguar, digamos assim, é estranho no primeiro momento.

Mesmo lamentando essa decisão, entendo não representar o fim da indústria do petróleo em nosso Estado, como muitos alardeiam, e sim um possível recomeço. A decisão ratificada no último dia 24 de agosto pela Petrobras, de fazer o desinvestimento de seus ativos no Rio Grande do Norte, já estava gestada há muito tempo. Deu-se a partir da descoberta do Pré-Sal, quando todos os olhares técnicos e econômicos da Petrobras se voltaram para essa operação.

Se observarmos os números que tratam dos

investimentos e, também, da produção de petróleo e gás, resta claro que, desde a mudança de estratégia da Petrobras, existe significativa redução de atividades por parte da empresa no onshore brasileiro, e não muito diferente na Bacia Potiguar.

É bom lembrar que o Rio Grande do Norte ainda é o maior produtor de petróleo terrestre do Brasil, mas vem com redução acentuada na produção desde 2015. O Estado produz algo perto de 35 mil BPD (já foi 60 mil) e a redução casa cronologicamente com a diminuição dos investimentos da Petrobras nos últimos anos.

Enquanto a Petrobras diminuía os investimentos na produção terrestre, fazia o inverso nas operações de águas profundas e no Pré-Sal. Ou seja, a empresa fez opção de focar suas atividades na produção de grandes volumes, como as grandes operadoras mundiais já viam fazendo há vários anos.

Nossa bacia sedimentar, mesmo tendo diminuição natural de produção em função da maturidade, ainda tem muito a oferecer no que tange à exploração de óleo e gás. Basta ver o grande interesse de empresas em adquirir os ativos da Petrobras.

Sobre o receio de menos empregos, impostos, royalties e renda, reconheço que os operadores independentes possam operar mais enxutos que a Petrobras. Mas, em contrapartida, vêm com perspectiva de investimentos para incremento de produção, que a médio prazo garante a retomada de parte dos empregos e ganhos econômicos para o **mercado**, a partir dos níveis de fornecimento.

O Rio Grande do Norte e, principalmente, a região de Mossoró, trem nova chance com o petróleo para fortalecer sua **economia**. Temos que ter em mente que o principal objetivo é trazer o petróleo à superfície. Só a partir daí que teremos ganhos econômicos e sociais.

Acredito piamente que a partir desse novo cenário que surge para indústria de petróleo no Rio Grande do

Norte, se houver uma conjunção de forças, é possível transformamos o Estado no maior fornecedor de serviços e bens e materiais para o onshore brasileiro. Temos uma logística incrível para atender todas as operações terrestres, mão de obra qualificada e empresas com grande expertise no segmento.

Nesse diapasão, vejo a necessidade de criarmos uma grande campanha de cunho institucional, que mostre o diferencial competitivo e as oportunidades que essas empresas teriam em se instalar no Rio Grande do Norte.

Já somos o maior produtor de petróleo em terra, já temos Mossoró como a Capital do Onshore Brasileiro. Só nos falta agora a convicção de nos tornarmos o market place do segmento.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Juiz nega ação contra venda de ativos da Petrobras no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz da 1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, Magnus Delgado, extinguiu sem resolução de mérito, a ação popular com pedido de liminar de quatro parlamentares federais potiguares, que tentavam suspender o processo de venda de ativos da Petrobras no Estado. "As alegações não indicam a ocorrência de um ato ilegal que resultou numa efetiva perda patrimonial da Petrobras, no sentido de que o perpetrador de tal ato se beneficiou ou concorreu para o indevido benefício de outrem (ou, ao menos, a demonstração de uma condição econômica excessivamente onerosa gerada por tal ato), mas tão somente apontam os prejuízos econômicos que são frutos de um movimento comercial da empresa estatal, prejuízos esses naturais da saída de uma sociedade empresarial do espaço onde ela atua", diz um trecho da decisão do juiz federal Magnus Delgado.

Créditos: Divulgação Justiça Federal determina a extinção da ação popular de quatro parlamentares contra a Petrobras

Delgado afirmou, nos autos, que "as normas citadas que teriam sido violadas pela continuidade da cessão dos

direitos possuem alto grau de indeterminação, exatamente para dar um norte à atuação da empresa que lhe permita gerenciar as suas ações operacionais, especialmente se se nota que lhe foi dada a constituição de pessoa jurídica de Direito Privado para mais facilmente operar em suas áreas de atuação".

Para Delgado, não se observou a lesão ao patrimônio da Petrobras, a partir das assertivas lançadas na ação popular, "visto que os objetivos do Teaser Polo Potiguar atendem a uma diretriz de **mercado** da empresa, ora imbuída de um caráter de menor intervenção estatal na ordem econômica, o que não se apresenta vedado pela ordem jurídica nacional".

O juiz da 1ª Vara Federal do RN baseou sua decisão em exame de duas ações que tramitaram na Justiça Federal do Ceará e Pernambuco, que tinham causa de pedir, exatamente a mesma coisa da ação popular encaminhada pelos senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS) e pelos deputados federais Rafael Motta (PSB) e Natália Bonavides (PT), a proibição da continuidade do procedimento de venda da totalidade da participação de 51% da Petrobras na Petrobras Gás S.A (Gaspetro), a qual é uma holding com participação societária em diversas companhias distribuidoras de gás natural localizadas em todas as regiões do Brasil.

"Em ambas as ações, o que moveu o seu ajuizamento foi a reabertura da fase de análise e habilitação de potenciais compradores, divulgada pelo Teaser Gaspetro em maio deste ano", aponta Delgado nos autos. "Embora os pedidos não apresentem exata identidade - o que não se exige diante das características do processo coletivo -, em sua essência, buscam eles impedir a venda da participação da Petrobras na Gaspetro, devendo ser declarada a nulidade dos atos pertinentes a essa operação comercial", continuou.

Segundo os autos, o juiz Magnus Delgado afirmou que a ação impetrada por quatro dos 11 membros da bancada

federal potiguar, "busca tão somente evitar o início dos procedimentos contidos no documento denominado Teaser Polo Potiguar, que objetiva a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pertencentes à referida sociedade de **economia** mista no Estado do Rio Grande do Norte".

"Nota-se, de imediato, que se limita a presente ação a questionar a venda de ativos da Petrobras no Estado do Rio Grande do Norte, fato este que acarretaria, efetivamente, a saída da sociedade de **economia** mista demandada desta unidade federativa", indica os autos, mas no caso das ações populares propostas em Pernambuco e no Ceará, o pleito direciona-se ao impedimento da venda da participação da Petrobras em uma de suas diversas subsidiárias, cuja atuação se dá em quase todos os Estados da Federação.

"É verdade que, sob um amplo e abstrato ponto de vista programático pode-se dizer que, em todo caso, objetiva-se impedir que a Petrobras passe à iniciativa privada diversos de seus bens. Todavia é inegável que do ponto de vista jurídico-processual não há que se falar, com base no que exposto nos últimos parágrafos, em reunião dos processos com vistas a se evitar decisões conflitantes", disse o juiz.

Delgado também declara, nos autos, que "eventual impedimento de venda da participação da Petrobras na Gaspetro não trará incompatibilidade à chancela judicial à comercialização dos direitos de exploração de diversos produtos da Petrobras no Rio Grande do Norte, uma vez que se afiguram objetos comerciais distintos. Cada um deles tem as suas especificidades".

O juiz federal avaliava, assim, o exame processual das consequências materiais sobre a necessidade de reunião dos feitos, afastada por ele, a pedido da União.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro tem razão sobre manutenção do abono salarial, diz Guedes



Notícias

AREZZO

Bolsonaro tem razão sobre manutenção do abono salarial, diz Guedes



O presidente Jair Bolsonaro estava certo ao defender a manutenção do abono salarial apesar de 14º salário para os trabalhadores formais que recebem até dois salários mínimos, disse nesta sexta-feira (28) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em evento para empresários da indústria do aço, ele declarou que a resistência do presidente em eliminar o benefício é "natural" e decorre do instinto político.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente Jair Bolsonaro estava certo ao defender a manutenção do abono salarial (espécie de 14º **salário**) para os trabalhadores formais que recebem até dois salários mínimos, disse nesta sexta-feira (28) o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. Em evento para empresários da indústria do aço, ele declarou que a resistência do presidente em eliminar o benefício é 'natural' e decorre do instinto político.

'É natural quando você começa a discutir a focalização de programas, chega alguém e diz: 'Olha, tira aqui o abono salarial e bota ali'. Isso chegou a ser discutido até no governo do PT, a própria [ex-presidente] Dilma [Rousseff] propôs isso, essa consolidação de programas. E quando isso é imaginado, aí o presidente reage naturalmente, com instinto político, e fala: 'Espera aí, tirar do pobre e dar pro mais pobre?', disse o ministro.

Guedes informou que a eliminação do abono salarial era apenas uma das possibilidades em estudo e que a equipe econômica levou outras sugestões de propostas

para financiar o Renda Brasil, que estão sendo analisadas pelo Palácio do Planalto. 'O **salário** de 75% dos brasileiros que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] é abaixo de 1,5 **salário** mínimo, então [acabar com abono] realmente é tirar da base de trabalhadores brasileiros e passar pro que está desempregado, que está pior ainda', declarou. 'Mas essa era uma das possibilidades que estavam sendo examinadas.'

A eliminação do abono salarial estava sendo estudada pela equipe econômica para fornecer recursos para o Renda Brasil, novo programa de distribuição de renda em discussão no governo. Na última quarta-feira (26), Bolsonaro anunciou, em viagem a Minas Gerais, que tomou a decisão de suspender a criação do Renda Brasil depois de reunião com Guedes.

'Não podemos fazer isso aí, como, por exemplo, a questão do abono para quem ganha até dois salários mínimos, seria um décimo quarto **salário**. Não podemos tirar de 12 milhões de pessoas para dar para um Bolsa Família, um Renda Brasil, seja lá o que for o nome desse novo programa', acrescentou, ao discursar na cerimônia de reativação do alto-forno 1 da Usiminas', declarou o presidente na ocasião.

O ministro da **Economia** também falou sobre as perspectivas para a indústria. Segundo Guedes, a alta do dólar e os **juros** baixos ajudarão o setor industrial a se recuperar em 2021. Além das condições da **economia**, ele reiterou a promessa de medidas para liberalizar a **economia**, como reduções de impostos por meio da reforma tributária e mudanças em legislações.

Indústria

'A indústria pode esperar para o ano que vem câmbio forte, **juros** baixos, impostos descendo com reforma tributária', comentou. Entre as medidas que deverão reduzir os custos logísticos e aumentar a competitividade do produto brasileiro, ele citou a reforma na lei de navegação por cabotagem e a

liberalização do **mercado** de energia, que deverá baratear o preço da luz e dos combustíveis.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caixa Econômica amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias



ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

A Caixa ampliou a possibilidade de pausa nas prestações dos créditos comerciais de pessoas físicas e jurídicas para um período de até 180 dias. A medida vale para contratos como os de Renegociação, CDC, Microcrédito, Construcard e Crédito Auto. A ampliação do prazo de 90 para até 180 dias é uma das medidas de enfrentamento aos efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19.

Os clientes que já tiveram a pausa de 90 dias concluída ou em andamento podem solicitar a prorrogação do prazo por mais 90 dias. Quem ainda não optou por essa alternativa, pode solicitar a pausa de até 180 dias. Com a pausa, os valores das demais prestações serão alterados e os **juros** do período pausado serão distribuídos pelas demais parcelas, aumentando o valor da prestação mensal. O prazo final de pagamento do contrato também é postergado automaticamente, permanecendo a quantidade de parcelas a pagar, taxa de **juros** e demais condições contratadas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

Caixa Econômica amplia prazo de pausa na prestação de 90 para 180 dias



Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

A Caixa ampliou a possibilidade de pausa nas prestações dos créditos comerciais de pessoas físicas e jurídicas para um período de até 180 dias. A medida vale para contratos como os de Renegociação, CDC, Microcrédito, Construcard e Crédito Auto. A ampliação do prazo de 90 para até 180 dias é uma das medidas de enfrentamento aos efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19.

Os clientes que já tiveram a pausa de 90 dias concluída ou em andamento podem solicitar a prorrogação do prazo por mais 90 dias. Quem ainda não optou por essa alternativa, pode solicitar a pausa de até 180 dias. Com a pausa, os valores das demais prestações serão alterados e os **juros** do período pausado serão distribuídos pelas demais parcelas, aumentando o valor da prestação mensal. O prazo final de pagamento do contrato também é postergado automaticamente, permanecendo a quantidade de parcelas a pagar, taxa de **juros** e demais condições contratadas.

Festival Curta Caicó inova no formato digital sem fronteiras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O alcance de novos públicos e uma grande repercussão dentro e fora do Brasil foram os principais resultados da realização da terceira edição do Festival Curta Caicó, neste mês de agosto.

O festival que estava programado para mês de junho na cidade de Caicó, região do Seridó norte-rio-grandense, foi realizado em formato digital devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e respeitando o decreto governamental que proíbe a realização de eventos com aglomerações.

Apostando alto nas novas tecnologias, os organizadores do festival de cinema mudaram literalmente o roteiro a partir de um Plot Twist, uma espécie de reviravolta para a realização no formato digital.

Estimulados pelo Edital de **Economia** Criativa do Sebrae do Rio Grande do Norte, os organizadores aceitaram o desafio de apresentar um projeto para concorrer no formato digital. Contemplados pelo edital,

tiveram os recursos garantidos para a realização de oito atividades formativas e investimento nas mídias sociais.

'O que estava se consolidando como um filme de suspense ganhou outra perspectiva e teve um final feliz. O apoio do edital do Sebrae nos motivou a realizar o festival em formato digital e o resultado foi impactante para o próprio festival e o **mercado** do audiovisual', comemora Rauldon Lucena, diretor do Curta Caicó.

Powered by WPematico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, mas com valor de R\$

300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial até dezembro deste ano, com quatro parcelas de R\$ 300, valor defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo apurou o 'Estadão' com fontes das alas política e econômica do governo.

O anúncio do Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Bolsonaro, ficará para um segundo momento para que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tenha mais tempo para encontrar espaço para acomodar o novo gasto dentro do teto, que limita o avanço das despesas à inflação.

O presidente quer um plano que não inclua a revisão ou a extinção de outros benefícios, como o abono salarial, uma espécie de 14º **salário** pago a trabalhadores com carteira com **salário** até R\$ 2.090 e que custa cerca de R\$ 20 bilhões ao ano. O abono é considerado ineficiente pela equipe econômica, mas a proposta foi rejeitada pelo presidente em reunião na terça-feira, 25. No dia seguinte, em viagem a Minas Gerais, Bolsonaro

avisou que não vai "tirar de pobres para dar a paupérrimos".

Na primeira referência pública de Guedes às críticas do presidente, o ministro - que chegou a ser alvo de rumores de que pediria demissão - disse que tomou um "carrinho" de Bolsonaro nesta semana. "Ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti", brincou Guedes em uma live organizada pelo setor do aço. Ontem, o ministro e Bolsonaro se encontraram fora da agenda oficial dos dois.

Técnicos discutiam ontem uma revisão no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. Para acabar ou restringir o programa, que tem um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano e é sempre criticado por ter alto índice de fraudes, é preciso aprovar um projeto de lei - o que exige menos apoio do que os três quintos necessários para mudar a Constituição e mexer no abono. No entanto, governos anteriores também fracassaram nas tentativas de modificar o seguro-defeso.

Pouso suave

Enquanto não aponta a fonte do novo programa, a ideia do governo é que a extensão do auxílio seja uma transição para um "pouso suave" no novo Renda Brasil. Os técnicos da área econômica continuam debruçados sobre as alternativas para liberar espaço no Orçamento para o Renda Brasil e não desistiram nem mesmo de tentar convencer o presidente a propor alguma mudança no alcance do abono salarial atual. A ideia é tentar emplacar a mesma alteração proposta na reforma da Previdência, que restringia o abono a quem ganha até um **salário** mínimo (R\$ 1.045). A medida também foi rejeitada pelo Congresso.

Ontem, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que quem dá o "timing" sobre temas como a

prorrogação do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil é a política. Segundo ele, a equipe econômica tem simulações prontas sobre os gastos que os benefícios vão acarretar.

"Eu sempre repito que o timing quem dá é a política. Nós temos as simulações todas preparadas, agora o timing, o nível de auxílio emergencial, de Renda Brasil, tudo isso são decisões políticas", afirmou Guedes na portaria do ministério. Ele foi questionado se o Renda Brasil começaria a ser pago já no início do ano que vem. "Talvez antes, talvez no começo do ano que vem", respondeu.

Sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que "a gente sabe que R\$ 600 é muito e R\$ 200 é pouco". "Estamos tentando acertar os números. Mas está tudo claro, tudo tranquilo."

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de decreto. O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Para mexer no valor, será preciso editar uma Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, mas com valor de R\$

300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial até dezembro deste ano, com quatro parcelas de R\$ 300, valor defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo apurou o 'Estadão' com fontes das alas política e econômica do governo.

O anúncio do Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Bolsonaro, ficará para um segundo momento para que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tenha mais tempo para encontrar espaço para acomodar o novo gasto dentro do teto, que limita o avanço das despesas à inflação.

Créditos: Adenir Britto/CMSJC Atualmente, valor do auxílio é a partir de R\$ 600

saiba mais

Bolsonaro, sobre auxílio: isso não é uma aposentadoria, é uma ajuda emergencial

Em julho, 4,4 milhões de lares sobreviveram só com auxílio emergencial

Caixa inicia amanhã Ciclo 2 de pagamentos do auxílio para nascidos em janeiro

Caixa já pagou R\$ 179 bi em auxílio emergencial, diz Guimarães

O presidente quer um plano que não inclua a revisão ou a extinção de outros benefícios, como o abono salarial, uma espécie de 14º **salário** pago a trabalhadores com carteira com **salário** até R\$ 2.090 e que custa cerca de R\$ 20 bilhões ao ano. O abono é considerado ineficiente pela equipe econômica, mas a proposta foi rejeitada pelo presidente em reunião na terça-feira 25. No dia seguinte, em viagem a Minas Gerais, Bolsonaro avisou que não vai "tirar de pobres para dar a paupérrimos".

Na primeira referência pública de Guedes às críticas do presidente, o ministro - que chegou a ser alvo de rumores de que pediria demissão - disse que tomou um "carrinho" de Bolsonaro nesta semana. "Ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti", brincou Guedes em uma live organizada pelo setor do aço. Ontem, o ministro e Bolsonaro se encontraram fora da agenda oficial dos dois.

Técnicos discutiam ontem uma revisão no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. Para acabar ou restringir o programa, que tem um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano e é sempre criticado por ter alto índice de fraudes, é preciso aprovar um projeto de lei - o que exige menos apoio do que os três quintos necessários para mudar a Constituição e mexer no abono. No entanto, governos anteriores também fracassaram nas tentativas de modificar o seguro-defeso.

Pouso suave

Enquanto não aponta a fonte do novo programa, a ideia do governo é que a extensão do auxílio seja uma transição para um "pouso suave" no novo Renda Brasil. Os técnicos da área econômica continuam debruçados sobre as alternativas para liberar espaço no Orçamento para o Renda Brasil e não desistiram nem mesmo de tentar convencer o presidente a propor alguma mudança no alcance do abono salarial atual. A ideia é tentar emplacar a mesma alteração proposta na reforma da Previdência, que restringia o abono a quem ganha até um **salário** mínimo (R\$ 1.045). A medida também foi rejeitada pelo Congresso.

Ontem, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que quem dá o "timing" sobre temas como a prorrogação do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil é a política. Segundo ele, a equipe econômica tem simulações prontas sobre os gastos que os benefícios vão acarretar.

"Eu sempre repito que o timing quem dá é a política. Nós temos as simulações todas preparadas, agora o timing, o nível de auxílio emergencial, de Renda Brasil, tudo isso são decisões políticas", afirmou Guedes na portaria do ministério. Ele foi questionado se o Renda Brasil começaria a ser pago já no início do ano que vem. "Talvez antes, talvez no começo do ano que vem", respondeu.

Sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que "a gente sabe que R\$ 600 é muito e R\$ 200 é pouco". "Estamos tentando acertar os números. Mas está tudo claro, tudo tranquilo."

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de decreto. O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Para mexer no valor, será preciso editar uma Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN registra abertura de 9,2 mil microempresas individuais em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Segundo a Receita Federal, o Rio Grande do Norte registrou 9.230 novos microempreendedores individuais de janeiro a primeira quinzena de agosto de 2020. Os dados representam um avanço diante do cenário atual de retração da **economia** do país, segundo o Sebrae. Em 2019, foram 7.921 micro entre março e julho.

Para David Góes, consultor do Sebrae no estado, o desemprego e a insegurança econômica foram os diferenciais para que o número de MEI's aumentasse.

'Muitos profissionais que perdem seus empregos enxergam o empreendedorismo como uma fonte de renda. Muitos começam a trabalhar de forma caseira e a partir daí, se formalizam, empreendem, diversificam mercados, começam a ganhar volume e acabam profissionalizando o seu negócio nesse período que, para muitos, é difícil, mas para outros acaba sendo um escape. E eles começam a enxergar uma oportunidade de negócio onde muitos não enxergam anteriormente', considera.

Luciana Toscano foi desligada da empresa onde trabalhava há mais de seis anos e, no meio da

pandemia, resolveu empreender - montou o próprio negócio. Com a família inteira envolvida, ela atualmente faz parte dos mais de nove mil MEI's que se formalizaram este ano. A ideia surgiu dos hambúrgueres artesanais que o filho dela fazia em casa.

'Juntei a minha vontade de empreender com a vontade do meu filho também. Decidi me reinventar, meu filho começou a fazer hambúrgueres em casa e surgiu a ideia. Eu disse: 'filho, porque a gente não abre uma hamburgueria?' E ele ficou muito feliz', diz.

Mas abrir um negócio em meio à pandemia trouxe grandes desafios. A hamburgueria da Luciana já funciona com atendimento presencial, seguindo todas as diretrizes da segurança sanitária, como distanciamento entre as mesas, tapetes sanitizantes e álcool em gel. Mas há um mês, o serviço era todo planejado para o delivery.

'A gente começou em plena pandemia só com o delivery e deu muito certo, porque as pessoas estavam em casa e o que funcionava era a mídia. E eu explorei bem a mídia (social). Agora continua dando muito certo, pois eu estou abrindo até dia de sábado à tarde', conta.

Enquanto a pandemia deu um empurrãozinho para que o número de microempreendedores crescesse nesses últimos meses, a crise também fez com que empresas de grande e médio porte fechassem as portas. Dados da Jucern, a Junta Comercial do Estado, mostram que, nesse ano, 2.480 empresas encerraram as atividades. Em 2019, nesse mesmo período, foram 2.758.

Para que esses novos negócios possam ir ainda mais longe, a recomendação dos especialistas é que fiquem de olho na gestão. Nesse momento, planejamento é essencial. Se qualificar na área que quer atuar e conhecer o **mercado** fazem toda a diferença.

'Você deve analisar o **mercado** que está atuando, não investir tudo o que você tem em algo que você não conhece e amadurecer seu negócio para que consiga

direcionar os seus negócios, para que sua empresa cresça e consiga se estabelecer no **mercado**', considera David Góes.

G1RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A taxa de desocupação foi de 13,3% na semana de 2 a 8 de agosto

O **mercado** de trabalho brasileiro mostra sinais de estabilidade, com algum viés de recuperação, ainda que de forma discreta, após o tombo causado pelos efeitos econômicos da pandemia. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (28), em boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19) referente à semana de 2 a 8 de agosto.

Segundo a Carta de Conjuntura do Ipea, ainda que não seja possível notar uma reação mais robusta do **mercado** de trabalho, a simples estabilidade nos índices já pode apontar que houve uma interrupção na tendência de queda, que vinha se mostrando desde o mês de março, notadamente a partir de maio e junho, quando houve o pico da pandemia principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A taxa de desocupação foi de 13,3% na semana de

referência, próxima da média de julho, de 13,1%. O nível da ocupação também apresentou estabilidade em relação ao mês anterior, situando-se em 47,9%, nível idêntico à média de julho.

'O nível de ocupação costuma reagir aos movimentos do nível de atividade de forma defasada. Assim, o recuo da população ocupada observado em junho e julho teria refletido a forte retração da atividade econômica observada no início da pandemia, e sua estabilidade no período mais recente já poderia ser interpretada como reflexo da melhora dos indicadores econômicos a partir de maio', destacaram os técnicos do Ipea.

Segundo eles, se não houver piora das condições sanitárias associadas à pandemia, o que poderia levar a novas restrições ao funcionamento das atividades econômicas, 'seria razoável esperar que o nível de ocupação passasse a recuperar-se gradualmente nos próximos meses'.

Ainda assim, mesmo que a evolução favorável da pandemia possa levar ao processo de retorno gradual a algum tipo de normalidade no funcionamento da **economia**, os efeitos adversos da crise no **mercado** de trabalho, de acordo com o Ipea, tendem a persistir durante algum tempo.

'Em particular, é razoável imaginar que, nos próximos meses, a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado, podendo até vir a oscilar para cima, pressionada pelo movimento de retorno à força de trabalho de uma parcela de trabalhadores que, amparada pelo recebimento do auxílio emergencial, deixou de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social', salientou o instituto na Carta de Conjuntura.

De acordo com o Ipea, é razoável esperar que, com a continuidade do processo de recuperação do nível de atividade econômica, o nível de ocupação passe a recuperar-se nos próximos meses, mas a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado,

pressionada pelo movimento de retorno à força de trabalho de pessoas que deixaram de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social.

'Os resultados recentes da Pnad Covid-19 sugerem que esse movimento ainda não começou de forma significativa. De fato, o número de pessoas não ocupadas que não procuraram emprego por conta da pandemia, mas gostariam de trabalhar, permaneceu elevado (18,3 milhões), apesar da queda em comparação com a média de julho (18,9 milhões)', ressaltou o Ipea.

De qualquer forma, a redução, na margem, do contingente de pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego por conta da pandemia, é um dos indícios que sinalizam o retorno gradual a algum tipo de 'normalidade' no **mercado** de trabalho.

'Outro sinal nesse sentido é fornecido pelo número de pessoas ocupadas, mas temporariamente afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, que continuou a trajetória de queda observada desde o início da pesquisa. Na primeira semana de agosto, esse indicador atingiu 4,7 milhões de pessoas, abaixo da média de julho, que foi de 6,8 milhões de pessoas.

Edição: Liliane Farias

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Juiz nega ação contra venda de ativos da Petrobras no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O juiz da 1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, Magnus Delgado, extinguiu sem resolução de mérito, a ação popular com pedido de liminar de quatro parlamentares federais potiguares, que tentavam suspender o processo de venda de ativos da Petrobras no Estado. 'As alegações não indicam a ocorrência de um ato ilegal que resultou numa efetiva perda patrimonial da Petrobras, no sentido de que o perpetrador de tal ato se beneficiou ou concorreu para o indevido benefício de outrem (ou, ao menos, a demonstração de uma condição econômica excessivamente onerosa gerada por tal ato), mas tão somente apontam os prejuízos econômicos que são frutos de um movimento comercial da empresa estatal, prejuízos esses naturais da saída de uma sociedade empresarial do espaço onde ela atua', diz um trecho da decisão do juiz federal Magnus Delgado.

Delgado afirmou, nos autos, que 'as normas citadas que teriam sido violadas pela continuidade da cessão dos direitos possuem alto grau de indeterminação, exatamente para dar um norte à atuação da empresa que lhe permita gerenciar as suas ações operacionais, especialmente se se nota que lhe foi dada a constituição

de pessoa jurídica de Direito Privado para mais facilmente operar em suas áreas de atuação'.

Para Delgado, não se observou a lesão ao patrimônio da Petrobras, a partir das assertivas lançadas na ação popular, 'visto que os objetivos do Teaser Polo Potiguar atendem a uma diretriz de **mercado** da empresa, ora imbuída de um caráter de menor intervenção estatal na ordem econômica, o que não se apresenta vedado pela ordem jurídica nacional'.

O juiz da 1ª Vara Federal do RN baseou sua decisão em exame de duas ações que tramitaram na Justiça Federal do Ceará e Pernambuco, que tinham causa de pedir, exatamente a mesma coisa da ação popular encaminhada pelos senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS) e pelos deputados federais Rafael Motta (PSB) e Natália Bonavides (PT), a proibição da continuidade do procedimento de venda da totalidade da participação de 51% da Petrobra na Petrobras Gás S.A (Gaspetro), a qual é uma holding com participação societária em diversas companhias distribuidoras de gás natural localizadas em todas as regiões do Brasil.

'Em ambas as ações, o que moveu o seu ajuizamento foi a reabertura da fase de análise e habilitação de potenciais compradores, divulgada pelo Teaser Gaspetro em maio deste ano', aponta Delgado nos autos. 'Embora os pedidos não apresentem exata identidade - o que não se exige diante das características do processo coletivo -, em sua essência, buscam eles impedir a venda da participação da Petrobras na Gaspetro, devendo ser declarada a nulidade dos atos pertinentes a essa operação comercial', continuou.

Segundo os autos, o juiz Magnus Delgado afirmou que a ação impetrada por quatro dos 11 membros da bancada federal potiguar, 'busca tão somente evitar o início dos procedimentos contidos no documento denominado Teaser Polo Potiguar, que objetiva a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de

petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pertencentes à referida sociedade de **economia** mista no Estado do Rio Grande do Norte'.

'Nota-se, de imediato, que se limita a presente ação a questionar a venda de ativos da Petrobras no Estado do Rio Grande do Norte, fato este que acarretaria, efetivamente, a saída da sociedade de **economia** mista demandada desta unidade federativa', indica os autos, mas no caso das ações populares propostas em Pernambuco e no Ceará, o pleito direciona-se ao impedimento da venda da participação da Petrobras em uma de suas diversas subsidiárias, cuja atuação se dá em quase todos os Estados da Federação.

'É verdade que, sob um amplo e abstrato ponto de vista programático pode-se dizer que, em todo caso, objetiva-se impedir que a Petrobras passe à iniciativa privada diversos de seus bens. Todavia é inegável que do ponto de vista jurídico-processual não há que se falar, com base no que exposto nos últimos parágrafos, em reunião dos processos com vistas a se evitar decisões conflitantes', disse o juiz.

Delgado também declara, nos autos, que 'eventual impedimento de venda da participação da Petrobras na Gaspetro não trará incompatibilidade à chancela judicial à comercialização dos direitos de exploração de diversos produtos da Petrobras no Rio Grande do Norte, uma vez que se afiguram objetos comerciais distintos. Cada um deles tem as suas especificidades'.

O juiz federal avaliava, assim, o exame processual das consequências materiais sobre a necessidade de reunião dos feitos, afastada por ele, a pedido da União.

Tribuna do Norte

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Participação da Petrobras no PIB industrial do RN cai desde 2013



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Henrique Gomes

Em apenas quatro anos, a participação da Petrobras na **economia** do Rio Grande do Norte caiu 15 pontos percentuais. A produção do setor de Extração de Petróleo e Gás, monopolizado até então pela estatal, passou de R\$ 3,4 bilhões (valor corrigido pela inflação) em 2013 (36,6% do PIB da Indústria) para R\$ 1,6 bilhão em 2017 (21,9%). Os dados são os mais atualizados do IBGE e evidenciam a diminuição da Petrobras no estado. A queda não foi gerada apenas pelo desinteresse gradual da empresa pelos campos de petróleo em território potiguar, mas ajudam a explicar por que o anúncio de venda de 26 ativos da estatal não foi surpresa para parte dos agentes políticos.

A venda foi anunciada na segunda-feira (24) e repercutiu entre o governo estadual, sindicatos, prefeituras e empresas privadas que operam no setor de extração de petróleo e gás por significar a totalidade dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. Parte dos pronunciamentos, incluindo o da governadora Fátima Bezerra (PT), considerou a venda uma surpresa. Entretanto, outra parte viu a venda com naturalidade.

Foi o caso do prefeito André Diógenes (MDB), de Guararé, onde fica a Refinaria Potiguar Clara Camarão, um dos ativos à venda. 'Vejo essa saída com serenidade por tudo que já vem acontecendo', disse Diógenes.

Créditos: Junior Santos/Arquivo TN Petrobras colocou à venda 26 ativos, sendo três deles marítimos. As outras 23 concessões são terrestres. Empresas têm até 10 de setembro para manifestar interesse

Em 2009, a Petrobras anunciou a construção da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC) como uma peça no plano da estatal de aumentar a capacidade de refino de petróleo no Brasil. O país estava sob a euforia da descoberta do pré-sal dois anos antes e vislumbrava o aumento da atuação da Petrobras. Em 2013, com a refinaria operando, o setor de extração de petróleo e gás atingiu o auge no Estado, responsável por 36,6% do PIB Industrial daquele ano. O setor foi o mais importante para a indústria potiguar.

Mas, passados onze anos desde aquele anúncio, os planos da Petrobras mudaram. O petróleo entrou em crise com a queda do preço do barril no **mercado** internacional a partir de 2014. Três anos depois, em 2017, a Petrobras anunciou um plano de desinvestimento para redução da dívida internacional que havia acumulado com os prejuízos causados naqueles anos. '[O pré-sal] hoje é o nosso foco estratégico. Estamos fazendo isso para pagar dívidas', afirmou o diretor executivo de Relacionamento Institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy.

O desinvestimento em campos onshore (terrestres) já vinha acontecendo desde 2013 por serem menos rentáveis do que os campos do pré-sal e estarem maduros - ou seja, com menos petróleo que antes - por conta do tempo de exploração. Os campos do Rio Grande do Norte, conseqüentemente, foram afetados. Se antes produziam 100 mil barris ao dia, hoje produzem 23 mil, menos da metade do que apenas um poço do pré-sal produz (50 mil).

Em 2017, o setor correspondeu a 21,9% do PIB da Indústria e perdeu o posto de maior participação no PIB da Indústria do Estado para a Indústria de Derivados de Petróleo e Fabricação de Biocombustíveis. Esse último setor também está relacionado às atividades exercidas até então pela Petrobras, o que faz a empresa ter uma participação de praticamente 50% no PIB da Indústria Potiguar. 'São as duas indústrias de maior peso no PIB industrial atualmente. Mas a Extração de Petróleo e Gás vem perdendo peso há uns dez anos, e essa perda se aprofundou nos últimos três', afirmou Sandra Cavalcanti, economista da Unidade de **Economia** e Pesquisa da Federação das Indústrias do RN (Fiern).

O Secretário Executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (Abpip), Anabal Santos, afirma que as empreiteiras de menor porte que investem nos campos maduros, comprando-os da Petrobras, tem potencial de aumentar novamente a produção e conseqüentemente fazer a participação do setor na **economia** voltar a crescer. Ele citou os campos do Riacho da Forquilha, em Mossoró, que aumentaram a produção em 30% após serem vendidos a Petroreconcavo. 'O PIB é do setor, não da Petrobras. Se tem novas empresas investindo no setor, ele vai ter a mesma participação de antes', disse. Essa avaliação, no entanto, está longe de ser um consenso.

Empresas interessadas

A governadora Fátima Bezerra se reúne nesta segunda-feira (31) com a bancada federal do Rio Grande do Norte para discutir a venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. A venda foi anunciada na segunda-feira passada (24) dentro do plano de desinvestimento da estatal. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, informou à governadora na última quinta-feira que há empresas interessadas na venda.

Fátima Bezerra informou que será criado um grupo de trabalho com um representante do Estado e da Petrobras para acompanhar todo o processo de venda da estatal, que significa o fim da produção de petróleo

da Petrobras no RN. O secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, representará o Estado.

Em reunião remota, Castello Branco reiterou a Fátima Bezerra que a Petrobras seguirá com o processo de desinvestimento, mas negou a saída definitiva da empresa do Estado. A estatal manterá sua presença no RN por meio de projetos em águas profundas com a prospecção do Campo de Pitu, segundo o presidente. Entretanto, as expectativas para iniciar a operação neste campo, se a prospecção indicar viabilidade de exploração, é superior a cinco anos a partir do fim da etapa de estudos.

No início da semana, a governadora criticou o plano da Petrobras. Ela afirmou que a venda dos ativos põe em risco 5,6 mil empregos diretos e terceirizados e a **economia** do RN. Além disso, considerou que o presidente da estatal 'quebrou a palavra' ao garantir, em duas ocasiões passadas, a permanência de ativos como a Refinaria Potiguar Clara Camarão, colocada à venda.

Mossoró: ISS cai de 48,2% para 14,1% entre 2009 e 2020

A menor participação da Petrobras na **economia** do Rio Grande do Norte também é refletida nos **tributos** gerados em Mossoró, que ficou conhecida como "a capital do petróleo onshore" por causa da existência do campo Riacho da Forquilha. Em 2009, o setor de exploração de petróleo e gás chegou a representar 48,2% dos Impostos Sobre Serviços (ISS).

Em 2010, Mossoró atingiu o maior nível de arrecadação de ISS com a exploração e produção de Petróleo. A média mensal de arrecadação era de R\$ 1,7 milhão, o que hoje equivale a R\$ 2,9 milhões com os valores corrigidos pela inflação.

Entretanto, a partir de 2013 a produção do petróleo começou a cair e o produto entrou em crise no **mercado** internacional, com perda de valor. A contribuição para o ISS do município também diminuiu e atingiu o patamar mais baixo em 2018, com 18,7%.

No entanto, a pior média tem sido a de 2020. Até junho, o município recebeu R\$ 744 mil em média mensal. A participação tem sido de 14,1%. O ano tem um fator que extrapola o setor: a pandemia do novo coronavírus. "A pandemia afetou todos os setores, inclusive esse, no momento em que as operadoras privadas começaram a operar aqui", afirmou o secretário municipal de Tributação, Abraão Padilha.

É em Mossoró que está a Petrorecôncavo, através de uma subsidiária batizada de Potiguar E&P. A operadora comprou 34 campos do Riacho da Forquilha em dezembro de 2019 e começou a operar em janeiro deste ano. A produção dos campos passou de 5,8 mil barris por dia para 7,54 mil, um acréscimo de 30%. "Nós estamos arrecadando o ISS da operação da Petrorecôncavo há sete meses e vemos um acréscimo de R\$ 500 mil", continuou Padilha.

Ainda há campos pertencentes a Mossoró operados pela Petrobras. Por causa disso, Abraão afirmou que não consegue estimar quanto de royalties apenas os campos da Petroreconcâvo geraram, mas afirma que a "maioria esmagadora ainda é da Petrobras". Neste ano, o valor de royalties acumulado até julho é inferior ao mesmo período do ano passado, passando de R\$ 13,8 milhões para R\$ 8,8 milhões.

Desinvestimento reduziu empregados da estatal

A redução da Petrobras com a venda dos campos maduros levou a uma queda no número de empregados próprios e terceirizados da estatal que atuam no Rio Grande do Norte. Em 2013, 2.747 trabalhadores próprios e 11.250 terceirizados atuavam em atividades da Petrobras. Sete anos depois, o número de empregados próprios é de 1.437 e de terceirizados, 4.200, segundo o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do RN (Sindipetro/RN).

O sindicato afirmou que o desinvestimento da Petrobras vai gerar consequências negativas no âmbito socioeconômico para o Rio Grande do Norte, com perda de empregos e receitas. 'Essas empresas não possuem

o mesmo tamanho da Petrobras, não tem a mesma atuação ampla e portanto não tem como possuírem a mesma produção e geração de empregos que a Petrobras trouxe', afirmou o coordenador geral interino do Sindipetro, Rafael Matos.

O Secretário Executivo da Abpip, Anabal Santos, defensor da venda dos ativos, também afirmou que de fato a Petrobras gera mais empregos diretos. 'Por ser uma empresa muito grande, a Petrobras tem mais funcionários diretos, enquanto as empresas menores são mais eficientes nesse sentido porque conseguem fazer o mesmo papel com menos funcionários', declarou.

Por outro lado, defendeu Santos, as empresas privadas podem movimentar mais a **economia** local que a estatal. 'A Petrobras, por ser muito grande, faz compras de materiais em outros locais. As empresas menores possuem a tendência de fazer compras no **mercado** local. Portanto, há um reflexo positivo na geração de empregos indiretos porque outros setores serão beneficiados.'

Outra consequência levantada pelo Sindipetro são os salários mais baixos que trabalhadores de empresas privadas possuem. Um estudo da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras da Câmara dos Deputados apresentado à governadora Fátima Bezerra em dezembro do 2019 diz que o **salário** médio do segmento de extração de petróleo e gás no Nordeste caiu 58% entre 2015 e 2017. Nas atividades de apoio à indústria petrolífera, a queda foi de 17%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN registra abertura de 9,2 mil microempresas individuais em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Luciana Toscano é uma das pessoas que abriram MEIs em 2020 no Rio Grande do Norte - Foto: Quezia Oliveira/Inter TV Cabugi

Segundo a Receita Federal, o Rio Grande do Norte registrou 9.230 novos microempreendedores individuais de janeiro a primeira quinzena de agosto de 2020. Os dados representam um avanço diante do cenário atual de retração da **economia** do país, segundo o Sebrae. Em 2019, foram 7.921 micro entre março e julho.

Para David Góes, consultor do Sebrae no estado, o desemprego e a insegurança econômica foram os diferenciais para que o número de MEI's aumentasse.

'Muitos profissionais que perdem seus empregos enxergam o empreendedorismo como uma fonte de renda. Muitos começam a trabalhar de forma caseira e a partir daí, se formalizam, empreendem, diversificam mercados, começam a ganhar volume e acabam profissionalizando o seu negócio nesse período que, para muitos, é difícil, mas para outros acaba sendo um

escape. E eles começam a enxergar uma oportunidade de negócio onde muitos não enxergam anteriormente', considera.

Luciana Toscano foi desligada da empresa onde trabalhava há mais de seis anos e, no meio da pandemia, resolveu empreender - montou o próprio negócio. Com a família inteira envolvida, ela atualmente faz parte dos mais de nove mil MEI's que se formalizaram este ano. A ideia surgiu dos hambúrgueres artesanais que o filho dela fazia em casa.

'Juntei a minha vontade de empreender com a vontade do meu filho também. Decidi me reinventar, meu filho começou a fazer hambúrgueres em casa e surgiu a ideia. Eu disse: 'filho, porque a gente não abre uma hamburgueria?' E ele ficou muito feliz', diz.

Mas abrir um negócio em meio à pandemia trouxe grandes desafios. A hamburgueria da Luciana já funciona com atendimento presencial, seguindo todas as diretrizes da segurança sanitária, como distanciamento entre as mesas, tapetes sanitizantes e álcool em gel. Mas há um mês, o serviço era todo planejado para o delivery.

'A gente começou em plena pandemia só com o delivery e deu muito certo, porque as pessoas estavam em casa e o que funcionava era a mídia. E eu explorei bem a mídia (social). Agora continua dando muito certo, pois eu estou abrindo até dia de sábado à tarde', conta.

Enquanto a pandemia deu um empurrãozinho para que o número de microempreendedores crescesse nesses últimos meses, a crise também fez com que empresas de grande e médio porte fechassem as portas. Dados da Jucern, a Junta Comercial do Estado, mostram que, nesse ano, 2.480 empresas encerraram as atividades. Em 2019, nesse mesmo período, foram 2.758.

Para que esses novos negócios possam ir ainda mais longe, a recomendação dos especialistas é que fiquem de olho na gestão. Nesse momento, planejamento é

essencial. Se qualificar na área que quer atuar e conhecer o **mercado** fazem toda a diferença.

'Você deve analisar o **mercado** que está atuando, não investir tudo o que você tem em algo que você não conhece e amadurecer seu negócio para que consiga direcionar os seus negócios, para que sua empresa cresça e consiga se estabelecer no **mercado**', considera David Góes. Por Quezia Oliveira, Inter TV Cabugi

O post RN registra abertura de 9,2 mil microempresas individuais em 2020 apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Justiça federal extingue ação de parlamentares para impedir a saída da Petrobras do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glacialima

O juiz federal Magnus Delgado extinguiu nesta sexta-feira 28 a ação popular aberta por dois deputados federais e dois senadores do Rio Grande do Norte para barrar o Plano de de Desinvestimento da Petrobras no estado.

Segundo o magistrado, a medida de desmobilizar as atividades da Bacia Potiguar não é uma decisão política, mas de caráter restrito à administração da estatal.

'A cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pertencentes à referida sociedade de **economia** mista no Estado do Rio Grande do Norte', escreveu o juiz Magnus Delgado.

A ação popular foi interposta pelos senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), e mais os deputados federais Natália Bonavides (PT) e Rafael Motta (PSB). Elealegam que a ação é movida para

anular atos lesivos ao patrimônio público e de sociedades de **economia** mista, como é o caso da Petrobras.

Nesta semana, a Petrobras anunciou a venda de todos os ativos do Polo Potiguar, o que resultará em um prejuízo de proporções ainda não completamente estimadas, mas que, de imediato, ameaça 5,6 mil trabalhadores que atuam direta e indiretamente no Polo; além de afetar a distribuição de royalties. Em 2019, o estado recebeu R\$ 15 milhões e, apesar da pandemia, acumulou mais de R\$ 11 milhões até agosto de 2020.

'Não se observa a lesão ao patrimônio da Petrobras a partir das assertivas lançadas na inicial, visto que os objetivos do Teaser Polo Potiguar atendem a uma diretriz de **mercado** da empresa, ora imbuída de um caráter de menor intervenção estatal na ordem econômica, o que não se apresenta vedado pela ordem jurídica nacional', definiu o juiz federal Magnus Delgado

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea



Notícias



Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea



O mercado de trabalho brasileiro mostra sinais de estabilidade, com algum viés de recuperação, ainda que de forma discreta, após o tombo causado pelos efeitos econômicos da pandemia.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (28), em boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19) referente à semana de 2 a 8 de agosto.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O **mercado** de trabalho brasileiro mostra sinais de estabilidade, com algum viés de recuperação, ainda que de forma discreta, após o tombo causado pelos efeitos econômicos da pandemia.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (28), em boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19) referente à semana de 2 a 8 de agosto.

Segundo a Carta de Conjuntura do Ipea, ainda que não seja possível notar uma reação mais robusta do **mercado** de trabalho, a simples estabilidade nos índices já pode apontar que houve uma interrupção na tendência de queda, que vinha se mostrando desde o mês de março, notadamente a partir de maio e junho, quando houve o pico da pandemia principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A taxa de desocupação foi de 13,3% na semana de referência, próxima da média de julho, de 13,1%. O

nível da ocupação também apresentou estabilidade em relação ao mês anterior, situando-se em 47,9%, nível idêntico à média de julho.

'O nível de ocupação costuma reagir aos movimentos do nível de atividade de forma defasada. Assim, o recuo da população ocupada observado em junho e julho teria refletido a forte retração da atividade econômica observada no início da pandemia, e sua estabilidade no período mais recente já poderia ser interpretada como reflexo da melhora dos indicadores econômicos a partir de maio', destacaram os técnicos do Ipea.

Segundo eles, se não houver piora das condições sanitárias associadas à pandemia, o que poderia levar a novas restrições ao funcionamento das atividades econômicas, 'seria razoável esperar que o nível de ocupação passasse a recuperar-se gradualmente nos próximos meses'.

Ainda assim, mesmo que a evolução favorável da pandemia possa levar ao processo de retorno gradual a algum tipo de normalidade no funcionamento da **economia**, os efeitos adversos da crise no **mercado** de trabalho, de acordo com o Ipea, tendem a persistir durante algum tempo.

'Em particular, é razoável imaginar que, nos próximos meses, a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado, podendo até vir a oscilar para cima, pressionada pelo movimento de retorno à força de trabalho de uma parcela de trabalhadores que, amparada pelo recebimento do auxílio emergencial, deixou de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social', salientou o instituto na Carta de Conjuntura.

De acordo com o Ipea, é razoável esperar que, com a continuidade do processo de recuperação do nível de atividade econômica, o nível de ocupação passe a recuperar-se nos próximos meses, mas a taxa de desocupação se mantenha em um patamar elevado, pressionada pelo movimento de retorno à força de

trabalho de pessoas que deixaram de procurar emprego por conta da crise e do distanciamento social.

'Os resultados recentes da Pnad Covid-19 sugerem que esse movimento ainda não começou de forma significativa. De fato, o número de pessoas não ocupadas que não procuraram emprego por conta da pandemia, mas gostariam de trabalhar, permaneceu elevado (18,3 milhões), apesar da queda em comparação com a média de julho (18,9 milhões)', ressaltou o Ipea.

De qualquer forma, a redução, na margem, do contingente de pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego por conta da pandemia, é um dos indícios que sinalizam o retorno gradual a algum tipo de 'normalidade' no **mercado** de trabalho.

'Outro sinal nesse sentido é fornecido pelo número de pessoas ocupadas, mas temporariamente afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, que continuou a trajetória de queda observada desde o início da pesquisa. Na primeira semana de agosto, esse indicador atingiu 4,7 milhões de pessoas, abaixo da média de julho, que foi de 6,8 milhões de pessoas.

O post Mercado de trabalho mostra estabilidade após pandemia, aponta Ipea apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, com valor de R\$ 300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial até dezembro deste ano, com quatro parcelas de R\$ 300, valor defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo apurou o Estadão com fontes das alas política e econômica do governo.

O anúncio do Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Bolsonaro, ficará para um segundo momento para que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tenha mais tempo para encontrar espaço para acomodar o novo gasto dentro do teto, que limita o avanço das despesas à inflação.

O presidente quer um plano que não inclua a revisão ou a extinção de outros benefícios, como o abono salarial, uma espécie de 14º **salário** pago a trabalhadores com carteira com **salário** até R\$ 2.090 e que custa cerca de R\$ 20 bilhões ao ano. O abono é considerado ineficiente pela equipe econômica, mas a proposta foi

rejeitada pelo presidente em reunião na terça-feira, 25. No dia seguinte, em viagem a Minas Gerais, Bolsonaro avisou que não vai 'tirar de pobres para dar a paupérrimos'.

Na primeira referência pública de Guedes às críticas do presidente, o ministro - que chegou a ser alvo de rumores de que pediria demissão - disse que tomou um 'carrinho' de Bolsonaro nesta semana. 'Ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti', brincou Guedes em uma live organizada pelo setor do aço. Ontem, o ministro e Bolsonaro se encontraram fora da agenda oficial dos dois.

Técnicos discutiam ontem uma revisão no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. Para acabar ou restringir o programa, que tem um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano e é sempre criticado por ter alto índice de fraudes, é preciso aprovar um projeto de lei - o que exige menos apoio do que os três quintos necessários para mudar a Constituição e mexer no abono. No entanto, governos anteriores também fracassaram nas tentativas de modificar o seguro-defeso.

Enquanto não aponta a fonte do novo programa, a ideia do governo é que a extensão do auxílio seja uma transição para um 'pouso suave' no novo Renda Brasil. Os técnicos da área econômica continuam debruçados sobre as alternativas para liberar espaço no Orçamento para o Renda Brasil e não desistiram nem mesmo de tentar convencer o presidente a propor alguma mudança no alcance do abono salarial atual. A ideia é tentar emplacar a mesma alteração proposta na reforma da Previdência, que restringia o abono a quem ganha até um **salário** mínimo (R\$ 1.045). A medida também foi rejeitada pelo Congresso.

Ontem, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que quem dá o 'timing' sobre temas como a prorrogação do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil é a política. Segundo ele, a equipe econômica tem

simulações prontas sobre os gastos que os benefícios vão acarretar.

'Eu sempre repito que o timing quem dá é a política. Nós temos as simulações todas preparadas, agora o timing, o nível de auxílio emergencial, de Renda Brasil, tudo isso são decisões políticas', afirmou Guedes na portaria do ministério. Ele foi questionado se o Renda Brasil começaria a ser pago já no início do ano que vem.

'Talvez antes, talvez no começo do ano que vem', respondeu.

Sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que 'a gente sabe que R\$ 600 é muito e R\$ 200 é pouco'.

'Estamos tentando acertar os números. Mas está tudo claro, tudo tranquilo.'

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de decreto. O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Para mexer no valor, será preciso editar uma Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Juiz nega pedido de parlamentares para impedir a saída da Petrobras do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O juiz federal Magnus Delgado extinguiu nesta sexta-feira 28 a ação popular aberta por dois deputados federais e dois senadores do Rio Grande do Norte para barrar o Plano de de Desinvestimento da Petrobras no estado.

Segundo o magistrado, a medida de desmobilizar as atividades da Bacia Potiguar não é uma decisão política, mas de caráter restrito à administração da estatal.

'A cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pertencentes à referida sociedade de **economia** mista no Estado do Rio Grande do Norte', escreveu o juiz Magnus Delgado.

A ação popular foi interposta pelos senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), e mais os deputados federais Natália Bonavides (PT) e Rafael Motta (PSB). Ele alegam que a ação é movida para

anular atos lesivos ao patrimônio público e de sociedades de **economia** mista, como é o caso da Petrobras.

Nesta semana, a Petrobras anunciou a venda de todos os ativos do Polo Potiguar, o que resultará em um prejuízo de proporções ainda não completamente estimadas, mas que, de imediato, ameaça 5,6 mil trabalhadores que atuam direta e indiretamente no Polo; além de afetar a distribuição de royalties. Em 2019, o estado recebeu R\$ 15 milhões e, apesar da pandemia, acumulou mais de R\$ 11 milhões até agosto de 2020.

'Não se observa a lesão ao patrimônio da Petrobras a partir das assertivas lançadas na inicial, visto que os objetivos do Teaser Polo Potiguar atendem a uma diretriz de **mercado** da empresa, ora imbuída de um caráter de menor intervenção estatal na ordem econômica, o que não se apresenta vedado pela ordem jurídica nacional', definiu o juiz federal Magnus Delgado

AGORA RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Negócios & Finanças



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Antônio Felipe

Expectativa para o PIBO anúncio oficial do PIB do segundo trimestre será terça-feira, 1º de setembro. A expectativa é de um tombo histórico. O IBC-BR, a prévia do PIB brasileiro teve uma queda recorde de 11% no segundo trimestre. O indicador do BC apontou uma recuperação em junho, com alta de 4,9% na comparação com o mês anterior, mas ainda insuficiente para compensar a queda de abril. Enquanto isso, a China vai acelerar a inovação tecnológica para impulsionar crescimento, diz o presidente Xi Jinping. A meta é acelerar o crescimento de alta tecnologia, para melhorar os seus produtos e fugir da dependência de outros países. Hoje, milhares de produtos são apenas montados na China e não concebidos tecnologicamente. O Brasil precisa seguir o mesmo caminho.

MUNDO

Com o impacto da Covid-19, o PIB da Colômbia recuou 15,7% no segundo trimestre. Entre janeiro e março, a **economia** do país havia crescido 1,4%, segundo dados

revisados. O Peru encolheu mais e entrou em recessão após queda de 17% do PIB no semestre. Já o PIB da zona do euro cai 12,1% no segundo trimestre

Devolução

A Receita Federal libera para o saque amanhã (31), o quarto lote do Imposto de Renda de 2020. Serão liberados R\$ 5,7 bilhões, para 4 milhões, 479,172 contribuintes. A Receita pagará R\$ 54,4 milhões em restituições a 38.259 contribuintes do RN, uma grana para muita gente

Redução

As taxas de **juros** do **mercado** não acompanharam toda a queda da Selic, avalia o Banco Central. Ou seja, ficaram com os bancos que também cobram tarifas de serviços exorbitantes. Os brasileiros devem buscar **juros** menores em outros bancos, como os digitais ou as fintechs.

FUNDO

A divisão de lucro faz o FGTS bater a poupança, com repasse médio de R\$ 45. Com isso, o rendimento do fundo chega a 4,9%, remuneração superior à da inflação e à das cadernetas no ano passado. Cerca de 167 milhões de contas vão receber parte do lucro do FGTS, amanhã (31). Será feita a distribuição depósito de R\$ 7,5 bilhões dos ganhos obtidos em 2019 entre os trabalhadores.

Recursos na educação

A PEC do Fundeb já sancionada é mais ampla e atende todas as etapas anteriores ao ensino superior representando 63% do investimento público em educação básica. Os recursos do fundo são destinados às redes estaduais e municipais de educação, conforme o número de alunos matriculados. A proposta aumenta de forma gradativa a participação da União no Fundeb passando dos atuais 10% até chegar, em 2026, a 23%.

Isso ampliará o investimento na educação do país. Segundo o relator da matéria no Senado, Flávio Arns (Rede-PR), em 2026 o investimento chegará a R\$ 5,5 mil por aluno. Hoje, esse investimento é de R\$ 3,6 mil.

EDUCAÇÃO

No Brasil são nada menos do que três milhões de crianças sem creches e 11 milhões de analfabetos. As metas do governo abrangem, por exemplo, a universalização do ensino, a erradicação do analfabetismo e valorização da carreira de professores, por tanto, merecem mais atenção no Orçamento para 2021.

1- Além do aumento da produção de aço, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estima que o consumo de energia elétrica deverá aumentar 2,1% em agosto. Tem outros importantes indicadores de vendas de insumos e de matérias primas que estão em expansão, confirmando o início da retomada.

2- O prazo para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) de 2020 está aberto. É por meio desse documento que se comprove a regularidade do imóvel rural, base de dados do governo federal, gerenciada pelo (Incra). Para que o documento seja válido, é necessário que a Taxa de Serviços Cadastrais esteja quitada, até 15 de setembro.

3- Também começa a contar o prazo para o envio da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural de 2020, o ITR pessoa física ou jurídica - exceto a imune ou isenta -, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título do imóvel rural. A expectativa da Receita Federal é de receber 5,9 milhões de documentos até o dia 30 de setembro.

PETRÓLEO (I)

Há mais de cinco anos a Petrobras anunciou a descoberta da primeira acumulação de petróleo em águas profundas da Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte a concessão BM-POT-17. O futuro neste setor está aí. A descoberta ocorreu durante a perfuração do

poço 1-BRS-A-1205-RNS (1-RNS-158), informalmente conhecido como Pitu, em profundidade de água de 1.731 metros e localizado a cerca de 55 km da costa.

PETRÓLEO (II)

O intervalo portador de petróleo líquido foi constatado por meio de perfis e amostragens de fluido caracterizados por análises de laboratório. O poço perfurado a uma profundidade de 4.197 metros e a perfuração prosseguiu até 5.028 metros. A Petrobras é a operadora da concessão BM-POT-17, com 80% de participação, em consórcio com a empresa Petrogal Brasil, que detém 20%.

ESTIMATIVA

A população do Ceará passa de 9.18 milhões de habitantes, segundo o IBGE. Uma boa parte, cerca de um terço, concentrada apenas na Região Metropolitana de Fortaleza. Em Pernambuco são 9,6 milhões de habitantes, o sétimo estado mais populoso do Brasil enquanto a Bahia tem 14,9 milhões. Na Paraíba são 4 milhões, o 15º estado e o RN o 16º (3,5 milhões).

RESÍDUOS

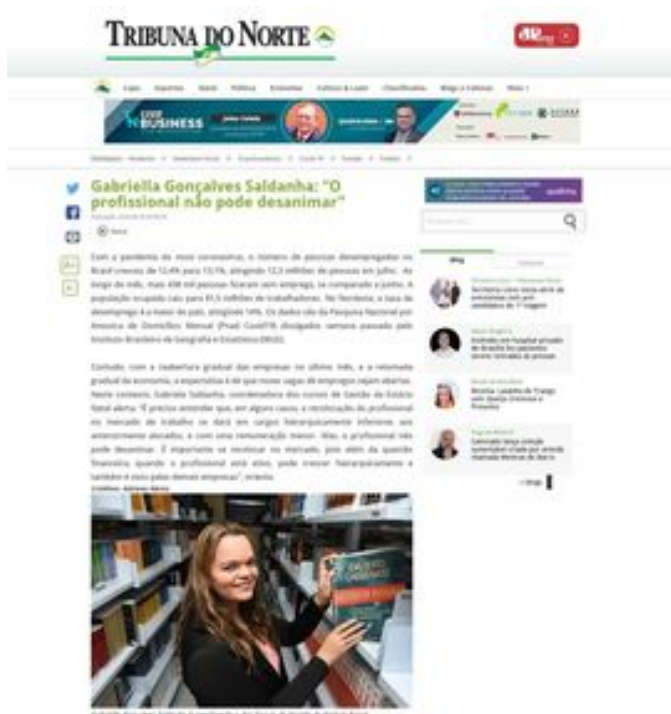
O Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó concluiu uma etapa da Chamada Pública de contratação de empresa para os estudos de viabilidade e projetos detalhados, para concessão de prestação de serviços. Foram habilitadas empresas de engenharia e especialistas em meio ambiente. A decisão está no e-mail: cprss1@gmail.com.

DIFICULDADES

Segundo o **mercado**, a Gol tem compromisso de US\$ 300 milhões (cerca de R\$ 1,5 bilhão), com empresas de leasing - pelo aluguel de aviões. Esse montante vem comprometendo as finanças da companhia que já tomou providências em devolver uma boa parte desses aviões. Já a Latam tenta convencer credores brasileiros a aderirem à recuperação judicial.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA**

Gabriella Gonçalves Saldanha: 'O profissional não pode desanimar'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com a pandemia do novo coronavírus, o número de pessoas desempregadas no Brasil cresceu de 12,4% para 13,1%, atingindo 12,3 milhões de pessoas em julho. Ao longo do mês, mais 438 mil pessoas ficaram sem emprego, se comparado a junho. A população ocupada caiu para 81,5 milhões de trabalhadores. No Nordeste, a taxa de desemprego é a maior do país, atingindo 14%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Mensal (Pnad Covid19) divulgados semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Contudo, com a reabertura gradual das empresas no último mês, e a retomada gradual da **economia**, a expectativa é de que novas vagas de empregos sejam abertas. Neste contexto, Gabriela Saldanha, coordenadora dos cursos de Gestão da Estácio Natal alerta: 'É preciso entender que, em alguns casos, a recolocação do profissional no **mercado** de trabalho se dará em cargos hierarquicamente inferiores aos anteriormente alocados, e com uma remuneração menor. Mas, o profissional não pode desanimar. É importante se recolocar no **mercado**, pois além da questão financeira, quando o profissional está ativo,

pode crescer hierarquicamente e também é visto pelas demais empresas', orienta.

Créditos: Adriano Abreu Gabriella Gonçalves Saldanha é coordenadora dos Cursos de Gestão da Estácio Natal

Um dos grandes destaques na candidatura a uma vaga de emprego, atualmente, é para as competências comportamentais, que já eram importantes antes da pandemia, e agora são ainda mais requeridas pelas empresas. Na entrevista a seguir, ela dá dicas de como driblar o momento difícil atual e se destacar nas candidaturas às vagas.

O que podemos considerar como 'novo normal' no **mercado** de trabalho nacional na atualidade?

A pandemia do novo coronavírus causou e ainda está causando mudanças significativas no **mercado** de trabalho no mundo todo. Com a retomada da **economia**, o termo 'novo normal' passa a ganhar mais força no ambiente laboral. A adoção do home office é uma das mudanças trazidas pela pandemia que deve permanecer. O número de empresas que adotavam esse tipo de trabalho no Brasil era pequeno. Mas, devido às circunstâncias, a adoção dele foi inevitável e perpetuará pós pandemia. Verificou-se em muitos casos que a produtividade dos colaboradores teve um aumento significativo durante esse período, o que foi enxergado pelas empresas como um ponto positivo. As pessoas ganharam qualidade de vida no home office, o que traduz uma maior produtividade. Nesse 'novo normal' os profissionais deverão ser cada vez mais dinâmicos, para conseguir maiores e melhores resultados. A capacitação continuada e o foco no aprendizado constante são exigências desse novo cenário, onde as mudanças ocorrerão ainda de forma mais rápida, exigindo dos profissionais mais agilidade, comprometimento, proatividade e a capacidade de compreender a mudança como rotina.

Milhares de pessoas foram demitidas ao longo da pandemia em todo o País. Como esses trabalhadores

podem buscar recolocação no **mercado**?

O momento econômico que vivemos foi bastante prejudicial para a manutenção dos postos de trabalho, aumentando o número de desempregados, sendo necessária uma recolocação para os profissionais excluídos do **mercado** nesse período. A resignificação e a resiliência são de suma importância nesse momento. Pensar que o desligamento da empresa anterior pode não ter sido por incapacidade do profissional, é importante e essencial para não perder novas oportunidades que possam vir a surgir. A recolocação profissional fica mais fácil e rápida quando o profissional mantém o foco nas atitudes certas e traça um plano detalhado para voltar a trabalhar. Deve-se aproveitar o momento na qual ele não está alocado no **mercado** de trabalho para se qualificar, pois, a concorrência tende a ficar cada vez mais alta.

Ganhar menos significa retroceder na carreira? O que fazer para que o profissional não se sinta desqualificado no cenário atual?

É importante ficar atento às divulgações das novas vagas de trabalho, que, em sua maioria acontece nas mídias sociais. É preciso afirmar que, em alguns casos, a recolocação do profissional no **mercado** de trabalho se dará em cargos hierarquicamente inferiores aos anteriormente alocados, e com uma remuneração menor. Mas, o profissional não pode desanimar, nem pensar que isso será um retrocesso na sua carreira. É importante se recolocar no **mercado**, pois além da questão financeira, quando o profissional está no **mercado**, ele é visto pelas demais empresas. O momento pelo qual estamos passando é ímpar, e recomeçar é preciso, independentemente de como for. O bom profissional traçará novamente sua carreira, e conseguirá chegar onde ele estava antes da pandemia. É preciso ser resiliente e pensar que esse 'retrocesso' na carreira não tem relação com a incompetência ou desqualificação do profissional, e sim, com a conjuntura econômica que estamos vivendo.

O que chamará atenção dos selecionadores no pós-pandemia?

Algumas competências que já eram requeridas pelo **mercado** de trabalho, em período anterior à pandemia, nessa retomada do **mercado** ganharam ainda mais peso. Visualizamos a importância da tecnologia nas nossas vidas durante esse período. Diversas empresas precisaram se reinventar, e, como elas, nós profissionais também precisamos nos adaptar a essa nova realidade. Então, a primeira habilidade que temos que destacar é o domínio das ferramentas tecnológicas. Outras competências necessárias para os profissionais são: resiliência, versatilidade, dinamismo, criatividade, pensamento crítico, liderança, flexibilidade cognitiva, inteligência emocional, gestão de pessoas, foco em resultados e autogerenciamento. Vale ressaltar que o grande destaque é para as competências comportamentais, que já eram importantes antes da pandemia, e agora são ainda mais requeridas pelas empresas.

Quais setores deverão demandar mais talentos a partir das vivências impostas pelo novo coronavírus?

Alguns setores demandarão mais talentos nesse cenário que estamos vivendo. As áreas de tecnologia, financeira, gestão de pessoas e saúde estarão em alta, e demandarão mais profissionais de maneira imediata, para a retomada da competitividade.

O mundo se tornou cada vez mais virtual com a pandemia. Até mesmo seleções para empregos estão sendo feitas por plataformas digitais. Como se comportar nesse ambiente?

Do mesmo modo como no processo seletivo presencial, a entrevista virtual deve ter do candidato toda uma preparação, como o conhecimento prévio sobre a empresa à qual se está concorrendo à vaga. Mas, agora, com mais cuidado ainda, já que estamos em casa e alguns ruídos e distrações podem ocorrer. Algumas dicas são super importantes para esse momento. A vestimenta, assim como nas entrevistas presenciais, é de suma importância. Não é porque estou na minha casa que posso me vestir de qualquer maneira. Tenho que me apresentar de maneira

adequada, utilizando roupas condizentes com a empresa onde estou me candidatando, com cabelo arrumado, barba bem feita e maquiagem leve e adequada. Além dessas dicas básicas, que servem tanto para entrevistas presenciais quanto para virtuais, é necessário separar um ambiente onde não tenha ruídos, nem interrupções, que seja bem iluminado. Avise a todos em sua casa que você estará participando de uma entrevista. Se o aplicativo que estiver utilizando possibilitar o desfoque do plano de fundo, faça isso, pois haverá o destaque apenas para o candidato. Outro ponto importante também é a realização do teste do microfone e câmera do equipamento que o candidato irá utilizar. Teste antes e tente ao máximo evitar os possíveis problemas que possa vir a ocorrer. Se antecipar a possíveis gargalos é fundamental.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

uma empresa do Estado presente em todo território brasileiro. Investimos nas áreas de reservatórios onshore não tradicionais e sempre mantivemos a operação nas áreas terrestres. Era importante que a Petrobras desse lucro. Áreas com produtividade menor seriam compensadas com áreas de produtividade maior. Isso manteria a integridade financeira de forma permanente. E como se pensava a estratégia para os campos maduros?

Claro, naturalmente os campos declinam de produção. Isso é uma realidade da produção de petróleo. Logicamente, os campos mais antigos são os terrestres, e eles serão abandonados primeiros. Mas como a Petrobras tem o compromisso com a **economia** nacional e com o povo brasileiro, isso tem que ser previsto com uma certa antecedência, como, por exemplo, cinco anos, para você preparar a descontinuidade dessas áreas produtoras de forma paulatina e progressiva, de maneira que você não produza um impacto de interromper de um dia para o outro as atividades, para a **economia** absorver isso sem muitos prejuízos. Mas o que acontece hoje é um abandono desses campos de forma muito rápida.

A venda dos ativos tem o objetivo, segundo a atual direção, de diminuir uma dívida bilionária da Petrobras que a faz ter **juros** altos no **mercado**. O senhor avalia que a Petrobras gerou um endividamento que faz a venda dos ativos ser um plano irreversível ou teria outra forma de abater a dívida?

Primeiro, a Petrobras vem dando lucro. Segundo, um banco que senta na mesa com uma empresa que tem dívida e quer receber a garantia de pagamentos, e a Petrobras com o pré-sal tem o que o banco quer porque são reservas gigantescas. Esse é um problema de competência gerencial. A empresa tem a opção de sentar com os credores e discutir isso, dentro de um modelo que tenha um compromisso com o desenvolvimento nacional, que produz os seus produtos, agrega valores e vende no **mercado**. Com o sistema Petrobras que nós tínhamos, tínhamos uma robustez no **mercado** que só tendia a crescer. Isso para o credor é o que é importante, pois dá a garantia de

pagamentos. É uma falácia dizer que a Petrobras precisa vender seus ativos para diminuir seu prejuízo.

Na sua avaliação, qual a diferença entre a exploração do petróleo por uma operadora privada e pela Petrobras, já que, por exemplo, em questão de royalties existe uma regulamentação da ANP que iguala as regras? A integração da Petrobras com a iniciativa privada faz parte da história da companhia. A participação de sócios nos nossos empreendimentos, contribuindo com novos investimentos, também é fundamental. O que na minha visão é um erro é achar que a presença da Petrobras se resume a presença de uma empresa, que está produzindo para ter lucro. Não é. A Petrobras é mais do que isso e todos nós sabemos. A Petrobras é uma empresa que interage com o desenvolvimento da sociedade de várias formas.

Se a Petrobras tivesse o mesmo nível de planejamento e investimento que tem hoje em meados de 2006 e 2007, seria possível descobrir o pré-sal?

Não teríamos descoberto o pré-sal se tivéssemos a mentalidade atual. Quando o governo Lula assumiu em 2003, nós encontramos uma empresa que estava concentrada na Bacia de Campos (RJ). A empresa tinha fechado no Espírito Santo, em Itajaí, e outras unidades estavam com sinal amarelo afirmando de que não era mais interessante manter unidades. A mentalidade até 2003 foi se concentrar nas áreas mais lucrativas, focando apenas na remuneração dos acionistas, não com integração com o desenvolvimento nacional.

A estratégia para outras bacias era deixar para empresas estrangeiras, mas as empresas estrangeiras não queriam correr riscos financeiros. Então, quando assumimos, começamos a explorar em vários locais, inclusive no Rio Grande do Norte, onde fizemos uma descoberta em águas ultra-profundas. Ao sul da Bacia de Campos, existia a Bacia de Santos, que é a maior bacia submarina brasileira, e ela estava abandonada. Foi lá que começamos a fazer descoberta no pós-sal e batemos no pré-sal, dentro de uma operação onde assumimos os riscos de não haver petróleo e dentro de um equilíbrio financeiro muito competente.

Por que a Petrobras, naquele momento, decidiu fazer novas explorações com riscos tão altos?

Petróleo e gás natural é energia, e energia é uma questão fundamentalmente política. Energia é poder geopolítico. Os conflitos no Oriente Médio, no Norte da África e os históricos na Venezuela são com base em energia, basicamente em petróleo. Energia não é uma commodity que você pode comprar. A Petrobras naquele ano retomou essa visão política, da importância da energia como fator estratégico para qualquer nação do mundo, principalmente para uma nação como o Brasil que é o quinto país do mundo em extensão territorial.

Retomamos essa visão na Petrobras e fomos pesquisar objetivos exploratórios embaixo de dois mil metros de camada de sal. Para fazer isso, é preciso muita engenharia e muita tecnologia. No primeiro poço nós gastamos US\$ 240 milhões (dólares americanos). Nenhum fundo de investimento faz isso sem garantia de encontrar petróleo embaixo. Era um risco gigantesco, e por isso as empresas estrangeiras não investiram. Desses US\$ 240 milhões investidos, aprendemos tecnologia, transformamos esse poço num centro de pesquisa tecnológico e de construção de poços, adquirimos a experiência e a competência. Não descobrimos petróleo nesse primeiro poço, mas vimos que as possibilidades aumentaram porque achamos gás carbônico, e aí fomos para o segundo poço e com menos da metade desse investimento descobrimos o pré-sal.

Mas as condições do **mercado** do petróleo eram mais favoráveis naquela época...

Sim, eram favoráveis, mas nós aproveitamos o momento, essa janela de oportunidade. Uma empresa petrolífera tem que correr risco porque uma empresa petrolífera não é um banco. E nós tínhamos uma empresa petrolífera estatal que precisava de compromisso com o desenvolvimento do Brasil e que queria a independência de energia para não ficar dependente de outros países. É uma questão de

soberania nacional. Isso construía um cenário muito positivo para a industrialização do país, que sempre se prejudicou justamente por falta de energia.

Nós temos aqui no Rio Grande do Norte os estudos em um campo em alto-mar, que é o Campo de Pitu. Com a estratégia da Petrobras de investimento nos campos de maior rentabilidade, a descoberta de novos campos fica mais devagar?

Certamente, por tudo que já falei. A lógica do **mercado** financeiro, que é a essência do que eu tenho falado aqui porque vejo a Petrobras atrelada hoje a essa lógica, é não correr riscos financeiros. O **mercado** financeiro é um **mercado** que não está atrelado a uma nação. O capital nacional ele tem uma lógica diferente porque você considera a sua área produtiva, o trabalhador, o meio-ambiente. Se você não tem isso, você perde o compromisso com essas áreas. Essa é a lógica da Petrobras hoje. Significa que tudo vai ser desconsiderado? Não. Digamos que se descubra um campo, vai haver todo um estudo para ver se a rentabilidade é o mesmo de um campo do pré-sal. Se não for, não vai haver interesse, eles vendem o campo e continuam focando apenas no pré-sal.

"Isso para o credor é o que é importante, pois dá a garantia de pagamentos. É uma falácia dizer que a Petrobras precisa vender seus ativos para diminuir seu prejuízo"

"Petróleo e gás natural é energia, e energia é uma questão política. Energia é poder geopolítico. Energia não é uma commodity que você pode comprar"

"É uma questão de soberania nacional. Isso construía um cenário muito positivo para a industrialização do país, que sempre se prejudicou justamente por falta de energia"

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Participação no PIB cai desde 2013



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: LUIZ HENRIQUE GOMES

Em apenas quatro anos, a participação da Petrobras na **economia** do Rio Grande do Norte caiu 15 pontos percentuais. A produção do setor de Extração de Petróleo e Gás, monopolizado até então pela estatal, passou de R\$ 3,4 bilhões (valor corrigido pela inflação) em 2013 (36,6% do PIB da Indústria) para R\$ 1,6 bilhão em 2017 (21,9%). Os dados são os mais atualizados do IBGE e evidenciam a diminuição da Petrobras no estado. A queda não foi gerada apenas pelo desinteresse gradual da empresa pelos campos de petróleo em território potiguar, mas ajudam a explicar por que o anúncio de venda de 26 ativos da estatal não

foi surpresa para parte dos agentes políticos.

A venda foi anunciada na segunda-feira (24) e repercutiu entre o governo estadual, sindicatos, prefeituras e empresas privadas que operam no setor de extração de petróleo e gás por significar a totalidade dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. Parte dos pronunciamentos, incluindo o da governadora Fátima Bezerra (PT), considerou a venda uma surpresa. Entretanto, outra parte viu a venda com naturalidade. Foi o caso do prefeito André Diógenes (MDB), de Guamaré, onde fica a Refinaria Potiguar Clara Camarão, um dos ativos à venda. “Vejo essa saída com serenidade por tudo que já vem acontecendo”, disse Diógenes.

Em 2009, a Petrobras anunciou a construção da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC) como uma peça no plano da estatal de aumentar a capacidade de refino de petróleo no Brasil. O país estava sob a euforia da descoberta do pré-sal dois anos antes e vislumbrava o aumento da atuação da Petrobras. Em 2013, com a refinaria operando, o setor de extração de petróleo e gás atingiu o auge no Estado, responsável por 36,6% do PIB Industrial daquele ano. O setor foi o mais importante para a indústria potiguar.

Mas, passados onze anos desde aquele anúncio, os planos da Petrobras mudaram. O petróleo entrou em crise com a queda do preço do barril no **mercado** internacional a partir de 2014. Três anos depois, em 2017, a Petrobras anunciou um plano de desinvestimento para redução da dívida internacional que havia acumulado com os prejuízos causados naqueles anos. “[O pré-sal] hoje é o nosso foco estratégico. Estamos fazendo isso para pagar dívidas”, afirmou o diretor executivo de Relacionamento Institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy.

O desinvestimento em campos onshore (terrestres) já vinha acontecendo desde 2013 por serem menos rentáveis do que os campos do pré-sal e estarem maduros - ou seja, com menos petróleo que antes - por

conta do tempo de exploração. Os campos do Rio Grande do Norte, conseqüentemente, foram afetados. Se antes produziam 100 mil barris ao dia, hoje produzem 23 mil, menos da metade do que apenas um poço do pré-sal produz (50 mil).

Em 2017, o setor correspondeu a 21,9% do PIB da Indústria e perdeu o posto de maior participação no PIB da Indústria do Estado para a Indústria de Derivados de Petróleo e Fabricação de Biocombustíveis. Esse último setor também está relacionado às atividades exercidas até então pela Petrobras, o que faz a empresa ter uma participação de praticamente 50% no PIB da Indústria Potiguar. “São as duas indústrias de maior peso no PIB industrial atualmente. Mas a Extração de Petróleo e Gás vem perdendo peso há uns dez anos, e essa perda se aprofundou nos últimos três”, afirmou Sandra Cavalcanti, economista da Unidade de **Economia** e Pesquisa da Federação das Indústrias do RN (Fiern).

O Secretário Executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (Abpip), Anabal Santos, afirma que as empreiteiras de menor porte que investem nos campos maduros, comprando-os da Petrobras, tem potencial de aumentar novamente a produção e conseqüentemente fazer a participação do setor na **economia** voltar a crescer. Ele citou os campos do Riacho da Forquilha, em Mossoró, que aumentaram a produção em 30% após serem vendidos a Petroreôncavo. “O PIB é do setor, não da Petrobras. Se tem novas empresas investindo no setor, ele vai ter a mesma participação de antes”, disse. Essa avaliação, no entanto, está longe de ser um consenso.

Empresas interessadas

A governadora Fátima Bezerra se reúne nesta segunda-feira (31) com a bancada federal do Rio Grande do Norte para discutir a venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. A venda foi anunciada na segunda-feira passada (24) dentro do plano de desinvestimento da estatal. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, informou à governadora na última quinta-feira que há empresas interessadas na venda.

Fátima Bezerra informou que será criado um grupo de trabalho com um representante do Estado e da Petrobras para acompanhar todo o processo de venda da estatal, que significa o fim da produção de petróleo da Petrobras no RN. O secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, representará o Estado.

Em reunião remota, Castello Branco reiterou a Fátima Bezerra que a Petrobras seguirá com o processo de desinvestimento, mas negou a saída definitiva da empresa do Estado. A estatal manterá sua presença no RN por meio de projetos em águas profundas com a prospecção do Campo de Pitu, segundo o presidente. Entretanto, as expectativas para iniciar a operação neste campo, se a prospecção indicar viabilidade de exploração, é superior a cinco anos a partir do fim da etapa de estudos.

No início da semana, a governadora criticou o plano da Petrobras. Ela afirmou que a venda dos ativos põe em risco 5,6 mil empregos diretos e terceirizados e a **economia** do RN. Além disso, considerou que o presidente da estatal “quebrou a palavra” ao garantir, em duas ocasiões passadas, a permanência de ativos como a Refinaria Potiguar Clara Camarão, colocada à venda.

Em 2017, o setor correspondeu a 21,9% do PIB da Indústria e perdeu o posto de maior participação no PIB da Indústria do Estado para a Indústria de Derivados de Petróleo e Fabricação de Biocombustíveis. Esse último setor também está relacionado às atividades exercidas até então pela Petrobras, o que faz a empresa ter uma participação de praticamente 50% no PIB da Indústria Potiguar. “São as duas indústrias de maior peso no PIB industrial atualmente. Mas a Extração de Petróleo e Gás vem perdendo peso há uns dez anos, e essa perda se aprofundou nos últimos três”, afirmou Sandra Cavalcanti, economista da Unidade de **Economia** e Pesquisa da Federação das Indústrias do RN (Fiern).

O Secretário Executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural

(Abpip), Anabal Santos, afirma que as empreiteiras de menor porte que investem nos campos maduros, comprando-os da Petrobras, tem potencial de aumentar novamente a produção e consequentemente fazer a participação do setor na **economia** voltar a crescer. Ele citou os campos do Riacho da Forquilha, em Mossoró, que aumentaram a produção em 30% após serem vendidos a Petroreconcavo. “O PIB é do setor, não da Petrobras. Se tem novas empresas investindo no setor, ele vai ter a mesma participação de antes”, disse. Essa avaliação, no entanto, está longe de ser um consenso.

Empresas interessadas

A governadora Fátima Bezerra se reúne nesta segunda-feira (31) com a bancada federal do Rio Grande do Norte para discutir a venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. A venda foi anunciada na segunda-feira passada (24) dentro do plano de desinvestimento da estatal. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, informou à governadora na última quinta-feira que há empresas interessadas na venda.

Fátima Bezerra informou que será criado um grupo de trabalho com um representante do Estado e da Petrobras para acompanhar todo o processo de venda da estatal, que significa o fim da produção de petróleo da Petrobras no RN. O secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, representará o Estado.

Em reunião remota, Castello Branco reiterou a Fátima Bezerra que a Petrobras seguirá com o processo de desinvestimento, mas negou a saída definitiva da empresa do Estado. A estatal manterá sua presença no RN por meio de projetos em águas profundas com a prospecção do Campo de Pitu, segundo o presidente. Entretanto, as expectativas para iniciar a operação neste campo, se a prospecção indicar viabilidade de exploração, é superior a cinco anos a partir do fim da etapa de estudos.

No início da semana, a governadora criticou o plano da Petrobras. Ela afirmou que a venda dos ativos põe em

risco 5,6 mil empregos diretos e terceirizados e a **economia** do RN. Além disso, considerou que o presidente da estatal “quebrou a palavra” ao garantir, em duas ocasiões passadas, a permanência de ativos como a Refinaria Potiguar Clara Camarão, colocada à venda.

Desinvestimento reduziu empregados da estatal

A redução da Petrobras com a venda dos campos maduros levou a uma queda no número de empregados próprios e terceirizados da estatal que atuam no Rio Grande do Norte. Em 2013, 2.747 trabalhadores próprios e 11.250 terceirizados atuavam em atividades da Petrobras. Sete anos depois, o número de empregados próprios é de 1.437 e de terceirizados, 4.200, segundo o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do RN (Sindipetro/RN).

O sindicato afirmou que o desinvestimento da Petrobras vai gerar consequências negativas no âmbito socioeconômico para o Rio Grande do Norte, com perda de empregos e receitas. “Essas empresas não possuem o mesmo tamanho da Petrobras, não tem a mesma atuação ampla e portanto não tem como possuírem a mesma produção e geração de empregos que a Petrobras trouxe”, afirmou o coordenador geral interino do Sindipetro, Rafael Matos.

O Secretário Executivo da Abpip, Anabal Santos, defensor da venda dos ativos, também afirmou que de fato a Petrobras gera mais empregos diretos. “Por ser uma empresa muito grande, a Petrobras tem mais funcionários diretos, enquanto as empresas menores são mais eficientes nesse sentido porque conseguem fazer o mesmo papel com menos funcionários”, declarou.

Por outro lado, defendeu Santos, as empresas privadas podem movimentar mais a **economia** local que a estatal. “A Petrobras, por ser muito grande, faz compras de materiais em outros locais. As empresas menores possuem a tendência de fazer compras no **mercado** local. Portanto, há um reflexo positivo na geração de empregos indiretos porque outros setores serão

beneficiados.”

Outra consequência levantada pelo Sindipetro são os salários mais baixos que trabalhadores de empresas privadas possuem. Um estudo da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras da Câmara dos Deputados apresentado à governadora Fátima Bezerra em dezembro do 2019 diz que o **salário** médio do segmento de extração de petróleo e gás no Nordeste caiu 58% entre 2015 e 2017. Nas atividades de apoio à indústria petrolífera, a queda foi de 17%.

Números do setor

Participação da Petrobras no PIB Industrial

Participação do setor de Extração de Petróleo e Gás no PIB da Indústria*

2010PIB: R\$7,764 bilhões Participação: 22,6%

2013PIB: R\$8,899 bilhões Participação: 36,6%

2015PIB: R\$8,483 bilhões Participação: 26%

2017PIB: R\$7,603 bilhões Participação: 24,3%

Considerado o setor industrial de Extrativa e Transformação (Os valores foram corrigidos pela inflação até dezembro de 2017)

Fonte: IBGE e Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern)

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SUV: TRAILBLAZER 2021 GANHA NOVA FRENTE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A General Motors do Brasil revelou, dia 24 deste mês, a linha 2021 da SUV 'Trailblazer'. O lançamento acontece um mês depois da reestilização da pick-up S10. Vale registrar, que os dois modelos compartilham a base, linha de produção e conjunto mecânico. A 'Trailblazer' é oferecida em versão única, a Premier, e custa R\$ 269.850,00. O modelo é equipado com motor 2.8 turbodiesel de 200 cavalos de potência, 51 kgfm, acompanhado de tração 4x4 e câmbio automático de 6 velocidades. A General Motors promoveu a troca da turbina pela mesma utilizada no modelo Colorado, produzido nos Estados Unidos, prometendo uma otimização que deixa as acelerações mais progressivas e uma direção mais "esperta". O visual do SUV 'Trailblazer' foi atualizado. Assim como na S10, a principal mudança na aparência está na grade frontal, que passa a tomar grande parte da dianteira do modelo, enquanto os faróis auxiliares foram realocados em uma posição mais alta. A 'grade' ainda tem barras cromadas e a gravata dourada deslocada para a esquerda. Em posição central, há a inscrição Chevrolet em preto.

Superesportivo

O automóvel Bugatti EB110 Centodieci, 'chegou, chegando', com seu monumental motor V-12, quadriturbo, de 561 cavalos de potência. A marca francesa tem uma história fantástica (fundada em 1909 pelo italiano Ettore Bugatti), mas faliu, passou por proprietários aventureiros até ser adquirida pelo tradicional e respeitado mundialmente Grupo automotivo Volkswagen, no ano de 1998.

Concorrência

Apesar de o T-Cross ter mantido por DOIS meses a liderança do **mercado** brasileiro, a briga entre os SUVs compactos deverá se concentrar entre Jeep Renegade, Nivus e Tracker. Na avaliação do dia a dia, o Tracker na versão Premier mostrou ser um produto bem equilibrado entre conforto, desempenho e preço. Com 2,57m de distância entre-eixos oferece bom espaço no banco traseiro para três ocupantes.

Pneus

Desde agosto, a gasolina do Brasil segue novas especificações. Ela deixa os carros mais econômicos porque otimiza a queima do combustível devido sua maior eficiência energética. Visando reduzir os gastos dos motoristas, modelos de pneus chegam para diminuir a resistência ao rolamento, favorecendo a **economia** de combustível e ao meio ambiente.

Panamera

A Porsche revelou, dia 26, uma atualização visual e mecânica para o Panamera, sedã de luxo com estilo cupê e Panamera Sport Turismo, com carroceria que lembra um station wagon. Por enquanto, a fabricante alemã confirmou apenas uma versão para o Brasil, a inédita 4S E-Hybrid. O modelo chega no início de 2021, e irá custar R\$ 649.000,00.

Ariya

Para alavancar o interesse do consumidor, a NISSAN

apostou no recém-lançado Ariya, o primeiro SUV elétrico da marca. O modelo vai ser oferecido, também, no Brasil. Segundo a estratégia da Nissan, que passará a vendê-lo no Japão na metade de 2021, a novidade chegará por aqui após o desembarque em outros mercados ao redor do mundo.

Mitsubishi

Natal acaba de ganhar uma nova concessionária autorizada de automóveis, a Buda Motors (Mitsubishi), cujo gestor é o empresário Paulo Rocha (Paulo Buda) expert executivo de vendas, com larga experiência no segmento automotivo. Foi diretor comercial da Top Car, revenda em Natal. Paulo é muito querido pelos natalenses. Parabéns!

Logotipo

A Rolls-Royce, marca do grupo BMW, busca identidade diferenciada por meio de novas cores e grafia simplificada, para atrair clientes mais jovens. Primeiro carro da marca a receber a novidade será o sedã Ghost. A fabricante adotou uma nova filosofia de marca. Agora, a montadora terá uma identidade diferenciada por meio de um novo logotipo, com nova fonte.

CAOA CHERY

Marca definiu os preços para as revisões programadas até 60 mil quilômetros dos recém lançados Arrizo 6 e Tiggo 8. Os preços das peças são bastante competitivos e válidos para todo o País. Com isso, além de oferecer o que há de melhor em termos de qualidade, segurança, tecnologia e design, a montadora garante um dos melhores serviços de pós-vendas e suporte técnico do **mercado**.

Híbrida

A Toyota da Nova Zelândia disse que em 2021 espera lançar a pick-up Hilux Hybrid, de acordo com o site neozelandês Driven, que recebeu a informação de Neeraj Lala, presidente da filial.

'Esperamos que a Hilux híbrida entre no **mercado** antes do final do próximo ano', disse Lala. Sabia-se que a Toyota preparava um veículo híbrido com base no chassi da pick-up média.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dação em pagamento de bens imóveis e a extinção do crédito tributário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ivan de Souza Cruz

Frederico Seabra de Moura

Advogados

No já remoto ano de 2001, o Código Tributário Nacional (CTN) passou a prever em seu art. 156, XI uma nova causa extintiva do crédito tributário: a dação em pagamento de bens imóveis, que, contudo, para ser efetivamente implementada, demanda a edição de leis locais de cada ente tributante.

No âmbito federal, o assunto só veio a ser tratado em 2016, com a publicação da Lei nº 13.259, que basicamente trouxe duas condicionantes: i) prévia avaliação do bem ofertado, que não pode estar gravado com qualquer ônus, nos termos de ato emanado pelo 'Ministério da Fazenda' (atual Ministério da **Economia**); e ii) a dação deve abranger a integralidade do crédito a liquidar (com todos os seus acessórios), assegurado ao devedor complementar eventual diferença em dinheiro.

Quando ao primeiro ponto, é relevante observar que a lei

é clara ao aludir que o 'ato do Ministério da Fazenda' diz respeito exclusivamente à fixação de critérios necessários à avaliação do imóvel, de modo que a ausência de tal ato não pode ser representar empecilho ao uso dação em pagamento com bens imóveis como forma extintiva do crédito tributário. Também na esfera federal, a sistemática ainda foi admitida na Lei nº 13.496/17, que cuidou do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), bem como nas posteriores Portarias nº 690/17 e 32/2018, ambas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que regulamentaram o PERT e a dação, respectivamente.

O que se percebe, notadamente da Portaria 32/2018, todavia, foi um indisfarçável intento de esvaziar o instituto, com a criação de condicionantes não trazidas pela lei: i) a exigência de que o bem esteja registrado em nome do devedor; ii) a permissão para o uso de elementos vagos e imprecisos a serem invocados pela Administração para negar o pleito, como é o caso do não atendimento aos 'critérios de necessidade, utilidade e conveniência'; iii) a imposição da desistência de ações judiciais nas quais se discutam o débito como requisito para que seja possível o exercício do simples pedido administrativo de dação em pagamento; iv) manifestação de interesse no bem imóvel emitida por entidade da Administração Pública; v) prévia aquiescência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre a 'possibilidade de incorporação do imóvel'.

Além disso, como a matéria foi regulamentada somente pela PGFN, órgão jurídico que preza pela defesa dos interesses da União Federal, vê-se que a intenção foi de limitar ainda mais o alcance e a efetividade do uso da dação em pagamento, restringindo-o aos débitos inscritos em dívida ativa, o que afastaria a possibilidade de utilização do mecanismo para quitação de débitos ainda sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em nível estadual e municipal, a questão até agora foi tratada de maneira tímida, mas já se observa a tendência, em alguns casos, à proliferação de

regulamentações restritivas como a narrada acima.

Feita essa introdução ao tema, chegamos ao ponto central do texto: como a Administração é também parte interessada na relação jurídico-tributária, poderia ela criar unilateralmente condicionantes para a utilização dessa forma legítima de o contribuinte quitar seus **tributos**?

Sendo mais incisivos nessa pergunta, seria juridicamente correto a União ter invadido terreno reservado à lei, mediante a edição da Portaria PGFN 32/2018, obstando ao seu bel prazer, por mera norma infralegal, um direito assegurado não somente em lei federal como também no próprio CTN? Pensamos ser negativa a resposta a esta indagação por vários argumentos.

Primeiro, porque jamais uma portaria nem qualquer norma editada pelo Poder Executivo poderia versar sobre formas extintivas do tributo, pois todos os aspectos dessa exação, desde o seu nascimento até a sua extinção, devem ocorrer através de leis em sentido estrito, assim entendidas como atos exclusivamente emanados do Poder Legislativo. Essa é a essência do Princípio da Estrita Legalidade Tributária, presente na Constituição Federal e fundamento central do sistema tributário brasileiro.

Além disso, a Portaria PGFN 32/2018, quando invade território legal, também incorre em outras indiscutíveis inconstitucionalidades, ferindo os princípios magnos i) do direito individual de propriedade, ii) da capacidade contributiva, iii) da proibição de tributação com efeito de confisco, iv) da proporcionalidade, tudo isso por não permitir o ressarcimento ao contribuinte de diferença a seu favor, quando o valor do imóvel ofertado for superior à quantificação dos **tributos** que se quer extinguir.

Mas e se a lei viesse a atribuir expressamente para a norma infralegal essa função de traçar os parâmetros para a dação em pagamento de bens imóveis, isso faria da portaria veículo hábil para tratar desse assunto? Absolutamente não, pois essa delegação seria natimorta, posto que também inconstitucional!

Essa conclusão foi monoliticamente respaldada em resultado de importantíssimo julgamento na semana passada pelo Supremo Tribunal Federal, esperado há anos, onde aquela Corte decidiu, em regime de repercussão geral (RE 598.677), pela impossibilidade de lei delegar a norma de inferior estatura a atribuição para versar sobre temas vitais da estrutura de **tributos**.

A quitação das obrigações do contribuinte para com o Poder Público, através de pagamento em dinheiro ou por qualquer outra forma regularmente prevista, não pode depender de avaliações discricionárias do fisco, fundadas em conveniência ou oportunidade. Afinal, reza a definição da figura do tributo, posta no art. 3.º do CTN, que a sua cobrança (e extinção) deve ocorrer mediante atividade administrativa plenamente vinculada (exclusivamente aos preceitos da lei).

Diante da reiterada postura de diversos fiscos em erigir abusivos entraves para a efetivação da dação em pagamento de imóveis como forma de quitação de dívidas fiscais, torna-se decisiva a intervenção do Poder Judiciário - notadamente no presente cenário pós-pandêmico de crise na **economia** e baixa liquidez - com vistas a assegurar ao contribuinte o direito de satisfazer seus débitos tributários por uma via não apenas legítima e legalmente prevista, como coerente com o contexto atualmente vivido.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Telemedicina avança em Natal; Odontologia da rede municipal ganha plataforma online a partir de 1º de setembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tádzio França

Repórter

A consolidação da interação online entre médico e paciente já é vista como uma das heranças mais concretas que a pandemia vai deixar para os dias de 'nova normalidade' que virão. Uma prática que foi regulamentada em março pelo Ministério da Saúde e Conselho Federal de Medicina em caráter emergencial, mas que promete chegar a todos os âmbitos da saúde - incluindo a pública. O impacto disso no comportamento, na **economia** e na medicina cotidiana ainda está em observação.

Créditos: Alex Régis Rodolfo Lira, coordenador de saúde bucal da SMS-Natal, ressalta que a teleodontologia não pode e nem vai substituir a consulta presencial, deve complementá-la

A telemedicina já está sendo praticada em várias clínicas particulares de Natal, e deve ampliar ainda mais

seu alcance a partir de lei aprovada pela prefeitura municipal no fim do mês passado, que oficializou o recurso eletrônico no sistema público de saúde da capital. A lei, de autoria do vereador Sueldo Medeiros, baseia-se em portaria do Ministério da Saúde e na resolução do CFM que autoriza a prática, visando facilitar o acesso da população aos médicos para obter orientação e encaminhamento sem precisar sair de casa, inclusive com a possibilidade de utilização de receituário online.

Teleodontologia

Curiosamente, uma das primeiras ações da Secretaria Municipal de Saúde de Natal em relação às teleconsultas será na área de odontologia. A partir do dia 1º de setembro estará disponível na internet uma plataforma de teleodontologia através do site 'sos-saude.com', no qual o usuário poderá ter acesso a orientações e atendimento pré-clínico por meio virtual. Rodolfo Lira, coordenador de saúde bucal da SMS-Natal, ressalta que o serviço não pode e nem tem a intenção de substituir a consulta presencial, mas deve complementá-lo de um jeito mais seguro.

'É claro que a teleodontologia não vai substituir o atendimento presencial, até porque ele é muito invasivo, mas o intuito é trazer eficiência, evitando deslocamentos desnecessários, e aumentando a capacidade de resolução de problemas pelas equipes de saúde e acesso nesse cenário que vivemos', diz Rodolfo. O processo é simples: o usuário entra no site, marca a consulta com data e hora definidas, recebe um email com a confirmação e link para acesso à teleorientação odontológica; no dia do atendimento basta clicar no link, se identificar e escolher a opção com o nome do profissional para qual foi agendado.

Na consulta remota, o dentista pode resolver uma série de problemas mesmo sem poder tocar no paciente. Pode orientar e informar sobre o uso de anti-

inflamatórios e higienização bucal, e também sobre a Covid-19; acompanhar usuários que precisaram de atendimento de urgência e agora serão preservados para o momento oportuno de um atendimento eletivo, que no momento está suspenso por recomendação do próprio Ministério da Saúde e outras entidades.

'Um pouco mais à frente vamos inserir a prescrição digital, já temos a plataforma dentro das normas do ICP-Brasil e a médio prazo queremos utilizar essa possibilidade', ressalta o coordenador. Rodolfo Lira afirma que esse serviço tem um grande potencial a ser explorado, a começar pelos benefícios que traz. Além de evitar o deslocamento desnecessário e a exposição, melhora a experiência do usuário com os serviços municipais de odontologia, tornando o acesso mais fácil e cômodo.

E a longo prazo Rodolfo prevê redução de custos e tempo; diminuição a exposição a infecções; mais eficiência na gestão de recursos de saúde devido à avaliação e triagem pré-clínica, e acesso mais rápido a especialistas em casos de acidentes e urgências. O coordenador ressalta que há entre a SMS e o prefeito Álvaro Dias o desejo comum de expandir a iniciativa, e já vem realizando parcerias nessa direção. 'Certamente pode se esperar novidades para outras modalidades um pouco mais à frente', completa.

Doutor em casa

O clínico Carlos Régis Bandeira é um entusiasta das teleconsultas desde abril. Ele vê a chegada do recurso ao atendimento público como algo primordial, pois leva praticidade e segurança à população, principalmente no caso da saúde básica. 'A telemedicina hoje tem forte aplicação para a saúde básica e, em tempos de pandemia, torna-se até uma questão de segurança do trabalho e do cuidado ao paciente, pois um médico/paciente que não esteja infectado com a Covid-19 tem grande probabilidade de se infectar, caso não tenha um nível adequado de cuidado', analisa.

O médico acredita que o maior potencial da telemedicina no setor público está na saúde básica, já

que os procedimentos são menos invasivos de maneira geral e o diagnóstico ocorre predominantemente através de exames que não são feitos durante a consulta em si, mas em empresas especializadas. Ele considera que é algo diferente da medicina de média e alta complexidade, onde o nível de urgência e de gravidade do estado do paciente é elevado. 'É um pouco mais complicado aplicar a telemedicina em um ambiente de fraturas, queimaduras, UTI e afins, mas cada vez mais ela vem avançando. Não tenho dúvidas de que vai evoluir rapidamente também para essas áreas', diz.

Uma barreira eventual no caso das consultas remotas seria no tocante aos recursos físicos, como celular, computador e acesso à internet.

'Em casos onde se adote a telemedicina para o serviço público, penso que essa estrutura deve ser inclusa no contrato junto ao prestador de serviços, ou seja, na licitação o acesso a internet e a estrutura básica para telemedicina pode ser disponibilizada pelo próprio prestador de serviços para a população que não tiver acesso a eles', explica. Fora isso, o recurso pode otimizar a agenda do médico e evitar atrasos.

Carlos Régis criou a clínica virtual 'Dr. Em Casa' na qual, segundo ele, pode atuar de forma mais prática, menos custosa e segura. O paciente agenda sua consulta, é atendido pelo médico, tem acesso a seu diagnóstico e sua prescrição de forma eletrônica, e realizando o pagamento em ambiente virtual, conforme regulamentado pelo CFM e ministérios da saúde. 'Estruturei um setor de atendimento ao cliente para aqueles usuários que têm menos familiaridade com tecnologia, mas é tudo feito pelo paciente, ele está no controle e tem acesso aos serviços com praticidade e facilidade', diz o médico.

O projeto 'Dr. Em Casa' foi elaborado junto a parceiros de tecnologia da informação que atuam em âmbito internacional especializados na telemedicina em países na América e Europa. Carlos Régis ressalta que segunda etapa de seu projeto será buscar médicos de renome nacional para integrar a 'equipe' e disponibilizar seus serviços para a população local. 'Uma vez

experimentada, a telemedicina é um caminho sem volta. Acredito que será de rápida adoção', afirma Carlos Régis.

Potencial

A adoção crescente da telemedicina promete ser benéfica para todos os segmentos do setor médico. Segundo o consultor financeiro/empresarial Matheus Diniz, aumentar os níveis de concorrência tende a fazer o cidadão ganhar com isso a médio prazo. 'A clínica ou o médico do RN poderá concorrer, por exemplo, com um de São Paulo e vice-versa. As estratégias e o posicionamento de cada um serão determinantes do sucesso no ambiente de concorrência virtual', diz. O consumidor tende a ser favorecido pelas melhorias cíclicas dos serviços ofertados e as possíveis reduções de preços.

Matheus acredita que a telemedicina não mudará estruturalmente os preços das clínicas. Poderia ser até um catalisador e um facilitador para se ter acesso aos serviços. Para ele, isso não significará diferenças em termos de precificação, os médicos irão cobrar o preço de acordo com seus serviços ou suas estratégias de **mercado**. 'O médico continuará cobrando o valor que cobrava antes, a diferença é apenas na forma de atendimento. Portanto, clínicas populares continuarão com seus preços mais acessíveis. Os próprios planos de saúde já se inseriram na realidade da telemedicina, alguns mais e outros menos', analisa.

O consultor também acha que a saúde pública também seria bastante beneficiada com a telemedicina, principalmente no que diz respeito à assistência de saúde básica, como é o caso dos municípios, sobretudo no interior, em que há mais carências na disponibilidade dos serviços e retenção de profissionais de saúde. 'Vejo como um processo irreversível e que irá avançar muito, pois amplia e facilita a disponibilidade dos serviços aos cidadãos, reduz significativamente os custos e apresenta um elevado nível de praticidade', diz.

Em casos onde a população não disponha de recursos como computador e internet, o órgão pode licitar

juntamente com os serviços, criando ambientes de atendimento à população dentro do próprio município sob responsabilidade do prestador de serviços. 'A redução de custos e aumento da satisfação do cidadão seriam expressivos', enfatiza Matheus. Para ele, até no setor privado a telemedicina tende a reduzir os preços e custos aos bolsos menos privilegiados, pois o serviço pode eliminar gastos estruturais com a clínica e repassar esse corte aos preços que também diminuiriam.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mitsubishi L200: 42 anos de história



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Mais de 5 milhões de unidades produzidas desde seu lançamento em 1978. A cada uma das cinco gerações do modelo, ainda mais conforto, tecnologia e capacidade 4x4 acompanham a linha L200. A pick-up é vendida atualmente em mais de 180 países. As 1as- 'L200' desembarcaram no Brasil em 1991. A partir de 1998 ela começou a ser produzida na fábrica da HPE Automotives em Catalão (GO).

Créditos: Divulgação A primeira Mitsubishi 'L200' (a matriarca) produzida. Naquela época, à semelhança dos dias atuais, era referência em desempenho e robustez

A linha L200 ganhou diversos nomes ao longo dos anos: Outdoor, Forte, Triton, Sport, Strada e Mighty Max eram alguns deles. O modelo é atualmente o mais vendido da Mitsubishi Motors em todo o mundo. No Brasil, ele corresponde a mais de 40% das vendas da marca.

Em 1978, o mundo estava mudando. O game Space Invaders se espalhava pelos fliperamas em todo o planeta e a indústria de videogames encantava milhões de pessoas. A primeira rede de telefonia celular estava

sendo construída no Japão, enquanto o recém-lançado filme Superman lotava as salas de cinema.

Foi nesse cenário que a Mitsubishi Motors, renomada produtora de veículos, apresentava ao mundo sua pick-up com capacidade de carga de mais de uma tonelada. As primeiras unidades do modelo receberam o nome de 'Forte', apesar de alguns países adotarem, desde aquela época, a sigla 'L200'.

Assim chegava ao **mercado** como uma 'pick-up' extremamente robusta, com opções de motores de 1.6 a 2.6 litros e tração traseira, projetada para oferecer uma combinação de confiabilidade, robustez e capacidade de carga.

Cinco gerações e mais de 40 anos depois, o modelo se consolidou como o mais vendido Mitsubishi em todo o mundo, com mais de 5.000.000 de unidades vendidas em mais de 180 países. A capacidade de carregar mais de uma tonelada sempre esteve presente e, a cada geração, o modelo ganhava ainda mais robustez, segurança, tecnologia e capacidade para trafegar, com desenvoltura invulgar, em todos os tipos de terreno.

Não à toa, a linha 'L200' conquistou diversos tipos de público, desde o produtor rural que usa a pick-up como um instrumento de trabalho, amantes das trilhas off-road, adeptos a um estilo de vida ao ar livre, praticantes de esportes como surf, paraquedismo, alpinismo, vela, entre outros.

Desde sempre, a linha 'L200' foi concebida para percorrer todos os tipos de estradas, em qualquer lugar no planeta, acessando lugares onde a maioria dos outros veículos não chega. Tudo isso com o conforto de um sedã.

As primeiras opções com tração 4x4 foram introduzidas em 1980 e se tornaram a base para os veículos 4WD até os dias de hoje. Por essa mesma base surgiram as linhas Pajero, por exemplo.

Em março de 1986, a Mitsubishi apresentava a 2ª geração da L200, que trazia design renovado, três opções de cabines (simples, dupla e estendida) e novas opções de motores, incluindo o 2.5 diesel. Ao longo da década, o modelo, rebatizado de 'TRITON' em alguns mercados, foi se tornando fundamental para os negócios de Mitsubishi Motors em todo o mundo.

Também batizada em alguns países de 'Strada', a pick-up tinha opções de tração traseira ou 4x4 e conquistou especialmente os mercados dos Estados Unidos e da Austrália, onde eram vendidas com o nome de Mighty Max e Triton, respectivamente. Ao todo, 1.146.000 unidades da segunda geração da 'L200' saíram das linhas de montagem das fábricas de Ohe, no Japão, de Laem Chabang, na Tailândia e também de Catalão, no Brasil.

A terceira geração chegava em novembro de 1995 com mudanças profundas no design tanto interna quanto externamente. Naquela época, a ideia da Mitsubishi era produzir uma pick-up que unisse o conforto e tecnologia de um veículo de passeio à renomada capacidade e robustez da linha 'L200'.

O motor passou a ser um 2.5 Turbodiesel e, para o sistema de tração, foi adotado o Easy Select 4WD, que permitiu ao motorista escolher o modo de tração mais adequado para o piso em que o modelo trafega, com o veículo em movimento.

Algumas versões ganharam sistema de freios ABS, além do sistema R/D Lock (bloqueio do diferencial traseiro), que evitava que a roda com menos tração patine enquanto a de maior tração permaneça imóvel. No Brasil, essa geração, batizada de L200 Sport, foi a 1ª pick-up diesel brasileira equipada com câmbio automático.

A quarta geração foi apresentada em agosto de 2005 e era produzida principalmente na fábrica da Mitsubishi Motors na Tailândia, de onde os modelos eram exportados para mais de 150 países. Poucos meses depois, o modelo passaria a ser produzido no Brasil com o nome de L200 Triton.

O modelo foi produzido com base em TRÊS pilares, que tinham por objetivo, manter a 'L200' como a melhor opção dentro do **mercado** de pick-ups em todo o mundo. Veja abaixo.

1º . Exceder os padrões básicos de **economia**, durabilidade e confiabilidade.

2º . Oferecer os mais altos padrões de qualidade em escala global.

3º . Atender aos mais variados perfis de clientes sendo um veículo que não se limitava apenas ao uso comercial.

Esse conceito foi batizado dentro da Mitsubishi como SUT (Sport Utility Truck), uma mistura de SUV com um veículo de carga.

Essa geração introduziu o conceito 'J'line' na carroceria, que propiciou maior inclinação do encosto do banco traseiro, aumentando o conforto dos passageiros, sem prejudicar o tamanho da caçamba.

Entre as principais características da quarta geração da linha 'L200' estavam a introdução de um design interno e externo atualizado, que sugere elegância, robustez e esportividade.

A pick-up trazia o maior espaço interno da categoria e um conjunto de suspensão novo, que proporcionava conforto de um automóvel de passeio aos ocupantes.

Esses elementos não apenas destacaram a capacidade de inovação do TRITON / L200 no **mercado**, mas dissiparam a imagem geral das pick-ups como meros veículos comerciais. Isso expandiu muito a base de clientes das pick-ups da Mitsubishi.

Um motor a diesel 3.2 litros desenvolvido com tecnologia de injeção direta common rail desenvolvia alta potência enquanto alcançava baixo consumo de combustível além de baixos níveis de emissões, vibração e de ruído. A carroceria foi projetada para

alcançar o mais alto nível de resistência ao choque.

A participação no Rali Dakar e em outras categorias do gênero comprovou que o modelo era perfeito para qualquer tipo de terreno. Ao todo, mais de 1,43 milhão de unidades da quarta geração foi produzido entre 2005 e 2017.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Guilherme de Oliveira: Não teríamos descoberto o pré-sal com a mentalidade atual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Henrique Gomes

Guilherme de Oliveira Estrella, geólogo e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras entre os anos de 2003 a 2012 é considerado um dos grandes responsáveis pela descoberta do pré-sal em 2007, e até hoje enxerga a Petrobras como uma empresa que tem o papel de atuar fortemente com o Estado. A visão é diferente das estratégias da atual direção da petrolífera, que reduz o seu tamanho com venda de ativos e foca na rentabilidade com a intenção de reduzir dívida que chegou a R\$ 120 bilhões e hoje é inferior a R\$ 100 bilhões. Em entrevista exclusiva à TN, ele analisa o cenário atual da Petrobras no Rio Grande do Norte, que na última segunda-feira (24) anunciou a venda de 26 ativos para focar os investimentos nos campos do pré-sal por terem maior rentabilidade. Abaixo, leia a entrevista completa:

Na avaliação do senhor, existe um risco para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos locais onde a Petrobras está desinvestindo e dando lugar a

operadoras privadas?

Quando a Petrobras corta seus vínculos enquanto estatal e passa a considerar mais o **mercado** financeiro, ela provoca no nosso país, ao meu ver, uma perda inestimável em termos de infraestrutura produtiva e com grande inserção social e cultural. A empresa funcionava como um agente do Estado brasileiro, como deve ser uma estatal, que deve ser ligada e comprometida com o cidadão brasileiro. Com a nova gestão, a Petrobras diminui seu tamanho, fica atrelada apenas ao lucro. Ao meu ver, o Brasil perde em todos os campos que ela atua: social, cultural, na ciência, no campo de geração de emprego e renda, da promoção de **economia** locais e das pequenas empresas de serviços, que sempre trabalharam junto conosco. A Petrobras simplesmente vira as costas para o Brasil e vai servir ao **mercado** financeiro, que é internacional e não tem um compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Quando o pré-sal foi descoberto, nas pesquisas onde o senhor esteve à frente, como a Petrobras pensou a questão da exploração dos campos de terra?

Os campos terrestres em nenhum momento deixaram de ter importância na área de exploração e produção da Petrobras depois da descoberta do pré-sal. Ao contrário, nós expandimos as atividades exploratórias, descobrimos mais petróleo e não tivemos nenhum prejuízo na atividade do pré-sal. A nossa visão era de uma empresa do Estado presente em todo território brasileiro. Investimos nas áreas de reservatórios onshore não tradicionais e sempre mantivemos a operação nas áreas terrestres. Era importante que a Petrobras desse lucro. Áreas com produtividade menor seriam compensadas com áreas de produtividade maior. Isso manteria a integridade financeira de forma permanente.

E como se pensava a estratégia para os campos maduros?

Claro, naturalmente os campos declinam de produção. Isso é uma realidade da produção de petróleo. Logicamente, os campos mais antigos são os terrestres, e eles serão abandonados primeiros. Mas como a Petrobras tem o compromisso com a **economia** nacional e com o povo brasileiro, isso tem que ser previsto com uma certa antecedência, como, por exemplo, cinco anos, para você preparar a descontinuidade dessas áreas produtoras de forma paulatina e progressiva, de maneira que você não produza um impacto de interromper de um dia para o outro as atividades, para a **economia** absorver isso sem muitos prejuízos. Mas o que acontece hoje é um abandono desses campos de forma muito rápida.

A venda dos ativos tem o objetivo, segundo a atual direção, de diminuir uma dívida bilionária da Petrobras que a faz ter **juros** altos no **mercado**. O senhor avalia que a Petrobras gerou um endividamento que faz a venda dos ativos ser um plano irreversível ou teria outra forma de abater a dívida?

Primeiro, a Petrobras vem dando lucro. Segundo, um banco que senta na mesa com uma empresa que tem dívida e quer receber a garantia de pagamentos, e a Petrobras com o pré-sal tem o que o banco quer porque são reservas gigantescas. Esse é um problema de competência gerencial. A empresa tem a opção de sentar com os credores e discutir isso, dentro de um modelo que tenha um compromisso com o desenvolvimento nacional, que produz os seus produtos, agrega valores e vende no **mercado**. Com o sistema Petrobras que nós tínhamos, tínhamos uma robustez no **mercado** que só tendia a crescer. Isso para o credor é o que é importante, pois dá a garantia de pagamentos. É uma falácia dizer que a Petrobras precisa vender seus ativos para diminuir seu prejuízo.

Na sua avaliação, qual a diferença entre a exploração do petróleo por uma operadora privada e pela Petrobras, já que, por exemplo, em questão de royalties existe uma regulamentação da ANP que iguala as regras?

A integração da Petrobras com a iniciativa privada faz parte da história da companhia. A participação de sócios nos nossos empreendimentos, contribuindo com novos investimentos, também é fundamental. O que na minha visão é um erro é achar que a presença da Petrobras se resume a presença de uma empresa, que está produzindo para ter lucro. Não é. A Petrobras é mais do que isso e todos nós sabemos. A Petrobras é uma empresa que interage com o desenvolvimento da sociedade de várias formas.

Se a Petrobras tivesse o mesmo nível de planejamento e investimento que tem hoje em meados de 2006 e 2007, seria possível descobrir o pré-sal?

Não teríamos descoberto o pré-sal se tivéssemos a mentalidade atual. Quando o governo Lula assumiu em 2003, nós encontramos uma empresa que estava concentrada na Bacia de Campos (RJ). A empresa tinha fechado no Espírito Santo, em Itajaí, e outras unidades estavam com sinal amarelo afirmando de que não era mais interessante manter unidades. A mentalidade até 2003 foi se concentrar nas áreas mais lucrativas, focando apenas na remuneração dos acionistas, não com integração com o desenvolvimento nacional. A estratégia para outras bacias era deixar para empresas estrangeiras, mas as empresas estrangeiras não queriam correr riscos financeiros. Então, quando assumimos, começamos a explorar em vários locais, inclusive no Rio Grande do Norte, onde fizemos uma descoberta em águas ultra-profundas. Ao sul da Bacia de Campos, existia a Bacia de Santos, que é a maior bacia submarina brasileira, e ela estava abandonada. Foi lá que começamos a fazer descoberta no pós-sal e batemos no pré-sal, dentro de uma operação onde assumimos os riscos de não haver petróleo e dentro de um equilíbrio financeiro muito competente.

Por que a Petrobras, naquele momento, decidiu fazer novas explorações com riscos tão altos?

Petróleo e gás natural é energia, e energia é uma questão fundamentalmente política. Energia é poder geopolítico. Os conflitos no Oriente Médio, no Norte da África e os históricos na Venezuela são com base em

energia, basicamente em petróleo. Energia não é uma commodity que você pode comprar. A Petrobras naquele ano retomou essa visão política, da importância da energia como fator estratégico para qualquer nação do mundo, principalmente para uma nação como o Brasil que é o quinto país do mundo em extensão territorial.

Retomamos essa visão na Petrobras e fomos pesquisar objetivos exploratórios embaixo de dois mil metros de camada de sal. Para fazer isso, é preciso muita engenharia e muita tecnologia. No primeiro poço nós gastamos US\$ 240 milhões (dólares americanos). Nenhum fundo de investimento faz isso sem garantia de encontrar petróleo embaixo. Era um risco gigantesco, e por isso as empresas estrangeiras não investiram. Desses US\$ 240 milhões investidos, aprendemos tecnologia, transformamos esse poço num centro de pesquisa tecnológico e de construção de poços, adquirimos a experiência e a competência. Não descobrimos petróleo nesse primeiro poço, mas vimos que as possibilidades aumentaram porque achamos gás carbônico, e aí fomos para o segundo poço e com menos da metade desse investimento descobrimos o pré-sal.

Mas as condições do **mercado** do petróleo eram mais favoráveis naquela época?

Sim, eram favoráveis, mas nós aproveitamos o momento, essa janela de oportunidade. Uma empresa petrolífera tem que correr risco porque uma empresa petrolífera não é um banco. E nós tínhamos uma empresa petrolífera estatal que precisava de compromisso com o desenvolvimento do Brasil e que queria a independência de energia para não ficar dependente de outros países. É uma questão de soberania nacional. Isso construía um cenário muito positivo para a industrialização do país, que sempre se prejudicou justamente por falta de energia.

Nós temos aqui no Rio Grande do Norte os estudos em um campo em alto-mar, que é o Campo de Pitu. Com a estratégia da Petrobras de investimento nos campos de maior rentabilidade, a descoberta de novos campos fica

mais devagar?

Certamente, por tudo que já falei. A lógica do **mercado** financeiro, que é a essência do que eu tenho falado aqui porque vejo a Petrobras atrelada hoje a essa lógica, é não correr riscos financeiros. O **mercado** financeiro é um **mercado** que não está atrelado a uma nação. O capital nacional ele tem uma lógica diferente porque você considera a sua área produtiva, o trabalhador, o meio-ambiente. Se você não tem isso, você perde o compromisso com essas áreas. Essa é a lógica da Petrobras hoje. Significa que tudo vai ser desconsiderado? Não. Digamos que se descubra um campo, vai haver todo um estudo para ver se a rentabilidade é o mesmo de um campo do pré-sal. Se não for, não vai haver interesse, eles vendem o campo e continuam focando apenas no pré-sal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Jair Bolsonaro deve prorrogar auxílio por mais 4 meses, com valor de R\$

300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial até dezembro deste ano, com quatro parcelas de R\$ 300, valor defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo apurou o Estadão com fontes das alas política e econômica do governo.

O anúncio do Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Bolsonaro, ficará para um segundo momento para que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tenha mais tempo para encontrar espaço para acomodar o novo gasto dentro do teto, que limita o avanço das despesas à inflação.

O presidente quer um plano que não inclua a revisão ou a extinção de outros benefícios, como o abono salarial, uma espécie de 14º **salário** pago a trabalhadores com carteira com **salário** até R\$ 2.090 e que custa cerca de R\$ 20 bilhões ao ano. O abono é considerado ineficiente pela equipe econômica, mas a proposta foi

rejeitada pelo presidente em reunião na terça-feira, 25. No dia seguinte, em viagem a Minas Gerais, Bolsonaro avisou que não vai 'tirar de pobres para dar a paupérrimos'.

Na primeira referência pública de Guedes às críticas do presidente, o ministro - que chegou a ser alvo de rumores de que pediria demissão - disse que tomou um 'carrinho' de Bolsonaro nesta semana. 'Ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti', brincou Guedes em uma live organizada pelo setor do aço. Ontem, o ministro e Bolsonaro se encontraram fora da agenda oficial dos dois.

Técnicos discutiam ontem uma revisão no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. Para acabar ou restringir o programa, que tem um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano e é sempre criticado por ter alto índice de fraudes, é preciso aprovar um projeto de lei - o que exige menos apoio do que os três quintos necessários para mudar a Constituição e mexer no abono. No entanto, governos anteriores também fracassaram nas tentativas de modificar o seguro-defeso.

Enquanto não aponta a fonte do novo programa, a ideia do governo é que a extensão do auxílio seja uma transição para um 'pouso suave' no novo Renda Brasil. Os técnicos da área econômica continuam debruçados sobre as alternativas para liberar espaço no Orçamento para o Renda Brasil e não desistiram nem mesmo de tentar convencer o presidente a propor alguma mudança no alcance do abono salarial atual. A ideia é tentar emplacar a mesma alteração proposta na reforma da Previdência, que restringia o abono a quem ganha até um **salário** mínimo (R\$ 1.045). A medida também foi rejeitada pelo Congresso.

Ontem, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que quem dá o 'timing' sobre temas como a prorrogação

do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil é a política. Segundo ele, a equipe econômica tem simulações prontas sobre os gastos que os benefícios vão acarretar.

'Eu sempre repito que o timing quem dá é a política. Nós temos as simulações todas preparadas, agora o timing, o nível de auxílio emergencial, de Renda Brasil, tudo isso são decisões políticas', afirmou Guedes na portaria do ministério. Ele foi questionado se o Renda Brasil começaria a ser pago já no início do ano que vem. 'Talvez antes, talvez no começo do ano que vem', respondeu.

Sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que 'a gente sabe que R\$ 600 é muito e R\$ 200 é pouco'. 'Estamos tentando acertar os números. Mas está tudo claro, tudo tranquilo.'

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de decreto. O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Para mexer no valor, será preciso editar uma Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Juiz diz que não pode fazer nada para evitar

AGORAVIN | DOMINGO, 30 DE AGOSTO DE 2020 | POLÍTICA | 3

“Estão confundindo Natal com interior”, diz Cícero Martins sobre vice de Álvaro

ESCRITÓRIO - O senador de Progressistas disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro.

A vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro não é uma possibilidade real, disse o senador de Progressistas Cícero Martins. O senador disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro.



INEFICACIA Mineiro: Fábio devia usar prestígio para segurar a Petrobras, e não atacar Fátima

O governador de Minas Gerais, Fernando Costa, não conseguiu evitar a venda de ativos da Petrobras. O governador disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro.



SAÍDA DA PETROBRAS Juiz diz que não pode fazer nada para evitar

O juiz federal Magnus Delgado decidiu que não pode fazer nada para evitar a saída da Petrobras. O juiz disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro.

OPERAÇÃO TROIA EM BOM Witzel pode voltar ao cargo na sexta, se Corte Especial do STJ revisar decisão

A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Operação Troia pode permitir a volta de Witzel ao cargo. O juiz disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro. De volta a fazer críticas à gestão do governador Carlos Eduardo Azevê, Cícero Martins disse que não acredita em uma vitória de Álvaro Dias nas eleições de novembro.



Advertisement for Sogorn, featuring a large image of a well and several columns of text describing services.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

“A cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pertencentes à referida sociedade de **economia** mista no Estado do Rio Grande do Norte”, escreveu o juiz Magnus Delgado.

A ação popular foi apresentada pelos senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (Pros), e mais os deputados federais Natália Bonavides (PT) e Rafael Motta (PSB).

Eles alegam que a ação é movida para anular atos lesivos ao patrimônio público e de sociedades de **economia** mista, como é o caso da Petrobras.

Nesta semana, a Petrobras anunciou a venda de todos os ativos do Polo Potiguar, o que resultará em um prejuízo de proporções ainda não completamente estimadas, mas que, de imediato, ameaça 5,6 mil trabalhadores que atuam direta e indiretamente no Polo; além de afetar a distribuição de royalties. Em 2019, o Estado recebeu R\$ 15 milhões e, apesar da pandemia, acumulou mais de R\$ 11 milhões até agosto de 2020.

“Não se observa a lesão ao patrimônio da Petrobras a partir das assertivas lançadas na inicial, visto que os objetivos do Teaser Polo Potiguar atendem a uma diretriz de **mercado** da empresa, ora imbuída de um caráter de menor intervenção estatal na ordem econômica, o que não se apresenta vedado pela ordem jurídica nacional”, definiu o juiz federal Magnus Delgado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SAÍDA DA PETROBRAS

O juiz federal Magnus Delgado extinguiu nesta sexta-feira 28 a ação popular aberta por dois deputados federais e dois senadores do Rio Grande do Norte para barrar o plano de desinvestimento da Petrobras no Estado.

Segundo o magistrado, a medida de desmobilizar as atividades da Bacia Potiguar não é uma decisão política, mas de caráter restrito à administração da estatal.

Daniela Freire



tirar nosso petróleo. O petróleo fica”, disse Gustavo Carvalho.

DINHEIRO

Para José Dias, a privatização traz uma série de benefícios. “O que pode e deve ocorrer é que ninguém vai comprar a Petrobras para fechar, mas para ganhar dinheiro”, afirmou, comparando: “Não importa a cor do gato, o que importa é se ele pega o rato. E a privatização é que pega o rato”.

DESINVESTIMENTO

Observando os colegas saindo em defesa da venda da totalidade dos ativos da Petrobras no RN, Hermano Moraes lamentou: “Não acredito que ninguém possa defender a saída da Petrobras do nosso Estado. O ideal é que permaneça e que venha mais investimentos, inclusive do setor privado”.

DE OLHO

Quem também abordou a venda da Petrobras no RN foi o vice-governador Antenor Roberto. No Twitter, ele criticou justamente o apoio de parlamentares à saída da empresa do Estado.

APLAUSOS PARA O DESINVESTIMENTO

“Em que lugar do mundo, uma empresa do porte da Petrobrás e com predominância empresarial no PIB do ente federado, ao anunciar o encerramento de suas atividades, recebe o aplauso de parte da sua classe política?”, perguntou Antenor Roberto.

BOLA DE CRISTAL?

Noves fora as barbeiragens e aberrações cometidas por Wilson Witzel na gestão do Rio, vale chamar a atenção para detalhes de bastidores envolvendo esse caso e publicados pelo colunista do UOL Chico Alves, como a informação de que Flávio Bolsonaro previu a saída de



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A FAVOR DA SAÍDA

A possível transferência de administração da Petrobras no RN não deve ser vista com pessimismo. Pelo menos na opinião dos deputados Gustavo Carvalho, José Dias (PSDB) e Getúlio Rêgo.

INÉRCIA

Entre as justificativas para esse posicionamento dos parlamentares, a de que a estatal não investe há muitos anos no RN. “Não é a saída da Petrobras daqui que vai

Wilson Witzel.

A DICA

Segundo o jornalista vale lembrar que “há seis dias o senador Flávio Bolsonaro comentou com interlocutores que acreditava que a escolha do novo chefe do Ministério Público do Rio seria feita não por Witzel, mas por Cláudio Castro”. “Pelo visto, a bola de cristal de Flávio Bolsonaro está tinindo”, escreveu.

COINCIDÊNCIA?

O comentário do senador chegou a ser replicado em matérias do fim de semana. “Como o filho 01 apostava com essa certeza toda que Castro logo estaria no lugar de Witzel?”, questiona Chico Alves.

VISITA SUSPEITA

Além disso, o vice de Witzel, Cláudio Castro, que assume o posto de governador, “curiosamente” esteve no dia anterior à decisão do STJ em Brasília, para uma conversa com o procurador-geral da República. “Nos meios políticos fluminenses tem muita gente estranhando esse encontro”.

CONVENIENTE

Agora, “o Palácio Guanabara deixa de ser comandado por um adversário de Bolsonaro para ser chefiado agora por alguém aliado com Brasília”. ‘A saída de Wilson Witzel e a chegada de Cláudio Castro ao poder parece, então, conveniente tanto para Jair Bolsonaro, quanto para Flávio”.

RÁPIDAS

» Preso, o Pastor Everaldo foi padrinho político de Witzel e batizou Bolsonaro com toda a pompa e circunstância, nas águas do rio Jordão, em Israel. O presidente do PSC foi um dos alvos de operação que determinou afastamento de governador do Rio, Wilson Witzel.

» Da jornalista Daniela Lima, da CNN Brasil: “Witzel cita Lula e diz que o STF está chegando à conclusão que Moro foi parcial e que Justiça atuou para tirar o petista das eleições. Ele cita ‘Como morrem as democracias’. Rapaz... política no Brasil não dá volta, capota”.

» Inacreditável: Enquanto a Amazônia e o Pantanal registram recordes em devastação, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que vai suspender ações de combate ao desmatamento e queimadas a partir de segunda. Em nota, a pasta diz que a decisão se deu em razão de bloqueio de orçamento para Ibama e ICMBio.

MUITO CONVENIENTE

Como mostra a colunista do Valor Econômico e comentarista da CBN Maria Cristina Fernandes: ‘Além do cargo, STJ também tirou de Witzel o poder de nomear o futuro procurador-geral de Justiça, chefe do MP estadual que investiga o esquema das rachadinhas”.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

AsagadoNordestãona visã o d eManoel Etelvino

Cidades

A saga do Nordeste na visão de Manoel Etelvino

MERCADO Com a primeira loja da rede a ser inaugurada na Paraíba, possivelmente em agosto de 2021, a marca Nordeste está disputando a liderança de mercado de varejo de qualidade.

MARCELO HOLLANDA
Neste dia 29 de agosto, Manoel Etelvino, fundador da Rede de Supermercados Nordeste, anuncia oficialmente a criação de uma rede de varejo de qualidade em Pernambuco. O grupo, formado por Manoel Etelvino, Manoel Etelvino e Manoel Etelvino, tem como objetivo oferecer produtos de qualidade e preços baixos para os consumidores pernambucanos. A rede de varejo de qualidade em Pernambuco será formada por lojas de varejo de qualidade em Recife, Olinda e Jaboatão.



Manoel Etelvino, fundador da Rede de Supermercados Nordeste, anuncia oficialmente a criação de uma rede de varejo de qualidade em Pernambuco. O grupo, formado por Manoel Etelvino, Manoel Etelvino e Manoel Etelvino, tem como objetivo oferecer produtos de qualidade e preços baixos para os consumidores pernambucanos.

Uma história dentro do varejo

Manoel Etelvino nasceu em 1942, em Natal, no Ceará. Foi fundador da Rede de Supermercados Nordeste em 1972. A rede de varejo de qualidade em Pernambuco será formada por lojas de varejo de qualidade em Recife, Olinda e Jaboatão.

MARCELO HOLLANDA
Manoel Etelvino nasceu em 1942, em Natal, no Ceará. Foi fundador da Rede de Supermercados Nordeste em 1972. A rede de varejo de qualidade em Pernambuco será formada por lojas de varejo de qualidade em Recife, Olinda e Jaboatão.



Manoel Etelvino nasceu em 1942, em Natal, no Ceará. Foi fundador da Rede de Supermercados Nordeste em 1972. A rede de varejo de qualidade em Pernambuco será formada por lojas de varejo de qualidade em Recife, Olinda e Jaboatão.

capital da Paraíba, os potiguares da Rede de Supermercados Nordeste anunciaram oficialmente o que se sabia desde o ano passado: a inauguração de sua primeira loja do 'atacarejo' da marca SuperFácil fora do Rio Grande do Norte, possivelmente para agosto de 2021. Será erguida no bairro José Américo de Almeida, zona Sul da capital paraibana. Muito tempo antes, sem alarde, para não inflacionar o preço, o grupo comprou dois motéis na região para demoli-los e utilizar o espaço em suas futuras instalações, num caminho que promete ser sem volta: a prioridade de investimentos futuros na mistura de atacado e varejo que, apesar de prós e contras, já virou uma tendência do **mercado** brasileiro e não é de hoje. O que poucos sabem é que o atacado como atividade sempre esteve no DNA do Nordeste antes mesmo de seu nascimento, em setembro de 1972, pelas mãos de Leôncio Etelvino de Medeiros, pai de uma numerosa prole de 10 lhos, da qual quatro assumiram o negócio, transformando-o num dos empreendimentos de varejo mais bem-sucedidos do País. Hoje com nove supermercados em Natal, mais duas estruturas do SuperFácil e um grande Centro de Distribuição em Paraporque não uma inauguração hoje comandado pelo irmão ca- Norte. da família - o oposto de Leôncio, guardada. em Mossoró, segunda maior cidade Leôncio, por três motivos: 'Não é novidade para nin- o atual presidente, mais quieto Além disso, ainda não se sabe do estado, ao invés de João a distância menor em relação quem que a **economia** de João e que pensa 200 vezes antes de sabe quando, por conta da panPessoa. ao Centro de Distribuição; a Pessoa cresce muito mais que a dar uma declaração. demia do novo coronavírus, ele Segundo um dos sócios qualidade da estrada melhor e o nossa', reconhece Manoel Etelvino a última quinta-feira, 27, será o segundo da família homecotistas, Manoel Etelvino, que dinheiro circulante na Paraíba, vino, 78 anos, conhecido como Manoel deu uma longa entrevista com o título de Cidadapresidiu por sete anos o grupo, maior que a do Rio Grande do um dos irmãos mais expansivos ta ao Agora RN, que merece ser dão Honorário de Natal.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

AsagadoNordestãona visã o d eManoel Etelvino

MERCADO | Com a

primeira loja da rede a ser inaugurada na Paraíba, possivelmente em agosto do ano que vem, a marca Nordeste sairá da pandemia do novo coronavírus maior e melhor do que entendeu

MARCELO HOLLANDA

N o último dia 5 de agosto, aniversário de João Pessoa,

namirim, seria justo perguntar O empresário potiguar
108

Manoel Etelvino, 78 anos, é um dos responsáveis pelo fortalecimento da marca Nordeste no Rio Grande do Norte ao longo das últimas décadas

SÁBADO E DOMINGO, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2020

Uma história dentro do varejo

Homem de uma simplicidade assombrosa, recebeu a reportagem na sala da gerência da unidade do Nordeste de Lagoa Nova. Recordou a infância na fazenda do pai em Cruzeta, onde começou a trabalhar aos sete anos, ajudando a manejar o rebanho e a tirar leite, o velho Leôncio lidando com as vacas e ele cuidando dos bezerras. À tarde, Manoel servia a ração para o gado, sem não antes frequentar por duas ou três horas o grupo escolar instalado nas proximidades. 'Eu tive o privilégio de ser o primeiro lho a estudar fora de Cruzeta. Fui fazer o primeiro ano ginásial em Caicó', recorde ele. Já em Natal, fez o resto do ginásio, científico e Universidade. Ginásio e Científico no Ateneu e o curso de Farmácia e Bioquímica na UFRN. Na época - anos 60 - queria ser médico, mas como passou em Farmácia 'assim foi'. Nessa época, já era vendedor externo do Nordeste, com pastinha na mão e roteiro de trabalho. Mais tarde, viria a cursar a faculdade de Administração na UNP e, posteriormente, pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas. Como tinha uma irmã e um cunhado médicos, antes do negócio chamado Nordeste, Manoel Etelvino pensou seriamente em colocar uma clínica médica. Só que não: terminado curso, guardou o diploma e voltou para a empresa do pai, que na época ainda era atacadista. Com o incêndio que destruiu o **mercado** público de Natal, no carnaval de 1967, a família transferiu a mercearia que tinha lá para dentro de casa e isso em apenas três dias. Ficava no sobrado da rua Doutor Pedro Amorim, na época Cidade Alta, hoje Barro Vermelho. 'Cidade pequena na época, a maioria dos clientes que compravam de nós no Mercado passou a comprar lá em casa', lembra Manoel. O incêndio do **mercado**, na época, destruiu totalmente o prédio que abrigava mais de 100 pontos comerciais, levando a falência vários comerciantes. Foi quando a prefeitura

vendeu o terreno ao Banco do Brasil e o comércio em mercados públicos entrou em decadência. Menos para a família de Manoel Etelvino. Há algumas boas razões para isso. Segundo ele, todos os lhos e lhas foram educados pela cartilha do trabalho. Leôncio, o pai, não tinha estudo nenhum, mas sua visão de mundo compensava tudo isso e fez todos os lhos enterrarem a cara nos livros. Isso viria a ser tornar um ativo valioso anos mais tarde, quando o Nordeste virou realidade. 'Como a mercearia instalada no sobrado era pequena, saímos para uma maior atividade no atacado, no bairro do Alecrim, por oito anos, até resolvermos partir para o varejo, onde a primeira loja do Nordeste está até hoje. Mas nossa primeira escola do varejo, posso dizer, foi no Mercado Público', diz Manoel Etelvino. Para manter os clientes do atacado eis, ainda no Alecrim, resolveram ele e os irmãos dividir para conquistar: mantiveram abertos dentro da mesma estrutura atacado e varejo, criando o primeiro 'atacarejo' do Rio Grande do Norte, quando esse conceito nem existia no Brasil.

Mas o nome Nordeste não caiu do céu como coisa acabada. 'Quando terminei a universidade, zemos uma pesquisa de opinião pública, em 1972, para saber que nome daríamos ao novo negócio em parceria com o hoje extinto Diário de Natal. Pedimos às pessoas que sugerissem um nome que, na visão delas, representasse o Nordeste vencedor. Passamos 15 dias pedindo para que a população sugerisse o nome por correio para um determinado endereço, onde as cartas seriam abertas e separadas. No fim do dia, liamos todas. Foi em uma delas que apareceu o nome Nordeste', conta Manoel. Sexto lho de 10 irmãos, Manoel Etelvino diz que não é novidade o Nordeste crescer na crise, com a de agora com a pandemia, quando muitas

' Passamos 15 dias pedindo para que a população sugerisse o nome por correio (...). No fim do dia, liamos todas. Foi em uma delas que apareceu o nome Nordeste'

atividades varejistas, mesmo ligadas à alimento, pereceram. 'Como fazendeiro, meu pai comprava a produção das fazendas na época da safra, estocava e vendia na entressafra, próximo da chegada do inverno:

milho, feijão, arroz, algodão. Com o tempo, foi comprando outras propriedades dos próprios irmãos e de outras empresas', resume. Sem entender muito do varejo, os irmãos foram aprendendo no processo. Mas um fato que se revelaria primordial seria a partilha das cotas entre todos ainda com o patriarca em vida. Ou seja, as lojas que iam sendo abertas eram passadas para os irmãos de acordo com as ações de cada um, a partir do falecimento do fundador em 1975. Com os demais membros da família com interesses diferentes, gerir o Nordeste coube a quatro lhos: Manoel, José, Leôncio e Felix. Geraldo, como já tinha seu negócio individual, nunca fez parte do empreendimento. Ele e as mulheres do clã, partiram para outras atividades. 'Eu quei com uma loja, José Geraldo com duas, Leôncio e Felix com uma cada um. Só dividimos as lojas próprias, não as alugadas com contratos de longo prazo. Embora todos possam livremente investir fora do grupo, preferimos investir dentro', relata. Sobre a razão do sucesso, Manoel tem uma loso a. 'As empresas, geralmente, vão à falência a partir de briga por patrimônio e como zemos essa divisão desde cedo, nunca houve disputa. Dividir o patrimônio em vida foi uma grande sacada. E cada um criou uma holding imobiliária. Os alugueis quem recebe são as quatro holdings. É uma empresa familiar, mas profissionalizada', resume

' As empresas, geralmente, vão à falência a partir de briga por patrimônio e como fizemos essa divisão desde cedo, nunca houve disputa'

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo vai consultar Congresso por consenso sobre auxílio e Renda Brasil

Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

Após mais uma reunião que terminou sem resultado sobre eventual prorrogação do auxílio emergencial e lançamento do Renda Brasil, o governo decidiu consultar lideranças partidárias antes de fechar as propostas para a área social.

Agência Brasil

De acordo com membros da equipe econômica, o Palácio do Planalto ainda depende de articulação política antes de finalizar as medidas.

O objetivo é buscar consenso no Legislativo para que a proposta seja lançada com o menor risco possível de ser derrubada ou alterada pelos deputados e senadores.

Uma definição era esperada para esta sexta-feira (28), mas não houve conclusão após reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e ministros envolvidos no

tema.

Um novo encontro foi agendado para a próxima terça-feira (1º), dessa vez com a presença de líderes de bancadas do Congresso.

Até lá, técnicos continuarão buscando soluções para custear o novo programa social que substituirá o Bolsa Família.

Na quarta-feira (26), Bolsonaro vetou a proposta apresentada pela equipe econômica, que prevê a extinção de programas sociais existente hoje para custear o Renda Brasil. A maior restrição do presidente diz respeito ao fim do abono salarial, principal aposta do ministro Paulo Guedes (**Economia**) para ajudar a bancar o novo programa.

Na reunião desta sexta, no Planalto, o governo afinou as propostas em duas opções.

Na primeira, o auxílio emergencial a informais seria prorrogado até dezembro, em valor mais baixo do que o atual, provavelmente com parcelas de R\$ 300. Não há impedimento para que isso seja feito, porque o período está inserido no prazo da calamidade pública, e não há travas de regras fiscais. O efeito mais perceptível seria uma ampliação do endividamento público.

Essa alternativa daria fôlego para a área econômica continuar calibrando e buscando soluções para o Renda Brasil, que começaria a rodar apenas em 2021.

Em videoconferência promovida pelo Instituto Aço Brasil, Guedes disse que uma segunda opção seria lançar o Renda Brasil já neste ano. O ministro não detalhou como isso seria feito.

"Estamos fazendo um estudo do consumo privado de baixa renda, que é decidir se aterrizamos no auxílio emergencial em valor um pouco mais baixo e vamos até

o fim do ano ou se já aterrizamos no Renda Brasil, que é uma construção mais robusta que exige ainda alguns ajustes, porque nós temos que fazer tudo dentro do teto [de gastos], com responsabilidade fiscal e transparência", afirmou.

Segundo ele, não haverá interrupção abrupta do benefício, o que vai garantir o consumo de pessoas de baixa renda.

Técnicos do Ministério da **Economia** afirmam que, em caso de escolha pela segunda possibilidade, considerada mais complexa, as bases do Renda Brasil já seriam lançadas nos próximos meses.

Para isso, seria necessária uma transição entre o auxílio emergencial, que atende hoje 64 milhões de pessoas, e o novo programa, que alcançaria entre 20 milhões e 22 milhões de famílias -entre 6 milhões e 8 milhões a mais do que o Bolsa Família.

Também há diferenças na concepção dos dois programas. O auxílio emergencial é uma transferência direta de renda sem nenhuma condicionalidade, o que não ocorreria no Renda Brasil.

Pelos planos do governo, o novo programa deve ter diferentes fatores que poderão impactar no tipo de beneficiário e no valor do benefício, como foco na primeira infância, prêmio por mérito escolar e pagamento adicional por número de filhos ou presença de pessoa com deficiência na família, além de cursos de qualificação e programa esportivo.

Nesta sexta, ao comentar a crítica de Bolsonaro, Guedes disse que as declarações do chefe do Executivo foram um "carrinho", uma "entrada perigosa" que poderia ser pênalti.

Em evento na quarta, o presidente disse que suspendeu o anúncio da ampliação do Bolsa Família. "A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim, não será enviada ao Parlamento. Não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos", dissera Bolsonaro.

Nesta sexta, o ministro afirmou que iria com o presidente ao evento em Ipatinga (MG), onde acabou sendo criticado, mas ficou em Brasília formulando propostas para a retomada da **economia**.

"O presidente foi [a Ipatinga] com você [empresário do setor de siderurgia] e eu fiquei aqui limpando papel e ainda tomei um vazamento. Ainda tomei. Falei: 'Pô, presidente. Carrinho, entrada perigosa, ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti'", disse.

O comentário mais ríspido de Bolsonaro deu origem a especulações sobre a permanência de Guedes no governo e mexeu com o **mercado**. Auxiliares das áreas política e econômica minimizaram a tensão entre os dois. O ministro participou de um evento com Bolsonaro no Planalto nesta sexta -foi o último a chegar e o primeiro a sair.

Na videoconferência, o ministro reconheceu que a extinção do abono salarial poderia retirar dinheiro de pessoas que não são de renda média e alta. O benefício é pago a trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos.

"O **salário** de 75% dos brasileiros na CLT é abaixo de 1,5 **salário** mínimo. Então, realmente, é tirar da base de trabalhadores e passar para quem está desempregado, que é pior ainda", afirmou.

Levantada por Bolsonaro diante das divergências no governo, a possibilidade de prorrogar o auxílio não apenas até dezembro, mas também para os primeiros meses de 2021, foi rejeitada nesta sexta pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues.

"Nós trabalhamos com essas despesas de combate ao coronavírus, e as mazelas trazidas pela Covid-19 como contidas em 2020. Portanto, a discussão sobre o auxílio ainda está em andamento e não trabalhamos com a extensão desse gasto em 2021", disse.

FOLHAPRESS

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA**

Onda de novatos na bolsa pode gerar um ciclo virtuoso no Brasil, mostra Veja



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Veja

A esperança de riqueza

Por que a onda de novatos na bolsa pode gerar um ciclo virtuoso no Brasil

Em plena pandemia, mais de 900 mil decidiram se aventurar no **mercado** de ações - um fenômeno inédito que traz bons sinais para empresas e investidores.

Os meses de pandemia, com suas quarentenas, jornadas de home office e isolamento social, registraram um fenômeno sem precedente no **mercado** de capitais brasileiro. Entre março e julho, mais de 900?000 investidores individuais registraram o CPF na B3, a antiga Bolsa de Valores de São Paulo. Trata-se de um número assombroso por vários aspectos. Na década compreendida entre 2007 e 2017, os investidores com esse perfil não ultrapassavam 620?000 pessoas. Em 2018, o ano fechou com cerca de 800?000, mas foi apenas no ano seguinte que a tendência de crescimento

tomou fôlego - e de forma inédita. Em abril de 2019, a marca de 1 milhão de investidores foi rompida e cresceu de tal forma que hoje, um ano depois, praticamente alcançou o triplo desse número (2,82 milhões de investidores).

As novas pressões que Paulo Guedes enfrenta no governo Bolsonaro

Não é de hoje que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, encontra resistência de colegas da Esplanada dos Ministérios. A maior delas está no outro lado da rua, no prédio do Desenvolvimento Regional, ocupado por Rogério Marinho, que curiosamente foi seu secretário de Previdência e Trabalho. Desde que foi promovido ao primeiro escalão do Executivo, o ex-deputado pelo Rio Grande do Norte passou a trilhar um caminho oposto ao de Guedes. Articulou a criação do programa de investimentos públicos Pró-Brasil e encontrou no desenvolvimentismo militar seu principal fiador.

No Palácio do Planalto, inclusive, só mesmo no gabinete da Presidência é que Guedes encontra um bom ouvinte. Nas salas próximas, ocupadas pelos ministros da Casa Civil, Walter Braga Netto, e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, os comentários sobre a atuação do chefe da **Economia** não são lá muito positivos. Diuturnamente, sopram nos ouvidos do presidente sobre como Guedes perdeu relevância durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e que, com vistas ao processo eleitoral de 2022, o plano liberal do 'superministro' joga contra as pretensões de Bolsonaro.

Os argumentos dos militares são claros: as reformas administrativa e tributária, as PECs do Pacto Federativo e Emergencial têm um evidente objetivo de reequilibrar a riqueza no país. Quem votou em Bolsonaro em 2018, as classes alta e média, além de investidores viciados na renda dos títulos do Tesouro, tende a perder nesse processo.

Para engrossar o argumento militarista, o dólar disparou, frustrando justamente esse grupo de eleitores. A saída para garantir a permanência no poder até 2026 aparece no aumento da popularidade entre as classes mais baixas, fruto da criação do auxílio emergencial. E aqui é onde a velha política e as antigas práticas populistas ganham espaço para se exhibir. Programas assistencialistas, planos de geração de emprego de baixa renda e construção de moradias subsidiadas são, de acordo com essa visão simplista e equivocada, extremamente bem-vindos. Guedes, que segura como pode o teto de gastos, é um complicador nessa estratégia - e isso é positivo.

Leia mais em Veja.

Istoé

Não ameace. Responda, presidente!

Por que Michelle recebeu dinheiro do operador de um esquema criminoso?

As investigações das movimentações de Fabrício Queiroz aprofundam as suspeitas sobre o clã Bolsonaro e alcançam o advogado Frederik Wassef, enredado em interesses obscuros de empresas que têm vínculos milionários com o governo. Acuado, o presidente parte para o ataque contra a imprensa. Disse a um repórter que desejava 'encher sua boca de porrada', chamou outro de 'otário' e tachou os profissionais de comunicação de 'bundões'. Mas se nega a responder a uma simples pergunta: Por que a primeira-dama recebeu dinheiro do operador de um esquema criminoso? Os insultos geraram uma onda de indignação na internet, com mais de 1 milhão de interações. Os episódios revelam que sua nova fase mais conciliadora é uma estratégia precária para se manter no poder.

O advogado do diabo

O personagem de Al Pacino no filme 'Advogado do Diabo' ficaria constrangido diante dos malfeitos

praticados pela família Bolsonaro com a participação de Frederick Wassef, o advogado do clã. O filho mais velho do capitão, senador Flávio, associado ao rábula que os representa na Justiça, formam uma dupla que faz a ficção do cinema ser superada pela realidade: a ganância é o pecado capital favorito.

Loba em pele de cordeira

Como a pastora e deputada federal Flordelis, acusada de envenenar e mandar assassinar a tiros o marido, conseguiu por tanto tempo passar-se por altruísta e bondosa.

A maldade é senhora de tão perfeitos disfarces de bondade que, ao descobri-la, muitas vezes tem-se a impressão de que se está no universo da ficção e não na vida real. A história que aqui vai se contar é, no entanto, dura realidade, muito embora pudesse ser uma fábula. Dura realidade com tentativas de envenenamento e assassinato com trinta tiros sob o véu da generosidade e altruísmo. Dura realidade e sua protagonista, pastora, cantora gospel e deputada federal, tem nome de flor. Cactos com nome de flor sem espinhos - Flordelis.

Na semana passada, a polícia e o Ministério Público do Rio de Janeiro anunciaram um surpreendente desfecho nas investigações sobre o assassinato do pastor Anderson do Carmo, morto em sua casa, em Niterói, em junho do ano passado. A sua esposa, Flordelis dos Santos de Souza, tornou-se ré acusada desse homicídio triplamente qualificado, mais tentativa de homicídio também qualificado, associação criminosa e falsidade ideológica. A arma do crime? Foi financiada por ela. Flordelis! Flordelis! Flordelis e sua candura! Mas justo ela, a pastora que exaltava o casamento nas músicas que entoava em cultos e discos? Mas justo ela que sisuda e bem composta defendia a moral e a família na tribuna da Câmara? Mas justo ela que adotara cinquenta e um filhos que vieram somar-se a seus quatro filhos biológicos? Mas justo ela que era um poço sem fundo de bondade? 'Nada que é humano me é estranho', escreveu certa vez William Shakespeare. Sigamos, pois, o dramaturgo que se fez exímio na

corajosa tarefa de perscrutar a alma humana.

Leia mais em Istoé.

Época

Tragédia acidental

Polícia investiga se amiga atirou 'a seco' em Isabele

Os bastidores da investigação sobre a morte da adolescente, atingida pelo disparo de uma pistola empunhada por sua colega de 14 anos.

No domingo 12 de julho, a estudante Isabele Guimarães Ramos, de 14 anos, acordou às 13 horas. Naquela tarde, a adolescente seguiu para a casa de sua melhor amiga, Júlia*, de 14 anos. Ambas eram vizinhas no residencial Alphaville I, em Cuiabá.

Praticante de tiro, Júlia conheceu em um treino o namorado, João, campeão nacional da modalidade na categoria Júnior. Ele também foi à casa de Júlia naquele mesmo dia, com duas pistolas em um case.

Após o jantar, Isabele foi a banheiro e, na sequência, Júlia foi procurá-la. Ao abrir a porta, Isabele levou um tiro no rosto a uma altura de 1,44 metro do solo e a uma distância de 30 centímetros, segundo aponta o laudo pericial.

Cinquenta dias após o crime, o caso ainda não foi elucidado pelos investigadores. A adolescente sustentou, em depoimento, que foi ao encontro de Isabele para saber o que ela estava fazendo lá. Alegou disparo acidental após a arma cair no chão. Júlia não soube dizer, no depoimento, se apertara ou não o gatilho.

No laudo de balística assinado pelos peritos Reinaldo Hiroshi dos Santos e Pierre Biancardini Júnior, há uma pergunta feita pelo delegado que investiga o caso: 'A arma de fogo questionada pode produzir tiro acidental?'. Os peritos responderam 'não'.

Em depoimento, João disse que a namorada não havia visto que ele recarregara a arma, antes de guardá-la no case. Diante dessa constatação, na última vez em que Júlia tivera a arma em seu campo de visão, ela estava descarregada. Depois de João recarregá-la, para que a pistola disparasse, seria preciso movimentar um ferrolho, abrindo espaço para a munição seguir até a câmara. Só depois dessa ação, a arma estaria apta a disparar.

Em vídeos capturados pela polícia do celular de Júlia, é possível atestar que a adolescente sabia destravar armas com destreza. Esse conjunto de informações abriu uma outra hipótese de investigação, que até agora foi negada pela adolescente e por seus familiares: a de que Júlia, sem saber que a arma estava carregada, atirou 'a seco' na amiga.

O mal-estar da 'Geração Recessão'

O drama dos brasileiros com menos de 30 anos que ao se tornarem adultos só viram crise pela frente - e por que o azar deles é também o de todos nós.

Eles estão por toda parte. Você provavelmente conhece um ou mais deles. Talvez sejam seus filhos, sobrinhos, primos, vizinhos, amigos ou simplesmente conhecidos. Pode ser, inclusive, você. Ao todo são 40 milhões de jovens brasileiros que tiveram o azar de tentar começar sua vida profissional nos últimos anos. Todos fazem parte de uma geração que tem enfrentado dificuldades como nenhuma outra. Em 2015 e 2016, a **economia** viveu a pior recessão de que se tinha notícia até então, com retrações anuais superiores a 3%. Depois vieram três anos de crescimento econômico píffio, pouco acima de 1%, o que manteve o desemprego num nível elevadíssimo, em dois dígitos. Se já estava difícil arrumar emprego para quem tinha experiência, o que dizer de quem nunca tinha pisado numa empresa?

Quando a situação parecia poder melhorar, vieram as confusões em série insufladas pela administração Bolsonaro e, depois, a grande crise econômica provocada pelo novo coronavírus. As projeções para o desempenho da **economia** neste ano já foram piores,

mas a maioria dos analistas ainda prevê uma longa marcha a ré da ordem de 5%. Nestes últimos cinco anos, o que não faltou foram ideias supostamente voltadas para a retomada do crescimento, como o Plano Pró-Brasil, do governo de Jair Bolsonaro. Apesar de tantas promessas e tanta pompa, o país deverá fechar em 2020 uma 'década perdida' do ponto de vista econômico, tirando o título dos famigerados anos 1980.

Seis meses de Covid-19 no Brasil: um panorama por médicos da linha de frente

Um semestre após a chegada do vírus, com 3,6 milhões de casos e mais de 115 mil mortes, profissionais que combatem a pandemia analisam o que aprenderam na observação de pacientes nos hospitais e com suas próprias histórias de recuperação da doença.

Leia mais em Época.

CartaCapital

Retrato do Brasil

Neymar, símbolo das ilusões de um país à deriva.

Delito consagrado

Crítico da prescrição, o procurador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, é salvo pelo dispositivo e pela leniência do Conselho Nacional do Ministério Público no caso do 'Powerpoint' do ex-presidente Lula, suave com o lavajatista, o CNMPP é duro com outros promotores.

Olívio Dutra: diagnostica os males do País, aponta os graves erros cometidos pela chamada esquerda, mas não perde a esperança porque sentimentos e crenças positivos serpenteiam nas entranhas da terra e no coração dos homens.

Leia mais em CartaCapital.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[ARTIGO] O Dinheiro em espécie não vai acabar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

*Por Renato Silva Filho, CEO da Fastcash

O cenário de pandemia impulsionou o e-commerce e os meios de pagamento digitais, e com o anúncio da antecipação do lançamento da primeira fase do Pix para o dia 5 de outubro, muita gente fala sobre o fim do dinheiro em espécie. Como o próprio título deste artigo já sugere, eu não acredito nisso.

Parece um pouco forte falar isso desta maneira. Sim, eu acredito que o mundo está mais digitalizado e essa crise sanitária evidenciou isso. Acredito também que a circulação física da moeda deve sofrer uma redução com todos os avanços tecnológicos ocorridos nos meios de pagamento. Porém, enfrentamos uma barreira que vai muito além do desejo de inclusão digital: O Brasil possui cerca de 46 milhões de desbancarizados. O número de semi-bancarizados (aquela pessoa que só tem a conta para receber **salário** ou algum benefício) é mais difícil de se calcular.

Um exemplo recente sobre isso pode ser visto pelos dados da Caixa Econômica Federal (CEF) ao indicar que, cerca de 40% dos brasileiros (24 milhões de

pessoas) que estão recebendo o auxílio emergencial de R\$ 600, não possuía conta em banco antes da pandemia do novo coronavírus. E olhe só, o Banco Central precisou anunciar a criação de uma nota de R\$200 e um dos motivos é justamente a demanda por cédulas na CEF para o saque do auxílio.

Muita gente aprendeu a usar o cartão virtual do Caixa Tem, mas as filas que se formam nas agências são uma prova inegável que, para muitos, o dinheiro no colchão ainda é uma realidade que não vai acabar tão cedo. O principal desafio desse movimento não será discutir quanto essas soluções irão reduzir custos e diminuir a burocracia do sistema financeiro e sim, como incluir essas pessoas que antes eram invisíveis para os grandes bancos. Além disso, incluir e levar conhecimento sobre as vantagens dessas inovações para todos, sem ignorar a presença dessa parcela tão grande da população que também faz a **economia** girar.

Um fator pouco comentado é cadeia de custos atrelados ao uso de transações eletrônicas. Os custos de serviços financeiros, instituições financeiras e **tributos**(sem mencionar as discussões em torno do novo "Imposto Digital") que podem absorver de 30 a 40% do 'dinheiro' de uma pessoa. Essa cadeia de custos continua estimulando a informalidade do pequeno e médio empresário, que vive na base do dinheiro para não recolher de impostos e escapar de tarifas. De grosso modo metade da **economia**, renda de trabalhador e empresas são informais, e o dinheiro os mantém anônimos na **economia**.

O que sera maior ? O fluxo de novos digitalizados pela Caixa econômica e novos internautas da reclusão, ou a 'desbancarização' por fechamento de negócios, perda de crédito e empregos pelo período de isolamento social e além ?

Independente do saldo, creio que por agora o dinheiro não só não vai acabar, como vai se multiplicar e continuar existindo no bolso do cidadão, e do

comerciante que vai receber numa carteira digital e sacar notas de 200 reais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guilherme Estrella: Não teríamos descoberto o pré-sal com a mentalidade atual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Guilherme de Oliveira Estrella, geólogo e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras entre os anos de 2003 a 2012 é considerado um dos grandes responsáveis pela descoberta do pré-sal em 2007, e até hoje enxerga a Petrobras como uma empresa que tem o papel de atuar fortemente com o Estado. A visão é diferente das estratégias da atual direção da petrolífera, que reduz o seu tamanho com venda de ativos e foca na rentabilidade com a intenção de reduzir dívida que chegou a R\$ 120 bilhões e hoje é inferior a R\$ 100 bilhões. Em entrevista exclusiva à TN, ele analisa o cenário atual da Petrobras no Rio Grande do Norte, que na última segunda-feira (24) anunciou a venda de 26 ativos para focar os investimentos nos campos do pré-sal por terem maior rentabilidade. Abaixo, leia a entrevista completa:

Créditos: AGÊNCIA BRASIL Guilherme de Oliveira Estrella, geólogo e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras

Na avaliação do senhor, existe um risco para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos locais onde a Petrobras está desinvestindo e dando lugar a operadoras privadas?

Quando a Petrobras corta seus vínculos enquanto estatal e passa a considerar mais o **mercado** financeiro, ela provoca no nosso país, ao meu ver, uma perda inestimável em termos de infraestrutura produtiva e com grande inserção social e cultural. A empresa funcionava como um agente do Estado brasileiro, como deve ser uma estatal, que deve ser ligada e comprometida com o cidadão brasileiro. Com a nova gestão, a Petrobras diminui seu tamanho, fica atrelada apenas ao lucro. Ao meu ver, o Brasil perde em todos os campos que ela atua: social, cultural, na ciência, no campo de geração de emprego e renda, da promoção de **economia** locais e das pequenas empresas de serviços, que sempre trabalharam junto conosco. A Petrobras simplesmente vira as costas para o Brasil e vai servir ao **mercado** financeiro, que é internacional e não tem um compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Quando o pré-sal foi descoberto, nas pesquisas onde o senhor esteve à frente, como a Petrobras pensou a questão da exploração dos campos de terra?

Os campos terrestres em nenhum momento deixaram de ter importância na área de exploração e produção da Petrobras depois da descoberta do pré-sal. Ao contrário, nós expandimos as atividades exploratórias, descobrimos mais petróleo e não tivemos nenhum prejuízo na atividade do pré-sal. A nossa visão era de uma empresa do Estado presente em todo território brasileiro. Investimos nas áreas de reservatórios onshore não tradicionais e sempre mantivemos a operação nas áreas terrestres. Era importante que a Petrobras desse lucro. Áreas com produtividade menor seriam compensadas com áreas de produtividade maior. Isso manteria a integridade financeira de forma

permanente.

E como se pensava a estratégia para os campos maduros?

Claro, naturalmente os campos declinam de produção. Isso é uma realidade da produção de petróleo. Logicamente, os campos mais antigos são os terrestres, e eles serão abandonados primeiros. Mas como a Petrobras tem o compromisso com a **economia** nacional e com o povo brasileiro, isso tem que ser previsto com uma certa antecedência, como, por exemplo, cinco anos, para você preparar a descontinuidade dessas áreas produtoras de forma paulatina e progressiva, de maneira que você não produza um impacto de interromper de um dia para o outro as atividades, para a **economia** absorver isso sem muitos prejuízos. Mas o que acontece hoje é um abandono desses campos de forma muito rápida.

A venda dos ativos tem o objetivo, segundo a atual direção, de diminuir uma dívida bilionária da Petrobras que a faz ter **juros** altos no **mercado**. O senhor avalia que a Petrobras gerou um endividamento que faz a venda dos ativos ser um plano irreversível ou teria outra forma de abater a dívida?

Primeiro, a Petrobras vem dando lucro. Segundo, um banco que senta na mesa com uma empresa que tem dívida e quer receber a garantia de pagamentos, e a Petrobras com o pré-sal tem o que o banco quer porque são reservas gigantescas. Esse é um problema de competência gerencial. A empresa tem a opção de sentar com os credores e discutir isso, dentro de um modelo que tenha um compromisso com o desenvolvimento nacional, que produz os seus produtos, agrega valores e vende no **mercado**. Com o sistema Petrobras que nós tínhamos, tínhamos uma robustez no **mercado** que só tendia a crescer. Isso para o credor é o que é importante, pois dá a garantia de pagamentos. É uma falácia dizer que a Petrobras precisa vender seus ativos para diminuir seu prejuízo.

Na sua avaliação, qual a diferença entre a exploração do petróleo por uma operadora privada e pela

Petrobras, já que, por exemplo, em questão de royalties existe uma regulamentação da ANP que iguala as regras?

A integração da Petrobras com a iniciativa privada faz parte da história da companhia. A participação de sócios nos nossos empreendimentos, contribuindo com novos investimentos, também é fundamental. O que na minha visão é um erro é achar que a presença da Petrobras se resume a presença de uma empresa, que está produzindo para ter lucro. Não é. A Petrobras é mais do que isso e todos nós sabemos. A Petrobras é uma empresa que interage com o desenvolvimento da sociedade de várias formas.

Se a Petrobras tivesse o mesmo nível de planejamento e investimento que tem hoje em meados de 2006 e 2007, seria possível descobrir o pré-sal?

Não teríamos descoberto o pré-sal se tivéssemos a mentalidade atual. Quando o governo Lula assumiu em 2003, nós encontramos uma empresa que estava concentrada na Bacia de Campos (RJ). A empresa tinha fechado no Espírito Santo, em Itajaí, e outras unidades estavam com sinal amarelo afirmando de que não era mais interessante manter unidades. A mentalidade até 2003 foi se concentrar nas áreas mais lucrativas, focando apenas na remuneração dos acionistas, não com integração com o desenvolvimento nacional. A estratégia para outras bacias era deixar para empresas estrangeiras, mas as empresas estrangeiras não queriam correr riscos financeiros. Então, quando assumimos, começamos a explorar em vários locais, inclusive no Rio Grande do Norte, onde fizemos uma descoberta em águas ultra-profundas. Ao sul da Bacia de Campos, existia a Bacia de Santos, que é a maior bacia submarina brasileira, e ela estava abandonada. Foi lá que começamos a fazer descoberta no pós-sal e batemos no pré-sal, dentro de uma operação onde assumimos os riscos de não haver petróleo e dentro de um equilíbrio financeiro muito competente.

Por que a Petrobras, naquele momento, decidiu fazer novas explorações com riscos tão altos?

Petróleo e gás natural é energia, e energia é uma questão fundamentalmente política. Energia é poder geopolítico. Os conflitos no Oriente Médio, no Norte da África e os históricos na Venezuela são com base em energia, basicamente em petróleo. Energia não é uma commodity que você pode comprar. A Petrobras naquele ano retomou essa visão política, da importância da energia como fator estratégico para qualquer nação do mundo, principalmente para uma nação como o Brasil que é o quinto país do mundo em extensão territorial.

Retomamos essa visão na Petrobras e fomos pesquisar objetivos exploratórios embaixo de dois mil metros de camada de sal. Para fazer isso, é preciso muita engenharia e muita tecnologia. No primeiro poço nós gastamos US\$ 240 milhões (dólares americanos). Nenhum fundo de investimento faz isso sem garantia de encontrar petróleo embaixo. Era um risco gigantesco, e por isso as empresas estrangeiras não investiram. Desses US\$ 240 milhões investidos, aprendemos tecnologia, transformamos esse poço num centro de pesquisa tecnológico e de construção de poços, adquirimos a experiência e a competência. Não descobrimos petróleo nesse primeiro poço, mas vimos que as possibilidades aumentaram porque achamos gás carbônico, e aí fomos para o segundo poço e com menos da metade desse investimento descobrimos o pré-sal.

Mas as condições do **mercado** do petróleo eram mais favoráveis naquela época?

Sim, eram favoráveis, mas nós aproveitamos o momento, essa janela de oportunidade. Uma empresa petrolífera tem que correr risco porque uma empresa petrolífera não é um banco. E nós tínhamos uma empresa petrolífera estatal que precisava de compromisso com o desenvolvimento do Brasil e que queria a independência de energia para não ficar dependente de outros países. É uma questão de soberania nacional. Isso construía um cenário muito positivo para a industrialização do país, que sempre se prejudicou justamente por falta de energia.

Nós temos aqui no Rio Grande do Norte os estudos em um campo em alto-mar, que é o Campo de Pitu. Com a estratégia da Petrobras de investimento nos campos de maior rentabilidade, a descoberta de novos campos fica mais devagar?

Certamente, por tudo que já falei. A lógica do **mercado** financeiro, que é a essência do que eu tenho falado aqui porque vejo a Petrobras atrelada hoje a essa lógica, é não correr riscos financeiros. O **mercado** financeiro é um **mercado** que não está atrelado a uma nação. O capital nacional ele tem uma lógica diferente porque você considera a sua área produtiva, o trabalhador, o meio-ambiente. Se você não tem isso, você perde o compromisso com essas áreas. Essa é a lógica da Petrobras hoje. Significa que tudo vai ser desconsiderado? Não. Digamos que se descubra um campo, vai haver todo um estudo para ver se a rentabilidade é o mesmo de um campo do pré-sal. Se não for, não vai haver interesse, eles vendem o campo e continuam focando apenas no pré-sal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Estados Unidos reduzem cota de importação de aço do Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo dos Estados Unidos anunciou que vai reduzir a quota para as exportações do aço semi-acabado do Brasil. A medida, segundo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se deu porque houve mudanças significativas no **mercado** de aço dos Estados Unidos, que se contraiu em 2020, depois de aumentar em 2018 e 2019.

Trump disse ainda, em comunicado, que as exportações dos produtores norte-americanos caíram 15% no primeiro semestre de 2020, e que a utilização da capacidade instalada das empresas do setor estava abaixo de 70%, até o dia 15 de agosto.

"Além disso, as importações da maioria dos países diminuíram este ano de maneira compatível com essa contração, enquanto as importações do Brasil diminuíram apenas ligeiramente", afirmou Trump ao anunciar a redução.

Brasil

Em nota conjunta, publicada na noite de ontem (29), os ??ministérios das Relações Exteriores e da **Economia**

afirmaram que apesar da redução, as tarifas sobre o comércio bilateral do aço intra-quota permanecerão isentas, a exemplo do que ocorreu em 2019. Segundo a nota, uma rodada de negociação entre os dois países será realizada em dezembro.

"O governo brasileiro mantém a firme expectativa de que a recuperação do setor siderúrgico dos EUA, o diálogo franco e construtivo na matéria, a ser retomado em dezembro próximo, e a excepcional qualidade das relações bilaterais permitirão o pleno restabelecimento e mesmo a elevação dos níveis de comércio de aço semi-acabado. Essa perspectiva coaduna-se com os atuais esforços conjuntos de integração ainda maior das economias dos dois países", diz a nota.

Há dois anos, o governo do presidente Donald Trump começou a adotar medidas que afetaram as exportações brasileiras. A primeira foi a imposição, em março de 2018, de quotas para as compras de aço brasileiro e a taxação de 10% das compras de alumínio do país.

Em dezembro do ano passado, Trump já havia anunciado a intenção de reduzir as quotas de exportação do aço brasileiro, mas recuou após negociações com o governo brasileiro.

Na ocasião, o Instituto Aço Brasil, entidade representativa dos produtores de aço no país, disse que recebeu a decisão com perplexidade. Em posicionamento publicado em sua página na internet, o instituto disse que a decisão era uma retaliação ao Brasil, e que a medida acabaria "por prejudicar a própria indústria produtora de aço americana, que necessita dos semiacabados exportados pelo Brasil para poder operar as suas usinas."

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Seminário mostra avanços de Tibau do Sul



foram implementadas uma série de medidas transversais. O município, inclusive, foi um dos primeiros do RN a apostar nesta novidade que trouxemos da Alemanha. E já colhe frutos deste pioneirismo".

Já O prefeito de Tibau do Sul, Modesto Macedo, comentou que "a implementação do DEL tem trazido uma grande trilha de aprendizagem ao município, fortalecendo a atividade turística que é tão importante para a nossa economia".

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Os resultados do Programa de Desenvolvimento Econômico Local - DELTurismo no município de Tibau do Sul foram tema de seminário on-line realizado na manhã de quinta-feira (27). O evento contou com a participação de mais de 60 pessoas, entre autoridades do trade turístico do estado e do município, parceiros da Alemanha, empresários locais e de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O presidente do Sistema Fe-comércio RN, **Marcelo Queiroz**, reforçou que o objetivo do DEL é a promoção da excelência em organização turística, harmo-nizando a sustentabilidade e o turismo responsável. "Para alcançar essa meta, especificamente em Tibau do Sul,

Senac/RN: Entidade lança novo portfólio com mais de 30 opções de novos cursos online



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN (**Senac/RN**) - instituição do Sistema Federação do **Comércio** de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN - dá início a uma nova oferta de capacitações, com mais de 30 novos cursos remotos.

O portfólio inclui uma grande variedade de títulos e áreas e tem valores diferenciados, com possibilidade de pagamento em parcelas a partir de R\$ 42,00, cita informação do site da Federação.

Entre os cursos disponíveis, estão: E-commerce: vendendo no comércio eletrônico; Edição de vídeos no celular; Ferramentas de Marketing Digital; Gestão de Crise Financeira; Redes Sociais para Negócios; Operações de Delivery; Design para Mídias Sociais; entre outros.

As aulas ocorrerão de forma online e ao vivo, por meio da Sala de Aula Virtual **Senac**, operada na plataforma digital Microsoft Teams. Interessados podem se matricular presencialmente em qualquer uma das unidades ou de forma eletrônica, no site www.rn.senac.br.

Informações detalhadas podem ser consultadas pelo telefone e WhatsApp (84) 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO

RN estará no Abav Collab



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Antonio Roberto Rocha

antonioroberto@tribunadonorte.com.br

A menos de um mês da realização, o Abav Collab - que substitui a Abav Expo, porém em formato digital - já tem confirmadas presenças de peso na área de exposições que abrigará estandes de destinos, fornecedores de produtos e serviços dos mais variados segmentos e representações de turismo.

Entre os destinos nacionais figuram, além do Rio Grande do Norte, estados como Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraíba. A Domus Viagens Operadora de Turismo (PR), a agência de receptivo Jeri Paraíso Tropical (CE) e a Monde Sistemas, fornecedora de tecnologia para agências de viagens, também já garantiram espaços no evento híbrido que marcará a fase de retomada dos negócios para o setor nacional.

Internacionalização - Destinos da América do Sul e Caribe também apostam no potencial do **mercado** brasileiro e na força das agências de viagens que terão

no Abav Collab a primeira grande oportunidade de atualizar as prateleiras de vendas com lançamentos e ofertas.

A Colômbia, que optou pelo modelo de presença 100% institucional, vai apresentar ao trade brasileiro o trabalho que está fazendo em termos de promoção em tempos de pandemia, assim como as campanhas e planos de comunicação criados nos últimos meses para a reabertura das fronteiras aéreas e terrestres, prevista para setembro.

A República Dominicana é outro destino que terá estande virtual. No ano passado, o país recebeu 7.126.857 viajantes de todo o mundo, entre os quais 107.102 brasileiros. A informação é do diretor do Escritório de Promoção Turística da República Dominicana no Brasil, René Contreras.

Inscrições - O Abav Collab se realizará de 27 de setembro a 2 de outubro com uma programação intensa, dividida entre dinâmicas e conteúdos desenvolvidos por meio de capacitações, interações e múltiplas oportunidades de negócios.

Entre os patrocinadores, o evento conta com o apoio da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**). Inscrições e informações sobre como expor, acesse WWW.abavcollab.com.br.

Seminário mostra avanços de Tibau do Sul

Os resultados do Programa de Desenvolvimento Econômico Local - DEL Turismo no município de Tibau do Sul foram tema de seminário on-line realizado na manhã de quinta-feira (27). O evento contou com a participação de mais de 60 pessoas, entre autoridades do trade turístico do estado e do município, parceiros da Alemanha, empresários locais e de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, reforçou que o objetivo do DEL é a promoção

da excelência em organização turística, harmonizando a sustentabilidade e o turismo responsável. 'Para alcançar essa meta, especificamente em Tibau do Sul, foram implementadas uma série de medidas transversais. O município, inclusive, foi um dos primeiros do RN a apostar nesta novidade que trouxemos da Alemanha. E já colhe frutos deste pioneirismo".

Já o prefeito de Tibau do Sul, Modesto Macedo, comentou que "a implementação do DEL tem trazido uma grande trilha de aprendizagem ao município, fortalecendo a atividade turística que é tão importante para a nossa **economia**".

Alemanha - Representando os parceiros internacionais, o coordenador de projetos da Câmara do Comércio e Indústria da cidade alemã de Trier, Mathias Fuchs, relembrou que a implementação do DEL Turismo é resultado do trabalho desenvolvido no **Projeto Verena**, parceria exitosa que tem sido desenvolvida desde 2009.

A programação do evento contou ainda com a participação da vice-presidente da Câmara do Comércio e da Indústria de Trier, Andrea Weber. Ela falou sobre protocolos sanitários implementados na Alemanha, bem como iniciativas dos empresários para a retomada do turismo, com foco na troca de experiências que podem ser aplicadas no contexto potiguar.

Abrasel discute retomada em congresso

Para discutir a retomada consistente do setor de bares, restaurantes e outros negócios de alimentação fora do lar, o 32º Congresso Abrasel reuniu virtualmente, desde quarta-feira (26) e até ontem, grandes líderes empresariais, especialistas renomados, representantes do setor público e grandes chefs da gastronomia do país.

De acordo com o presidente executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, o setor de bares e restaurantes é responsável pela geração de seis milhões de empregos no país. 'Tivemos a pior quarentena do mundo e nosso setor não merece pagar essa conta sozinho', reclamou. Ele destacou como positivas, porém, as medidas do

governo que possibilitaram que os empresários renegociem contratos de trabalho e a manutenção de empregos.

Turismo, Eventos e Sustentabilidade

A imagem do Brasil perante o mundo continua arranhada e a falta de políticas consequentes e efetivas de preservação dos recursos naturais, como um todo, é cada vez mais um tema de forte repercussão negativa.

Em meio às restrições e mudanças profundas por conta da pandemia, será realizado, em 15 e 16 de setembro, o 1º Fórum Internacional MAPS - Turismo, Eventos e Sustentabilidade. Por meio de plataformas digitais, vai focalizar a retomada sustentável dos negócios nesses segmentos e no conjunto da **economia**.

O cerne da proposta é convergir realizações bem-sucedidas em sustentabilidade e regeneração dos ecossistemas às crescentes demandas dos consumidores por um salto qualitativo nas ofertas de turismo e eventos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA